



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLE DE GESTÃO

Douglas Ferreira Pinto

Orçamento por desempenho: uma análise da alocação orçamentária da política pública de saúde indígena e seus critérios de distribuição

Florianópolis/SC

2022

Douglas Ferreira Pinto

Orçamento por desempenho: uma análise da alocação orçamentária da política pública de saúde indígena e seus critérios de distribuição

Dissertação submetida e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Controle de Gestão da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Controle de Gestão, na área de concentração de controle de gestão e linha de pesquisa do usuário interno.

Orientador: Prof. Alex Mussoi Ribeiro, Dr.

Florianópolis/SC

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferreira Pinto, Douglas

Orçamento por desempenho : uma análise da alocação
orçamentária da política pública de saúde indígena e seus
critérios de distribuição / Douglas Ferreira Pinto ;
orientador, Alex Mussoi Ribeiro, 2022.

97 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa
de Pós-Graduação em Controle de Gestão (MP*), Florianópolis,
2022.

Inclui referências.

1. Controle de Gestão (MP*). 2. Controle de Gestão. 3.
Administração Pública. 4. Orçamento por desempenho. 5.
Alocação orçamentária. I. Ribeiro, Alex Mussoi. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Controle de Gestão (MP*). III. Título.

Douglas Ferreira Pinto

Orçamento por desempenho: uma análise da alocação orçamentária da política pública de saúde indígena e seus critérios de distribuição

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Alex Mussoi Ribeiro, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Rogerio João Lunkes, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Irineu Afonso Frey, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Valkyrie Vieira Fabre, Dra.
Universidade Do Estado de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Controle de Gestão.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Alex Mussoi Ribeiro, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado à minha família, aos meus amigos e aos meus colegas de turma e do trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial ao meu irmão, Fernando Wallace, pelo apoio e incentivo para iniciar na Pós-Graduação Stricto Sensu, além de ter contribuído com seu vasto conhecimento em pesquisas acadêmicas para meu processo de formação crítica e construtiva para o mestrado. Aos moldes do meu irmão germano, também em destaque, agradeço à minha esposa, Luciléia, a qual me prestou todo suporte emocional e me amparou em todos os momentos que precisei durante o período do mestrado e no desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Alex Mussoi Ribeiro, por suas contribuições feitas não apenas nesse trabalho, mas em todo percurso que tive durante o mestrado ao instigar a elaboração de pesquisas, estudos e que fomentou meus conhecimentos ao ampliar minhas percepções do universo acadêmico.

Não posso esquecer também de agradecer meus amigos e colegas, que em destaque saúdo Dione Ramos Merotti que além de ser meu amigo, desde o meu ingresso na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho no Ministério da Saúde, também foi meu colega de turma no mestrado e que me ajudou em diversos debates, construção de valores e produções acadêmicas, ao qual sou extremamente grato.

Por fim, externo minha gratidão ao Órgão do Ministério da Saúde – MS e à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que em conjunto promoveram a oferta e acesso para ingresso na Pós-Graduação Stricto Sensu – com excelente formação acadêmica e qualificação para aplicação prática de meus conhecimentos – que como resultado me tornou um servidor melhor, com reflexos perante a Administração Pública, e mais preparado para atender os anseios da sociedade.

“Nada é permanente, exceto a mudança.”

Heráclito de Éfeso

RESUMO

A evolução da Administração Pública, promovida pela *New Public Management* – NPG e *New Public Governance* – NPG, trata sobre a modernização dos serviços e os aspectos relacionados aos agentes interessados como influenciadores no processo decisório, e por essas perspectivas é abordado a importância da eficiência na utilização dos recursos públicos, a qual, no Brasil, é determinada pela Constituição Federal de 1988 em conjunto com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quanto aos instrumentos de planejamento e controle, a Carta Magna de 1988 e as legislações de suporte determinam os elementos mínimos a serem apresentados sobre a aplicação do orçamento público e comprovação da utilização dos recursos para sua finalidade. O Sistema Único de Saúde – SUS utilizou como fatores de planejamento para alocação orçamentária os registros históricos e o custo *per capita*, mas após regulamentação da Lei nº 8.080/90 passou a ser por meio das metas, indicadores e desempenho estabelecidos nos instrumentos de planejamento do Conselho Nacional de Saúde – CNS. O presente trabalho versa sobre uma análise da alocação orçamentária e a relação com desempenho de metas e critérios mais relevantes referente aos recursos de custeio e vinculação discricionária da ação 20YP. A ação 20YP é de responsabilidade da União, coordenada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI/MS e executada pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI. O enquadramento metodológico de ambos os artigos é descritivo de natureza aplicada e com abordagem quantitativa, onde utilizou-se a técnica hipotético-dedutiva para falseamento ou corroboração de hipóteses atreladas à teoria utilizada. A referência teórica foi *Performance-Based Budgeting* – PBB, que surgiu como ferramenta de planejamento na instituição do modelo orçamentário base-zero nos EUA. No Artigo 1, foram testadas hipóteses por correlação linear, onde restou falseado que o orçamento é alocado conforme o desempenho anterior, assim como o orçamento não influenciou o desempenho das metas físicas estabelecidas no Plano Nacional de Saúde – PNS. No Artigo 2, as hipóteses validadas que influenciam a alocação orçamentária foram: H1 – Gastos históricos; H2 – Desempenho das metas físicas com referência ao exercício anterior; H3 – Aspectos demográficos; H4 – Fatores regionais. Foi confirmado, por meio da Análise de Variância e Regressão Múltipla em Painel de Efeitos Aleatórios com Erros-Padrões Robustos Clusterizados por Indivíduos, que existem diferenças regionais e individuais, bem como o seu efeito ao longo do tempo. Os resultados possibilitaram inferir que diferenças regionais influenciam na distribuição orçamentária, além disso, quanto maior o desempenho das metas físicas no ano anterior afeta o recebimento de recursos de forma negativa no ano seguinte; e quando o atingimento das metas ocorre, o orçamento é utilizado para reforçar as atividades relacionadas às metas físicas que não foram atingidas no ano anterior, e/ou reforçar o funcionamento administrativo das unidades etc., pois houve descentralização de recursos linear crescente ao longo do tempo. Os achados ratificam que se faz necessário a ampliação e aprofundamento sobre a relação dos indicadores e o seu desempenho.

Palavras-chave: Administração Pública. Orçamento por desempenho. Alocação orçamentária.

ABSTRACT

The evolution of Public Administration, promoted by New Public Management - NPM and New Public Governance - NPG, deals with the modernization of services and aspects related to interested agents as influencers in the decision-making process, and from these perspectives the importance of efficiency in the use of public resources, which, in Brazil, is determined by the Federal Constitution of 1988 in conjunction with the Fiscal Responsibility Law. As for planning and control instruments, the Constitution of 1988 and the supporting legislation determine the minimum elements to be presented on the application of the public budget and proof of the use of resources for its purpose. The Unified Health System - SUS used historical records and the per capita cost as planning factors for budget allocation, but after the regulation of Law No. National Health Council – CNS. The present work deals with an analysis of the budget allocation and the relationship with the performance of the most relevant goals and criteria regarding the funding resources and discretionary binding of the 20YP share. The 20YP action is the responsibility of the Union, coordinated by the Special Secretariat for Indigenous Health – SESAI/MS and carried out by the Special Indigenous Health Districts – DSEI. The methodological framework of both articles is descriptive of an applied nature and with a quantitative approach, where the hypothetical-deductive technique was used to falsify or corroborate hypotheses linked to the theory used. The theoretical reference was Performance-Based Budgeting – PBB, which emerged as a planning tool in the institution of the zero-based budget model in the USA. In Article 1, hypotheses were tested by linear correlation, where it was falsified that the budget is allocated according to the previous performance, as well as the budget did not influence the performance of the physical goals established in the National Health Plan - PNS. In Article 2, the validated hypotheses that influence budget allocation were: H1 – Historical expenditures; H2 – Performance of physical goals with reference to the previous exercise; H3 – Demographic aspects; H4 – Regional factors. It was confirmed, through Analysis of Variance and Multiple Regression in Panel of Random Effects with Robust Standard Errors Clustered by Individuals, that there are regional and individual differences, as well as their effect over time. The results made it possible to infer that regional differences influence the budget distribution, in addition, the higher the performance of physical goals in the previous year affects the receipt of resources in a negative way in the following year; and when the goals are achieved, the budget is used to reinforce activities related to physical goals that were not reached in the previous year, and/or to reinforce the administrative functioning of the units, etc., as there was a linear decentralization of resources that increased throughout the year time. The findings confirm that it is necessary to expand and deepen the relationship between indicators and their performance.

Keywords: Public administration. Performance-based budgeting. Budget allocation.

LISTA DE TABELAS

Artigo 1

Tabela 1. Variação do desempenho físico e orçamentário no período	30
Tabela 2. Estatística descritiva referente H1.	32
Tabela 3. Análise da correlação H1.	32
Tabela 4. Estatística descritiva referente H2.	33
Tabela 5. Análise da correlação H2.	33

Artigo 2

Tabela 1. Resumo de critérios alocativos por bases normativas	43
Tabela 2. Estatística descritiva inicial do universo coletado de 2012 a 2019.....	47
Tabela 3. Testes de normalidade dos dados.....	49
Tabela 4. Matriz de correlação das principais variáveis utilizadas na pesquisa	50
Tabela 5. Variáveis selecionadas para estudo e análise da pesquisa	50
Tabela 6. Resultados dos testes de análise da variância	51
Tabela 7. Resultados dos testes não paramétricos	52
Tabela 8. Resultados dos testes de adequação para dados em painel	52
Tabela 9. Output dos Modelos de Regressão Múltipla em Dados em Painel.....	53

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DESENVOLVIMENTO	18
2.1	ARTIGO 1.....	19
2.1.1	Introdução	20
2.1.2	Fundamentação teórica	22
2.1.2.1	<i>Considerações sobre Performance-Based Budgeting – PBB</i>	22
2.1.2.2	<i>Orçamento por desempenho na área da saúde</i>	24
2.1.3	Metodologia	26
2.1.3.1	<i>Amostra pesquisada</i>	27
2.1.4	Apresentação e discussão dos resultados	29
2.1.4.1	<i>Apresentação dos resultados</i>	29
2.1.4.2	<i>Discussão dos resultados</i>	33
2.1.5	Conclusões	34
	REFERÊNCIAS	35
2.2	ARTIGO 2.....	39
2.2.1	Introdução	40
2.2.2	Fundamentação teórica	43
2.2.2.1	<i>Critérios de alocação do orçamento no SUS</i>	43
2.2.2.2	<i>Orçamento na área da saúde: estudos relacionados e seus aspectos</i>	44
2.2.3	Metodologia	46
2.2.3.1	<i>Características da amostra</i>	47
2.2.3.2	<i>Adequações e seleção das variáveis</i>	48
2.2.4	Apresentação e discussão dos resultados	51
2.2.4.1	<i>Apresentação dos resultados</i>	51
2.2.4.2	<i>Discussão dos resultados</i>	56
2.2.5	Conclusões	57

REFERÊNCIAS	58
3 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A – <i>Outputs</i> e análises do Artigo 1.....	74
APÊNDICE B – <i>Outputs</i> e análises do Artigo 2	75
ANEXO A – Comprovante de Submissão dos Artigos em Periódicos.....	88
ANEXO B – Dados primários coletados via e-SIC	90

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a eficiência orçamentária a favor dos interesses da sociedade é tratada de forma recorrente em pesquisas e colocada em pauta no escopo dos objetivos da Administração Pública, além de fomentar melhorias no processo da alocação orçamentária ao acrescentar que várias pesquisas acadêmicas indicam que diversas organizações empregam o orçamento como ferramenta no processo de planejamento (LEITE *et al.*, 2008; LUNKES, 2013; LYRIO; DELLAGNELO; LUNKES, 2013; SUAVE; LUNKES; CODESSO, 2017).

Instituída pela Lei nº 12.314/2010, a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI/MS, é a unidade responsável por coordenar e executar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – PNASPI e todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena – SasiSUS no Sistema Único de Saúde. As ações da política pública de saúde indígena são desenvolvidas no âmbito do Programa 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas [atualmente consta como Programa 5022], em que a ação 20YP detém a classificação do tipo atividade e possui a seguinte descrição

[...] Desenvolver ações de atenção primária à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção e de saneamento básico nas aldeias. Apoiar a articulação Interfederativa com estados e municípios no sentido de garantir atenção integral à saúde da população indígena. Suporte e hospedagem aos indígenas referenciados para atendimento de média e alta complexidade e seus acompanhantes. Fomentar as práticas de saúde e os saberes tradicionais, que impactem positivamente a situação de saúde, a autonomia dos indígenas, os determinantes e os condicionantes de saúde, as coletividades, bem como contribuir para a sustentabilidade das comunidades indígenas no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Contratar e qualificar trabalhadores da saúde indígena e do Saneamento e Edificações. Realizar processos de educação continuada e permanente direcionados aos profissionais de saúde dos DSEI, gestores e representantes do controle social. Implementar o acompanhamento, o monitoramento e avaliação, e supervisão sistemática das ações de saúde. Acompanhar e realizar ações voltadas para vigilância alimentar e apoiar a formulação e a implementação das políticas intersetoriais de segurança alimentar e nutricional. Construir, reformar e manter os estabelecimentos de saúde indígena dos DSEI (UBSI, Sede de Polo Base, Sede de DSEI, CASAI, unidades de apoio e alojamentos)." Adquirir equipamentos e meios de transporte para execução das atividades de saúde. Garantir contratos da área meio, adquirir e distribuir demais bens necessários à execução das ações de saúde, gestão, saneamento, edificação, educação permanente e controle social, realizar a divulgação e promover a visibilidade das ações realizadas (Fonte: BRASIL, 2022).

A implementação das ações de atenção básica à saúde dos povos indígenas é desenvolvida diretamente pela SESAI/MS, articulado com o SUS, de forma descentralizada, com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e responsabilidade sanitária por meio dos 34 (trinta e quatro) DSEI, atendendo uma população aproximada de 761 mil indígenas, com

a alocação orçamentária de custeio com vinculação discricionária da ação 20YP na ordem de R\$ 1,4 bilhões de reais [sendo R\$ 586 milhões de reais utilizados com aplicação direta pelos DSEI em 2019 – último exercício com PNS finalizado].

Assim, o cerne da pesquisa é sobre recursos de categoria de gasto de custeio e vinculação discricionária, por ser operacionalizado sob critério dos ordenadores de despesas das unidades gestoras, e o período a ser estudado é 2012 a 2019 por se tratar de lapso temporal em que os instrumentos de PNS e PAS já encerraram os seus respectivos ciclos.

Dessa maneira, o presente trabalho delimita-se pelo escopo da ação orçamentária 20YP, e que, nesse caso, ao se observar os aspectos das características orçamentárias, resta como interesse de análise as dotações orçamentárias que são de livre aplicação dos gestores para atingimentos das metas pactuadas no Plano Nacional de Saúde – PNS e no Plano Anual de Saúde – PAS.

Diante os fenômenos que remetem ao tema de orçamento público e critérios de alocação na área da saúde no Brasil, já houve contribuições promovidas no âmbito acadêmico conforme pode ser visualizado no Quadro 1:

Quadro 1 - Estado da arte das principais pesquisas utilizadas nesse trabalho

Autor/Ano	Tema/Linha de pesquisa	Soluções apresentadas
Costa (2003)	Orçamento e normas	Tabulação das normas de distribuição.
Cavalcante (2010)	Orçamento por desempenho	Regressão Linear – pouco avanço da teoria <i>Performance Based-Budgeting</i> (PBB).
Guerra (2013)	Orçamento e critérios	Modelos de regressão – sem influência da produtividade, além da heterogeneidade em função da localidade e diferenciação de serviços.
Lyrio <i>et al.</i> (2014)	Orçamento por desempenho	Teste de Correlação – hipóteses falseadas.
Grzybowski <i>et al.</i> (2016)	Orçamento por desempenho	Teste de Correlação – hipóteses falseadas.
Weiller (2016)	Orçamento por desempenho	Teste de Correlação – hipóteses falseadas.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Percebe-se, em análise prévia das principais produções, que as contribuições são aplicadas. Este trabalho também surge como uma produção aplicada que possibilita uma análise pragmática, mas que não desconsidera ou ignora os elementos acadêmicos, pelo contrário, utilizando-se de métodos e técnicas de pesquisa adequadas ao estudo em análise.

Para a implementação de ações e programas que atendam à população, a definição das políticas públicas deve ser precedida de planejamento (BRASIL, 1988), o qual tem seus instrumentos materializados por meio do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO), que estabelece as metas e prioridades do governo, e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Como apoio à gestão e transparência do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) surgiu como ferramenta do orçamento público com vistas às metas fiscais e o seu cumprimento (BRASIL, 2000). No Sistema Único de Saúde – SUS, por se tratar de ações de saúde, o planejamento é complementado pelo PNS e do Plano Anual de Saúde – PAS, desenvolvidos por critérios de indicadores, metas de saúde e avaliação de desempenho, com execução fiscalizada pelo Órgão por meio do Relatório Anual de Gestão – RAG.

Para construção de planejamento administrativo e orçamentário, conforme Suave, Lunkes e Codesso (2017) explicam, é um processo interligado dos produtos e resultados desejados com a execução da estratégia, devendo ser visto como um conjunto. Nessa condição, a teoria *Performance-Based Budgeting* – PBB surgiu como ferramenta de avaliação orçamentária por conter elementos do planejamento estratégico para alcance, focando nas variáveis de necessidade ao desenvolvimento da ação e os meios necessários para atingir os resultados finalísticos (HAGER; HOBSON; WILSON, 2001; GRZYBOWSKI *et al.*, 2016).

Lyrio *et al.* (2014), Grzybowski *et al.* (2016) e Weiller e Mendes (2016) ressaltaram que a teoria PBB pode ser um instrumento de planejamento orçamentário que prima pela eficiência na distribuição dos recursos para execução das políticas pública de saúde. No entanto, a associação entre orçamento por desempenho e sua distribuição na área da saúde no Brasil, tiveram resultados que falsearam essa teoria (LYRIO *et al.*, 2014, GRZYBOWSKI *et al.*, 2016; WEILLER; MENDES, 2016), estimulando o questionamento sobre quais são os critérios relevantes da alocação orçamentária.

Este trabalho justifica-se pela originalidade do estudo e pela sua natureza aplicada, o qual possui características reais e inferências pragmáticas, pois as pesquisas desenvolvidas nesse trabalho podem suscitar análises mais técnicas e aprofundadas – que podem ser utilizadas como ferramenta para tomada de decisão. Além disso, estimula futuras reflexões sobre o tema de alocação orçamentária, possibilita debates associados às realidades intrínsecas das políticas de saúde indígena, desde as fases iniciais de planejamento até a execução das despesas. Como relevância, está a garantia dos direitos sociais manifestada no artigo 6º da CF/88, bem como o fato da saúde ser um direito fundamental do ser humano, tendo o Estado a obrigação de provê-la (BRASIL, 1988; 1990).

Com vistas à apresentação do contexto e ao estado da arte sobre o tema, a questão geral norteadora desses estudos é: Qual é a relação entre o desempenho das metas físicas e a alocação orçamentária de custeio discricionário no âmbito da saúde indígena, e quais são os critérios de alocação orçamentária mais relevantes [associados a teoria PBB]?

Face ao problema de pesquisa discorrido, de modo a tangenciar e possibilitar responder à pergunta de pesquisa proposta nesse trabalho, foi constatada a necessidade do desdobramento em múltiplos objetivos, resultando no seguinte objetivo geral: Analisar a alocação orçamentária discricionária no âmbito da saúde indígena e a relação com o desempenho das metas e com os critérios mais relevantes da alocação do orçamento [associados a teoria PBB]. Dito isso, para auxiliar esse processo, se torna necessário o desenvolvimento dos objetivos específicos estabelecidos abaixo:

- Analisar a alocação orçamentária discricionária no âmbito da saúde indígena e a sua relação com o desempenho das metas.
- Analisar quais foram os critérios mais relevantes e que influenciaram a alocação orçamentária das unidades pertencentes à SESAI/MS.

Para desenvolvimento das pesquisas, foram desdobrados em eixos primários e principais – a fim de nortear as pesquisas, como apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 - Elementos de desenvolvimento das pesquisas

Eixos de desenvolvimento	Artigo 1 (seção 2.1)	Artigo 2 (seção 2.2)
Métodos	Hipotético-dedutível	Hipotético-dedutível
Teoria(s)	<i>Performance-based budgeting</i> – PBB	<i>Performance-based budgeting</i> – PBB Fatores e critérios de alocação no SUS
Conceitos principais	1. Desempenho das metas no anterior influencia a alocação orçamentária. 2. O incremento da alocação orçamentária influencia no desempenho quando este é deficitário no ano anterior.	1. Influência da População assistida. 2. Influência dos Aspectos regionais. 3. Influência do Desempenho das metas.
Técnicas	Estatística descritiva Análise de correlação linear	Estatística descritiva ANOVA <i>One-way</i> Dados em Painel

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O processo de coleta das informações, para desenvolvimento deste trabalho, foi realizado por meio de solicitações no site e-SIC da Controladoria-Geral da União – CGU, e as

limitações ao instrumental utilizado se restringem aos dados fornecidos e tamanho da amostra [universo total dos DSEI]: 34 (trinta e quatro) unidades no período de 2012 a 2019.

Quanto à escolha do tema, para este trabalho, a pesquisa do assunto foi motivada por duas perspectivas: acadêmica e profissional. O âmbito acadêmico instiga o ato da investigação e persecução da compreensão dos fenômenos como base para evolução do conhecimento e, pelo fato desse tema possuir destaque no campo da Administração Pública, em conjunto com a originalidade da pesquisa houve o estímulo ao desenvolvimento deste trabalho.

De forma complementar, pela perspectiva profissional, a possibilidade da elaboração de estudo aplicado ao orçamento público e as relações com desempenho possibilita aprofundamento no tema diante do problema de pesquisa e desenvolver os métodos de pesquisas para interpretar tais resultados, contribuindo para compreensão e debate mais qualificado sobre os fatores que cerceiam o processo de alocação orçamentária no âmbito do Ministério da Saúde.

Isto posto, conforme Ferreira Pinto (2021) discorre, as pesquisas no âmbito da Administração Pública fomentam tanto contribuições práticas quanto teóricas, pois ao tratar sobre o processo de alocação orçamentária e analisar os critérios relacionados por métodos de mensuração de desempenho possibilita o alcance das duas perspectivas.

Essa linha de pesquisa proporciona reflexões sobre os instrumentos orçamentários – pois, as dificuldades que porventura a administração pública venha perceber podem ser encaradas como oportunidades de melhoria e possibilitar agregação de valor nos processos (FERREIRA PINTO; MEROTTI, 2021; SILVA; FERREIRA PINTO, 2021).

As limitações encontradas se resumiram aos dados de desempenho das unidades dos DSEI, pois a SESAI/MS indica como referência para atingimento das metas estabelecidas as médias aritméticas dos indicadores firmados no PNS para cada unidade gestora. Assim, o planejamento orçamentário e os critérios de alocação são promovidos conforme necessidade apontada por cada ordenador (a) de despesas em conjunto com a SESAI/MS.

Desta feita, o trabalho está estruturado de forma macro: (i) **Introdução** – breve contextualização do tema e as conexões das pesquisas desenvolvidas para responder o problema de pesquisa; (ii) **Desenvolvimento** – seção que contém os dois artigos na íntegra [inclusive com as subseções respectivamente pertencentes a cada um]; (iii) **Conclusão** – seção destinada às considerações finais, combinada pelos resultados aferidos e análises realizadas, além das limitações e sugestões de futuras pesquisas.

2 DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, são apresentadas as pesquisas que foram desenvolvidas em síntese aos objetivos do trabalho, relacionados às alocações orçamentárias da categoria de despesa de custeio com vinculação discricionária da ação orçamentária 20YP no período de 2012 a 2019, onde buscou-se responder: Qual é a relação entre o desempenho das metas físicas e a alocação orçamentária de custeio discricionário no âmbito da saúde indígena, e quais são os critérios de alocação orçamentária mais relevantes [associados a teoria PBB]?

E, o seu respectivo objetivo sendo: Analisar a alocação orçamentária discricionária no âmbito da saúde indígena e a relação com o desempenho das metas e com os seus critérios de distribuição do orçamento [associados a teoria PBB]. Assim, a estruturação desse capítulo foi realizada com base na contribuição do atendimento dos objetivos desse trabalho, e ficou da seguinte forma a saber:

- 2.1 Artigo 1: ORÇAMENTO POR DESEMPENHO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CUSTEIO DISCRICIONÁRIO E O DESEMPENHO DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20YP – Analisar a relação entre a alocação orçamentária e o desempenho das metas físicas das unidades em dois cenários de hipóteses.

- 2.2 Artigo 2: ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O DESEMPENHO: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS UNIDADES DA SESAI/MS – Analisar quais foram os critérios mais relevantes e que influenciaram a alocação orçamentária das unidades pertencentes à SESAI/MS.

Dessa forma, os artigos descritos nessa seção contribuem para o atingimento dos objetivos estabelecidos para esta pesquisa, pois buscam responder à questão norteadora em que restou firmada como indagação para investigação geral desse trabalho.

2.1 ARTIGO 1

**ORÇAMENTO POR DESEMPENHO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A
ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CUSTEIO DISCRICIONÁRIO E O
DESEMPENHO DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20YP**

**PERFORMANCE BUDGET: AN ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN
DISCRETIONARY COSTING BUDGET ALLOCATION AND THE
PERFORMANCE OF 20YP BUDGET ACTION**

Douglas Ferreira Pinto¹

Alex Mussoi Ribeiro²

RESUMO

A *New Public Management* trouxe a importância da eficiência na utilização dos recursos, e no Brasil é determinada pela CF/88 e Lei nº 101/00. O objetivo desse estudo é analisar a relação da alocação orçamentária discricionária de custeio e o desempenho das metas físicas da ação 20YP, que é executada pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. A teoria utilizada foi a *Performance-Based Budgeting*, que surgiu como ferramenta de planejamento na instituição do modelo orçamentário base-zero nos EUA. A pesquisa se enquadra como essencialmente descritiva de natureza aplicada, desenvolvida com os dados de 34 unidades e período de 2012 a 2019. Por meio do Indicador de Desempenho, foram realizados testes de hipóteses por correlação linear, em que restou falseado que o orçamento é alocado conforme o desempenho anterior, assim como o orçamento não influenciou o desempenho das metas físicas estabelecidas no Plano Nacional de Saúde. Os achados dessa pesquisa confirmam que, de forma isolada e sem critérios adicionais no processo orçamentário, a alocação de recursos orçamentários não é realizada segundo as premissas da teoria PBB sob o critério da eficiência. Esses resultados ratificam a necessidade de ampliação e aprofundamento sobre os critérios da alocação orçamentária, pois cada ordenador (a) de despesas dos DSEI pode se utilizar de diferentes critérios e prioridades na alocação orçamentária por desempenho.

Palavras-chave: Administração Pública. Orçamento por desempenho. Alocação orçamentária.

ABSTRACT

New Public Management brought the importance of efficiency in the use of resources, and in Brazil it is determined by CF/88 and Law nº 101/00. The objective of this study is to analyze the relationship between the discretionary budget allocation of costing and the performance of

¹ Mestrando em Controle de Gestão na Universidade Federal de Santa Catarina. Contador do Ministério da Saúde. E-mail: douglas.pinto@posgrad.ufsc.br.

² Doutor e Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP. Professor Titular na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: alex.mussoi@ufsc.br.

the physical goals of the 20YP action, which is carried out by the Special Indigenous Health Districts. The theory used was Performance-Based Budgeting, which emerged as a planning tool in the institution of the zero-based budgeting model in the USA. The research is essentially descriptive of an applied nature, developed with data from 34 units and the period from 2012 to 2019. Through the Performance Indicator, hypothesis tests were carried out by linear correlation, in which it was falsified that the budget is allocated according to previous performance, as well as the budget did not influence the performance of the physical goals established in the National Health Plan. The findings of this research confirm that, in isolation and without additional criteria in the budget process, the allocation of budget resources is not carried out according to the premises of the PBB theory under the criterion of efficiency. These results confirm the need to broaden and deepen the criteria for budget allocation, since each DSEI's expenditure organizer can use different criteria and priorities in budget allocation by performance.

Keywords: Public administration. Performance-based budgeting. Budget allocation.

2.1.1 Introdução

Com o advento da República Federativa do Brasil como Estado Democrático de Direito – a partir da Carta Magna de 1988, o modelo de gestão da Administração Pública no Brasil tem passado por constantes mudanças e evoluções. Neste cerne, a busca pela eficiência estatal na utilização dos recursos que subsidiam as políticas públicas é algo que se tornou tema de relevância, inclusive atualmente, estimulado pelo exercício da cidadania e da transparência do orçamento operacionalizado (MATIAS PEREIRA, 2008).

A transparência promovida pela Administração Pública no Brasil, em relação às receitas e despesas, possibilita ao cidadão monitorar as políticas implementadas, sua execução e os resultados alcançados. O debate sobre a eficiência da alocação do orçamento em prol da sociedade é um tema atual e recorrente em pesquisas, além de propiciar inovações na área. Alguns estudos acadêmicos já se debruçaram sobre o tema e apresentam a utilização de critérios orçamentários como ferramenta no processo de planejamento em diferentes entidades (LEITE *et al.*, 2008; LUNKES *et al.*, 2013; LYRIO; DELLAGNELO; LUNKES, 2013; SUAVE; LUNKES; CODESSO, 2017).

As políticas públicas são realizadas por intermédio de programas e de ações para atender à sociedade, e é por meio do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e da Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumentos de planejamento governamentais, que tais políticas são materializadas (BRASIL, 1988). A regulamentação da responsabilidade da aplicação dos recursos pelos gestores veio por meio da Lei nº 101/00 (Lei de Responsabilidade

Fiscal – LRF), com o objetivo de garantir o alcance das metas fiscais relacionadas ao orçamento público.

O Sistema Único de Saúde – SUS promove o planejamento das ações de saúde com o auxílio do Plano Nacional de Saúde – PNS e do Plano Anual de Saúde – PAS. Esses instrumentos de planejamento são elaborados por indicadores, metas de saúde e avaliação de desempenho (BRASIL, 1990), sendo o Relatório Anual de Gestão – RAG a ferramenta de avaliação do atingimento das metas físicas de saúde estabelecidas no PNS.

O planejamento orçamentário na área da saúde implica na utilização de indicadores de desempenho das metas físicas do PNS (BRASIL, 1990), não devendo ser deixado de lado os aspectos previstos na CF/88 e LRF. Esse planejamento é interconectado entre os meios e os resultados desejados, que em conjunto viabilizam a execução das estratégias (SUAVE; LUNKES; CODESSO, 2017). Nesse escopo, a teoria *Performance-Based Budgeting* – PBB traz o benefício da avaliação orçamentária ao associar os objetivos estratégicos ao financiamento para alcance dos resultados esperados, realizando a análise por meio das variáveis apontadas como necessárias para o atingimento das metas (HAGER; HOBSON; WILSON, 2001; GRZYBOWSKI *et al.*, 2016).

A teoria PBB é instrumento de avaliação da eficiência da alocação orçamentária, pois, como busca analisar a alocação orçamentária e a relação das metas das políticas pública de saúde, termina por evidenciar como o nível de aporte de recursos afeta o desempenho das metas e vice-versa. Essa abordagem, trazida pela teoria PBB, permite aos gestores verificar onde o aporte de recursos é eficiente, visualizando a comparação entre o orçamento utilizado para alcançar as metas e a sua *performance* (LYRIO *et al.*, 2014, GRZYBOWSKI *et al.*, 2016; WEILLER; MENDES, 2016).

Neste contexto, o objeto de estudo dessa pesquisa é o processo de alocação orçamentária dos recursos públicos, restrito à ação orçamentária 20YP, por ser executada apenas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI/MS por meio dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI, que integram o Ministério da Saúde. Essa responsabilidade constitucional foi atribuída a esse Órgão Federal em detrimento das características da finalidade do programa 2065, sendo o programa 5022 atualmente vigente, que promove o atendimento e fortalecimento da saúde indígena. Assim, a questão norteadora deste estudo é: *Qual é a relação entre o desempenho das metas físicas e a alocação orçamentária de custeio discricionário no âmbito da saúde indígena?*

Para responder ao problema, foi traçado o objetivo: *analisar a alocação orçamentária discricionária no âmbito da saúde indígena e a sua relação com o desempenho das metas*. Esta pesquisa testou duas hipóteses principais. A primeira hipótese é de que a alocação orçamentária é influenciada a partir do desempenho da ação em relação ao exercício anterior; e, a segunda hipótese de que o desempenho da ação é influenciado pela alocação orçamentária da ação em relação ao exercício anterior.

Este trabalho justifica-se pela originalidade do estudo e pela sua natureza aplicada, pois a técnica utilizada possibilita analisar de forma pragmática os cenários de desempenhos e alocações orçamentárias com dados reais. A pesquisa é relevante em decorrência da garantia universal do acesso aos serviços de saúde no Brasil e a obrigação do Estado em promovê-la (BRASIL, 1988; 1990). As contribuições esperadas com o estudo são: (i) análise da eficiência do desempenho e o processo de destinação dos recursos orçamentários na saúde indígena sob o enfoque das ações de saúde, pois, os trabalhos desenvolvidos sob premissas do PBB objetivam analisar a integração da *performance* das atividades e orçamento (HO, 2011; LYRIO *et al.*, 2014); e (ii) possibilitar aprofundamento do tema para que a Administração Pública promova melhoria nos serviços e na utilização dos recursos públicos, como forma de boa gestão ao contribuinte e de cumprimento de suas obrigações.

2.1.2 Fundamentação teórica

2.1.2.1 Considerações sobre Performance-Based Budgeting – PBB

A academia taylorista influenciou o processo de evolução do orçamento por desempenho ao estimular o aspecto da eficiência do financiamento das atividades no âmbito público pelas premissas do orçamento base-zero. Suave, Lunkes e Codesso (2017) explicam que o orçamento e o planejamento precedem de conceito mais amplo com desenvolvimento lógico no processo de alocação orçamentária. No modelo teórico abordado pelos autores, as etapas de planejamento, orçamento, execução da estratégia, monitoramento, controle e avaliação deve ser visto como um construto intrínseco aos objetivos, produtos e resultados desejados.

Em meados de 1950, os Estados Unidos da América – EUA iniciaram a implementação do orçamento base-zero, que possui como principal característica a necessidade de justificar a

utilização dos recursos, a qual se apresenta como medida de desempenho ao utilizar a referência dos serviços e produtos a serem entregues de acordo com a alocação orçamentária. Então, mediante a necessidade de reformas no escopo orçamentário federal para reorganização do processo orçamentário, colocou-se em pauta o desenvolvimento das dimensões de variáveis e os meios necessários para atingir os resultados finalísticos, surgindo assim a teoria PBB aprimorada para alocação orçamentária (MENSER; ROBINSON, 2008; WEILLER; MENDES, 2016; GRZYBOWSKI *et al.*, 2016; SUAVE; LUNKES; CODESSO, 2017).

Outras pesquisas contribuem também nessa mesma perspectiva, explicando que o PBB tem por finalidade a análise de *performance* dos objetivos, com base na mensuração dos desempenhos por meio de índices/indicadores, além da indicação pela gestão de critérios intrínsecos na alocação orçamentária, tendo a prestação de contas como ferramenta de controle (HAGER; HOBSON; WILSON, 2001; NGUYEN, 2007).

Cavalcante (2010) aduz que a construção orçamentária pelo modelo *Planning, Programming Budgeting System* – PPBS possibilitou o desenvolvimento de diversas modelagens alternativas, tais como: *output budget, program budgeting* etc. Esses modelos incitaram novas análises em que a teoria PBB, no qual o objetivo é a distribuição orçamentária em função dos objetivos e das metas fixadas, contribui na verificação do atingimento, ou não, dos objetivos por meio dos critérios que os gestores escolheram como prioritários [como ferramenta/instrumento de controle de *accountability*].

A teoria PBB é apontada como ferramenta de avaliação ao invés de processo orçamentário decisório na construção e alocação dos recursos, porém, as mensurações de *performance* orçamentária por ação permitem coadunar a relação entre os recursos alocados e o desempenho das políticas públicas executadas pelos gestores, em razão do financiamento feito pela sociedade contribuinte em geral (MENSER; ROBINSON, 2008; WEILLER; MENDES, 2016).

Rocha de Azevedo e Busanelli de Aquino (2022) discorrem que a teoria PBB possibilitaria ao cidadão uma forma de avaliação das políticas públicas para mitigar a ineficiência dos resultados com recursos desperdiçados. Para tanto, o modelo orçamentário atual precisaria ser substituído por uma modelagem focada em resultados. Além disso, precisaria alterar o foco do controle de recursos e dar maior ênfase aos resultados, fato que é usual dos modelos adotados por países europeus.

A melhoria da eficiência e efetividade dos gastos públicos é um dos principais temas abordados nas reformas orçamentárias em mais de cinco séculos de mudanças e, que a partir da década de 1990, a aferição de desempenho da gestão têm tido duas perspectivas: melhoria da eficiência, eficácia e efetividade, e; contabilização dos resultados obtidos das políticas à sociedade (FITZ VERPLOEGH; BUDDING; WASSENAAR, 2022). Segundo Fitz Verploegh, Budding e Wassenaar (2022), o intuito da racionalização da tomada de decisão no processo orçamentário surgiu com PPBS, Orçamento Base-Zero – ZBB e a teoria PBB, em que trazem uma abordagem transparente das metas estabelecidas pelo governo e a utilização dos recursos públicos de forma mais eficiente para alcançar os objetivos traçados.

Os conceitos da teoria PBB são alicerçados nas informações de desempenho (PI), com o fito de que utilizar essas informações resulta em uma tomada de decisão mais assertiva quando as políticas públicas têm seus desempenhos aferidos (FITZ VERPLOEGH; BUDDING; WASSENAAR, 2022; ROCHA DE AZEVEDO; BUSANELLI DE AQUINO, 2022). Essas informações são medidas de entregas, sejam produtos ou serviços, à sociedade. Segundo Rocha de Azevedo e Busanelli de Aquino (2022), essas medidas são classificadas em inputs (recursos utilizados) e outputs (entregas), produtividade (outputs/inputs) e medidas de eficiência (custo/outputs), bem como o custo-efetividade (inputs sobre outcomes) e a eficácia (output sobre outcome), sendo o outcome a proxy/meta final inserida no planejamento estratégico a ser alcançado a longo prazo em essência.

Rocha de Azevedo e Busanelli de Aquino (2022) asseveram que as pesquisas sobre PBB no Brasil são escassas. Os autores discorrem que as pesquisas no Brasil se resumem à estudos de casos, destacando que de modo geral os resultados desses estudos indicam baixa adequação ao uso da teoria PBB com o uso de metas não financeiras no processo orçamentário e em sua execução.

2.1.2.2 Orçamento por desempenho na área da saúde

O tema de orçamento público no Brasil é amplo pois além de possibilitar inúmeras pesquisas acadêmicas e/ou pesquisas aplicadas também torna viável explorar o assunto sob indagações e análises mais detalhadas. Costa (2003), por exemplo, realizou sua pesquisa a partir dos critérios de alocação dos recursos financeiros no SUS destinados aos governos estaduais e municipais sob as perspectivas normativas. A pesquisa foi por essência documental descritiva,

por coletar e descrever as normas estabelecidas à época para as distribuições orçamentárias. O autor abordou com maior destaque os critérios: alocação geográfica dos recursos financeiros, fator populacional [apesar do fator histórico sobrepujar em alguns momentos, justificado como elemento de equidade para mitigar as eventuais desigualdades], autonomia dos gestores subnacionais, segmentação dos tetos financeiros.

Teixeira e Teixeira (2003) apresentaram a experiência obtida no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos de Saúde – SIOPS, pois os autores discorrem que a utilização desse sistema se torna importante para análises e diagnósticos das políticas públicas tendo em vista as extrações das informações e as características intrínsecas dos dados em seus processos construtivos.

Vários estudos remetem a buscas de indicadores para demonstrar a compatibilização de desempenho econômico-financeiro e gestão orçamentária (ELIAS; SOUZA, 2006; DE SOUZA *et al.*, 2009), os quais possibilitaram verificar que os índices fomentam o planejamento gerencial e seus controles, além de os correlacionar às prioridades de política de saúde.

Gonçalves *et al.* (2012) desenvolveram uma pesquisa empírica que versou sobre o desempenho da alocação orçamentária em função das despesas da atenção primária nos municípios da região sudeste, referente ao período de 2007 a 2010, aplicando método *Data Envelopment Analysis* – DEA como indicador de desempenho sob aspectos do índice de Malmquist adaptado por Ray e Desly em 1997. Por meio da análise, verificou-se que não houve aumento de desempenho em nenhum grupo estudado, além disso, as variações do desempenho não foram significativas para a maioria dos municípios, apesar de variações significantes por decréscimos do desempenho. Os autores destacaram que os fatores de autonomia na alocação orçamentária combinada com a ausência de comparabilidade entre os escores de eficiência podem ter influenciado nas dessemelhanças encontradas.

Weiller e Mendes (2016) desenvolveram uma análise sobre alocação orçamentária em função do desempenho das ações de saúde no município de São Bernardo do Campo no período 2006 a 2012, fazendo a investigação documental e de dados por meio da extração de informações do PPA, LDO, LOA e de relatórios de pactuação de saúde. Na pesquisa, a análise feita por meio de matriz de *proxies* em quatro dimensões [recursos, *outputs*, eficiência e *outcomes*] e, sob essas circunstâncias, concluiu-se que independente de resultados os gestores devem buscar a melhoria na elaboração do processo orçamentário para acompanhar os critérios de alocação frente ao desempenho da política pública de saúde.

Ainda em 2016, em pesquisa realizada sobre a relação da alocação orçamentária e desempenho por ação no âmbito da Secretaria de Atenção à Saúde – SAS, Grzybowski *et al.* (2016) constataram, por meio dos Relatórios de Gestão daquela unidade, que não houve relação entre a eficiência no financiamento das ações de saúde e o processo da alocação orçamentária.

Sob uma perspectiva de modelo de governança voltado para resultados, Sampaio (2017) buscou aferir se, no período de 2012 a 2016, as unidades laboratoriais do Instituto Oswaldo Cruz – IOC que receberam mais recursos atendiam aos critérios de eficiência dos projetos. A autora verificou que, apesar da limitação temporal e do recorte da amostra aos laboratórios do IOC, a eficiência global [como critério: a produtividade] não possuiu relação direta na distribuição orçamentária, sendo constatado pelas disparidades entre os desempenhos esperados e os alcançados pelas unidades, implicando na avaliação do modelo orçamentário utilizado como não adequado.

2.1.3 Metodologia

Conforme explica Gil (2008), existem diversas classificações de pesquisa e métodos, assim, por tais conceituações, a classificação dessa pesquisa é de caráter essencialmente descritivo. Já quanto a natureza, é aplicada porque se trata de um contexto prático e direcionado. A forma de abordagem é quantitativa do tipo descritiva, pois existem dados numéricos para análise e interpretação por meio de técnicas estatísticas.

Em relação aos objetivos, o método é o hipotético-dedutível, guiado por meio dos resultados obtidos (GIL, 2008). Quanto aos tipos de procedimentos técnicos que dão subsídio ao método, são utilizados: o bibliográfico, para suporte teórico de maneira empírica – construto de literatura prévia sobre o assunto por artigos, dissertações, teses e livros; o documental; e o levantamento, que é uma técnica padronizada de coleta de dados.

As informações utilizadas decorrentes de pesquisa documental são oriundas de dados primários que foram retirados do PNS, PAS e RAG, que é um conjunto de ferramentas utilizado no planejamento do SUS por meio dos quais são demonstrados os **resultados alcançados** (grifo) em relação às metas estabelecidas na atenção integral à saúde, podendo ser **verificada a efetividade e eficiência na sua execução** (grifo).

Em virtude de a competência da ação de saúde indígena ser do Ministério da Saúde, os instrumentos de PNS, PAS e RAG figuram no âmbito federal da gestão nacional do SUS. Dessa

forma, por meio do portal e-SIC, a SESAI/MS relatou que os DSEI não possuem RAG próprio. Nesse sentido, a SESAI/MS consolida todas as informações dos DSEI para construir o segmento do RAG referente a saúde indígena, aferindo o desempenho das metas por médias e somatórios. Logo, foram coletadas as informações orçamentárias de cada unidade dos DSEI e o atingimento médio do desempenho das metas daquelas unidades.

Para convalidação da teoria PBB, este estudo foi inspirado pela pesquisa de Ho (2011) – que também foi referência nos trabalhos de Lyrio *et al.* (2014, p. 12) e Grzybowski *et al.* (2016, p. 10), sendo utilizadas no mínimo duas variáveis para análise de correlação para verificar e inferir a possível relação entre as variáveis de orçamento de custeio discricionário e o desempenho físico das metas. A análise é feita com base no Indicador de Desempenho da Equação 1, que possui a seguinte *proxy*:

$$\text{Indicador de Desempenho} = \Delta \frac{\text{execução orçamentária}}{\text{desempenho físico das metas}} \quad (1)$$

Dessa maneira, para verificar a possível relação, à luz da teoria PBB, as hipóteses a serem testadas por meio dos indicadores de desempenho também foram inspiradas pelos estudos de (LYRIO *et al.*, 2014, p.12; GRZYBOWSKI *et al.*, 2016, p.10) em que: Hipótese 1 – H1 é convalidado, por meio de relação direta, se as unidades que tiveram maior alocação de recursos obtiveram melhor desempenho físico das metas em relação ao exercício anterior; Hipótese 2 – H2, é verificado se nos casos de baixo desempenho físico das metas e acréscimo na alocação orçamentária possibilitou a melhora no exercício seguinte, de maneira a compensar o déficit da *performance*.

A análise será procedida pelo cálculo de variação da execução orçamentária, realizada pela razão da alocação orçamentária do exercício em curso e a alocação orçamentária do exercício anterior. Nesse mesmo princípio, o cálculo de variação do desempenho das metas será o desempenho das metas exercício em curso dividido pelo desempenho das metas no exercício anterior. Os resultados dessas variações irão subsidiar a *proxy* do Indicador de Desempenho discorrido nessa seção. Dessa forma, o cálculo de correlação linear entre essas variáveis possibilitará corroborar ou falsear a teoria PBB quanto a relação entre orçamento e desempenho.

2.1.3.1 Amostra pesquisada

A SESAI/MS possui um amplo escopo de atividades e que são executadas de forma descentralizada pelos 34 DSEI. No que concerne ao planejamento da atuação das políticas públicas de saúde de forma direta, as metas que constam nos PNS referente ao período de 2012 a 2019, são:

Quadro 3 - Descrição das metas pactuadas no PNS para Saúde Indígena

PNS	Nº da meta	Descrição da Meta	Ação	Eixo
2012-2015	1	Ampliar cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo MS.	20YP	Custeio
2012-2015	2	Estabelecer, até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 DSEI.	20YP	Custeio
2012-2015	3	Implantar a estratégia "Rede Cegonha" nos 34 DSEI.	20YP	Custeio
2012-2015	4	Implantar, até 2015, sistema de abastecimento de água em 1.220 aldeias com população a partir de 50 habitantes.	7684	Capital
2012-2015	5	Reformar e estruturar 58 Casa de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.	20YP 7684	Capital
2016-2019	1	Ampliar de 76% em 2014 para 85% as crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo de acordo com o calendário indígena de vacinação.	20YP	Custeio
2016-2019	2	Ampliar de 83% em 2013 para 90% as gestantes indígenas com acesso ao pré-natal.	20YP	Custeio
2016-2019	3	Alcançar 70% das crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento.	20YP	Custeio
2016-2019	4	Ampliar de 38,6% em 2014 para 60% a cobertura da população indígena com Primeira Consulta Odontológica Programática.	20YP	Custeio
2016-2019	5	Ampliar de 68% em 2014 para 90% as crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas pela vigilância alimentar e nutricional.	20YP	Custeio
2016-2019	6	Reformar e/ou ampliar 26 Casas de Saúde Indígena (CASAI).	20YP 7684	Capital
2016-2019	7	Reformar e/ou ampliar 250 sistemas de abastecimentos de água em aldeias.	7684	Capital
2016-2019	8	Implantar 281 sistemas de abastecimento de água em aldeias com população acima de 50 habitantes.	7684	Capital
2016-2019	9	Implantar em 148 aldeias a destinação final adequada dos dejetos.	7684	Custeio Capital

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Plano Nacional de Saúde – PNS e o Plano Anual de Saúde – PAS são instrumentos de gestão os quais estabelecem metas nacionais. Nesse sentido, a SESAI/MS não possui o estabelecimento de metas específicas por Unidade Gestora. Por isso, a meta anual prevista apresentada se refere ao contexto nacional e o que foi executado anualmente se trata da apuração de desempenho por cada DSEI. Porém, em algumas situações de apuração, não foram apresentados resultados para todas as metas, pois o indicador utilizado não se aplicava em estratificação por DSEI.

Foi verificado que o Relatório Anual de Gestão da SESAI/MS, referente ao período de 2012 a 2020, encontra-se em transparência ativa, no portal do Ministério da Saúde, na aba de instrumentos de planejamento do SUS, na página de acesso à informação, disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/gestao-do-sus>. Além disso, foram gerados pedidos de acesso às informações e transparência para proceder a coleta das informações quantitativas em relação as despesas orçamentárias de custeio com vinculação discricionária (cód. 400) das ações de saúde indígena – 20YP e o relatório detalhado do desempenho das metas físicas das unidades gestoras desconcentradas subordinadas a SESAI/MS.

2.1.4 Apresentação e discussão dos resultados

2.1.4.1 Apresentação dos resultados

Após coleta realizada, foi procedido o cálculo da variação (Δ) do orçamento (O) e a variação do desempenho (D) da amostra, e que pode ser verificado na Tabela 1. Verificou-se como válidas 136 observações para testar e analisar referente a H1 – primeira hipótese. Para H2 – segunda hipótese, foram verificadas como válidas 140 observações para testar e analisar.

Tabela 1. Variação do desempenho físico e orçamentário no período

UG	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019	
	O	D	O	D	O	D	O	D	O	D	O	D	O	D	O	D
257021	0.0000	0.0000	2.1588	0.0060	0.6289	0.3774	0.2098	0.6312	0.0000	0.0000	-0.0872	3.7790	0.1266	0.2981	0.0394	0.0297
257022	0.0000	0.0000	0.8637	-0.1231	0.3027	0.1087	-0.0338	0.6904	0.0000	0.0000	0.1413	0.1388	0.0145	0.4407	-0.2566	-0.0087
257023	0.0000	0.0000	0.6010	0.0130	1.0614	0.3015	0.0173	0.6833	0.0000	0.0000	-0.0036	0.1623	-0.0627	-0.0090	0.0125	0.0634
257024	0.0000	0.0000	1.7782	-0.0135	0.6124	-0.0715	0.0238	0.0452	0.0000	0.0000	0.7719	0.3727	-0.0933	0.2073	0.1146	0.4635
257025	0.0000	0.0000	2.6366	0.0033	0.4089	0.0322	0.4212	0.6492	0.0000	0.0000	-0.0273	0.2761	0.2701	0.1127	-0.2554	0.0851
257026	0.0000	0.0000	2.0935	-0.0363	1.3550	-0.0259	-0.2921	0.1541	0.0000	0.0000	-0.2705	0.0238	0.3848	-0.0198	-0.2190	0.0289
257027	0.0000	0.0000	-0.0041	0.0050	-0.1262	0.3551	0.2574	0.6842	0.0000	0.0000	-0.0204	0.3027	0.1055	-0.0752	-0.0217	0.4723
257028	0.0000	0.0000	2.7211	-0.0633	0.8807	-0.0258	0.1629	0.4465	0.0000	0.0000	0.1063	0.2422	0.0475	-0.1001	-0.0547	0.1034
257029	0.0000	0.0000	2.0093	-0.1195	0.6731	0.1470	0.2964	0.6412	0.0000	0.0000	0.0464	0.4067	-0.1621	0.1616	0.0117	0.0474
257030	0.0000	0.0000	1.6275	0.0356	-0.0535	0.3333	0.0603	0.6321	0.0000	0.0000	0.0471	0.1306	-0.2140	-0.0072	0.0036	0.0603
257031	0.0000	0.0000	0.3924	-0.0397	0.8510	-0.0135	0.0205	0.6954	0.0000	0.0000	-0.0425	0.2489	-0.1899	-0.0962	0.2732	1.8902
257032	0.0000	0.0000	2.6049	-0.2849	0.3654	3.4378	-0.4828	-0.0131	0.0000	0.0000	-0.2005	0.3248	0.0401	-0.0305	-0.3736	0.0846
257033	0.0000	0.0000	1.2317	0.0702	-0.1165	0.3822	0.9210	0.0079	0.0000	0.0000	0.1170	0.0436	-0.0228	0.0540	0.0679	0.0158
257034	0.0000	0.0000	0.8735	-0.2313	0.8049	0.4679	0.0999	0.9156	0.0000	0.0000	0.0040	1.0336	0.2359	-0.0671	0.1589	-0.1716
257035	0.0000	0.0000	0.0666	-0.0105	0.2974	0.0030	0.1256	0.6789	0.0000	0.0000	0.1430	0.1204	-0.0862	0.0253	0.0529	0.0524
257036	0.0000	0.0000	0.3550	-0.0125	-0.0770	0.0054	0.1846	0.3333	0.0000	0.0000	-0.1510	0.7521	0.0575	0.1321	0.0934	-0.0132
257037	0.0000	0.0000	0.4092	-0.0154	0.2510	0.0065	0.1485	-0.0120	0.0000	0.0000	-0.0674	0.2215	-0.0705	0.0452	-0.0826	-0.0161
257038	0.0000	0.0000	0.3583	0.0011	0.1692	-0.0098	0.0702	0.0120	0.0000	0.0000	0.0438	0.0954	-0.0611	-0.0592	0.0328	0.0118
257039	0.0000	0.0000	0.2861	-0.0980	-0.0317	0.4151	0.1454	0.0597	0.0000	0.0000	0.1787	0.0769	-0.2167	-0.0821	-0.2421	0.0633
257040	0.0000	0.0000	0.6580	-0.1986	0.8069	0.7343	0.0534	0.7927	0.0000	0.0000	0.1207	-0.0678	-0.0726	0.1240	0.0746	-0.0726
257041	0.0000	0.0000	0.1810	-0.0230	0.0537	0.0043	0.3348	0.0096	0.0000	0.0000	0.0033	-0.6939	0.0006	22.1641	-0.1238	0.0069
257042	0.0000	0.0000	0.3963	-0.0895	-0.1177	0.0072	0.7476	0.8464	0.0000	0.0000	0.0710	2.7225	0.0165	1.3148	-0.0483	-0.0364
257043	0.0000	0.0000	0.4166	-0.0255	0.4944	0.3503	-0.1667	0.6715	0.0000	0.0000	0.2155	0.0819	0.4265	-0.1069	-0.0854	0.1040
257044	0.0000	0.0000	0.5234	-0.0168	0.6654	0.3608	0.0749	0.6180	0.0000	0.0000	0.4222	-0.0135	-0.0726	-0.0339	0.0639	0.1697

continua...

continuação...																
257045	0.0000	0.0000	1.4559	-0.0502	0.6260	0.3468	0.0103	0.6687	0.0000	0.0000	-0.1007	0.0090	0.1442	-0.0016	-0.2443	0.0446
257046	0.0000	0.0000	0.9049	0.0401	-0.0324	0.0185	0.4720	0.6827	0.0000	0.0000	0.0512	-0.0200	0.0457	0.2168	0.0996	0.1196
257047	0.0000	0.0000	0.0223	0.0032	0.2145	0.0059	0.1657	0.6708	0.0000	0.0000	-0.0680	0.1128	0.0989	0.5223	0.0672	0.0254
257048	0.0000	0.0000	0.6716	-0.0151	0.4710	0.0411	0.0486	0.6776	0.0000	0.0000	0.1225	0.6001	1.2888	0.0360	-0.0833	0.0565
257049	0.0000	0.0000	0.3321	-0.0073	-0.0293	0.3109	-0.0246	0.6963	0.0000	0.0000	0.1193	0.1159	-0.0393	-0.0358	-0.0248	-0.0396
257050	0.0000	0.0000	1.4320	0.0136	0.0623	0.3528	0.1390	0.6667	0.0000	0.0000	-0.0102	0.0600	0.0410	0.0218	-0.0521	-0.0365
257051	0.0000	0.0000	0.4943	-0.0082	-0.0945	0.2757	0.3483	0.6133	0.0000	0.0000	0.0054	-0.2439	0.1343	0.8400	-0.1214	0.0780
257052	0.0000	0.0000	0.2612	0.0072	0.1823	-0.0108	-0.0279	0.6740	0.0000	0.0000	-0.0914	0.0128	-0.0572	0.2138	-0.1542	-0.0560
257053	0.0000	0.0000	0.7683	-0.0087	0.0173	0.3203	0.2068	0.6679	0.0000	0.0000	-0.0048	0.2593	0.1133	0.5722	-0.0780	0.1772
257054	0.0000	0.0000	1.1745	0.0404	0.3555	0.0302	-0.1604	0.6727	0.0000	0.0000	0.0687	0.1805	0.0119	0.0892	-0.0770	0.0002

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tabela 2. Estatística descritiva referente H1.

	Δ Orçamento por PNS			Δ Desempenho H1_PNS	
	2012 a 2015	2016 a 2019		2012 a 2015	2016 a 2019
Média	.2427973	.0110431	Média	9.255002	2.884636
Desvio padrão	.3451061	.2151164	Desvio padrão	36.2135	18.28111
Mínimo	-.4828204	-.3735804	Mínimo	-45.34116	-4.454144
Máximo	1.354992	1.288841	Máximo	154.1384	148.3431
Contagem	68	68	Contagem	68	68

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A estatística descritiva de H1 apresenta as variações máximas orçamentárias por PNS: 1.3549 [2012 a 2015] e 1.2888 [2016 a 2019]. Já em relação as variações máximas dos desempenhos por PNS são: 154.1384 [2012 a 2015] e 148.3431 [2016 a 2019]. As maiores variações são referentes aos desempenhos das metas, independente do período de referência do PNS, indicando como efeito uma maior mutabilidade do desempenho das metas em relação ao orçamento. Após a etapa de análise da variação, procedeu-se o cálculo da correlação das mesmas variáveis, conforme a Tabela 3.

Tabela 3. Análise da correlação H1.

	Δ Orçamento por PNS	PNS
Δ Desempenho H1_PNS	0.0613	2012 a 2015
Δ Desempenho H1_PNS	-0.1164	2016 a 2019

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Sobre os resultados da correlação da H1, nota-se que em ambos os períodos houve correlação fraca, 0.0613 [2012 a 2015] e -0.1164 [2016 a 2019], logo, como houve um resultado negativo, podemos inferir que o desempenho não influenciou a alocação orçamentária como aborda a teoria PBB. Então, a H1 foi refutada pela correlação fraca e negativa – falseamento constatado para PNS de 2016 a 2019; apesar de não se rejeitar H_0 para o período de 2012 a 2015 por ser positivo, a corroboração da hipótese teve resultado de 0.0613, ou seja, uma correlação fraca ou quase nula.

Em relação a H2, buscou-se verificar se o acréscimo orçamentário em relação aos recursos orçamentários alocados no exercício anterior influenciou o desempenho das metas no exercício analisado, assim, a Tabela 4 apresenta a estatística descritiva da segunda hipótese.

Tabela 4. Estatística descritiva referente H2.

	Δ Orçamento por PNS		Δ Desempenho H2_PNS		
	2012 a 2015	2016 a 2019	2012 a 2015	2016 a 2019	
Média	.6016136	.1376283	Média	3.17225	724.9451
Desvio padrão	.6340618	.2070383	Desvio padrão	9.330329	5342.29
Mínimo	.010324	.0005594	Mínimo	-.3423318	-213.2916
Máximo	2.721117	1.288841	Máximo	64.76972	39622.51
Contagem	85	55	Contagem	85	55

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A estatística descritiva da variação orçamentária de H2 apresenta os resultados máximos: 2.7211 [2012 a 2015] e 1.2888 [2016 a 2019]. Os desempenhos máximos por PNS foram: 64.7697 [2012 a 2015] e 39622.51 [2016 a 2019]. As maiores variações observadas foram do desempenho de metas, não havendo diferença nos períodos analisados dos PNS, assinalando que a variação orçamentária não precede o desempenho das metas de maneira proporcional.

Tabela 5. Análise da correlação H2.

	Δ Orçamento por PNS	PNS
Δ Desempenho H2_PNS	-0.2861	2012 a 2015
Δ Desempenho H2_PNS	-0.0913	2016 a 2019

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na Tabela 5, nota-se que as correlações de H2 por PNS foram: -0.2861 [2012 a 2015] e -0.0913 [2016 e 2019]. O sinal foi negativo entre as variáveis em ambos os períodos, refutando a H2. Assim como a outra hipótese testada, a fraca correlação caracteriza que o grau evolutivo do desempenho das metas não interfere na alocação orçamentária no exercício financeiro seguinte, portanto há divergência entre os critérios estabelecidos pela teoria PBB e a falta de critérios complementares na alocação de recursos.

2.1.4.2 Discussão dos resultados

A aplicação da teoria PBB fomenta o planejamento orçamentário de forma dinâmica ao possibilitar a análise de informações sobre o desempenho das entidades nas mais diversas etapas ao que sorve a distribuição de recursos em busca da eficiência (HO, 2011). O benefício do uso da teoria PBB é a possibilidade da Administração Pública buscar o aprimoramento e controle da execução orçamentária por meio dos indicadores de resultados ao avaliar seus desempenhos.

O processo da governança orçamentária possui maior influência política do que aspectos técnicos e critérios de mensuração (CAVALCANTE, 2010; HO, 2011; GRZYBOWSKI *et al.*, 2016). Conforme Grzybowski *et al.* (2016) asseveram, o contexto da alocação orçamentária na área da saúde no Brasil é preocupante, pois, em cenário econômico que enfrenta limitações de recursos e aumentos das demandas, a política pública de saúde atinge toda a sociedade – pela perspectiva dos usuários do SUS e dos contribuintes.

O avanço sobre essa temática é instigado pela CF/88, LRF e Lei nº 8.080/90. Entretanto, acrescenta-se que a própria limitação de recursos e *accountability* induzem os gestores a buscarem a eficiência das políticas públicas com o aprimoramento da gestão. A atuação desses agentes como executores das políticas públicas oportuna a realização de análises fundamentadas em pesquisas e procedimentos técnicos para facilitar e otimizar o processo de tomada de decisão para alcance dos objetivos. Todavia, Cavalcante (2010) verificou que os indicadores utilizados para avaliação do orçamento por desempenho, frente aos objetivos dos instrumentos de planejamentos governamentais, são por vezes limitados e enviesados pelo próprio processo construtivo e conceitual.

Com estado da arte desse tema, com vista aos estudos citados nesse trabalho, percebe-se que a governança orçamentária no Brasil é recente e ainda incipiente, sendo um tema que carece de evolução e desenvolvimento aplicado. As pesquisas anteriores demonstram que o desempenho das ações e metas não possuem robustez, em que os recursos orçamentários, de forma isolada, não estão sendo efetivos para o alcance das políticas públicas. Ressalta-se que os resultados dessa pesquisa corroboram com aqueles encontrados por Cavalcante (2010), Lyrio *et al.* (2014) e Grzybowski *et al.* (2016), e induzem em novo questionamento sobre quais são os critérios relevantes da alocação orçamentária na área da saúde, em especial a ação 20YP.

2.1.5 Conclusões

Este trabalho procurou analisar, por meio dos relatórios de execução orçamentária dos DSEI, PNS, PAS e os RAG relacionados à SESAI/MS, se alocação orçamentária possui relação com desempenho das metas físicas. A delimitação foi referente à ação orçamentária 20YP de custeio com vinculação discricionária referente ao período de 2012 a 2019.

A ação 20YP abrange o financiamento de mais de 60% das metas físicas estabelecidas no PNS por ser de custeio, sendo o restante das metas executadas pela ação com natureza de

despesas de capital e infraestrutura. A falta de detalhamento da ação 20YP impossibilita o relacionamento com as metas do PNS. Ainda sobre o processo de desenvolvimento das metas analisadas, foram elaboradas sob um escopo nacional e gerido pela SESAI/MS, implicando em potencial distorção nos resultados aferidos da população atingida ao considerar como desempenho a média aritmética obtida por suas unidades subordinadas, DSEI, na consolidação dos resultados apresentados nos RAG.

Ressalta-se que apesar do presente trabalho ser de abordagem empírica, no processo construtivo das métricas e indicadores das metas físicas, ainda na etapa de planejamento, possivelmente não foi levado em consideração a distribuição por fatores demográficos e regionais, custos e outros elementos necessários em cada unidade responsável pela execução da política pública de saúde indígena. Constatou-se que a alocação orçamentária da ação 20YP, em ambos os períodos dos PNS, não possuiu correlação com o desempenho das metas físicas. Além disso, foi constatada uma grande amplitude nas variações do desempenho das metas, enquanto a alocação orçamentária teve valores menores, podendo indicar que, de forma isolada, a alocação orçamentária não se mostra como fator influente para atingir as metas pactuadas e vice-versa.

A limitação dessa pesquisa é referente ao universo amostral dos 34 DSEI, pelo lapso temporal de dois PNS concluídos, de 2012 a 2019, dados quantitativos e qualitativos, combinados por análise empírica, por meio da teoria PBB, e técnicas descritivas com cálculos de correlação linear, após a transformação dos dados primários pela *proxy* indicada na seção de desenho da pesquisa.

Os achados dessa pesquisa ratificam que é necessário o aprofundamento sobre os critérios da alocação orçamentária, instigando futuras pesquisas sobre o tema, de modo mais detalhado, aumentando as variáveis estudadas atreladas ao suporte teórico do financiamento orçamentário do SUS e ao processo de planejamento para analisar os seus comportamentos por meio dos critérios discricionários da alocação orçamentária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: [L8080 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/legis/l8080.htm). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 05 mai. 2000. Disponível em: [Lcp101 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/legis/l101.htm). Acesso em: 15 jun. 2022.

CAVALCANTE, Pedro Luiz. Orçamento por Desempenho: uma análise qualitativa comparada dos modelos de avaliação dos programas governamentais no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista de Gestão USP**, v. 17, n. 1, p. 13-25, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268313607.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022

COSTA, Luiz Renato Lima. **Os Critérios de Alocação de Recursos Financeiros do Ministério da Saúde Destinados à Assistência à Saúde, aos Governos Estaduais e Municipais:** evolução da NOB 01/1991 à NOAS 01/2002. São Paulo: EAESP/FGV, 2003. 118 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Administração Hospitalar e Sistemas de Saúde). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2299>. Acesso em 10 mar. 2022.

DE SOUZA, Antônio Artur *et al.* Controle de gestão em organizações hospitalares. **REGE Revista de Gestão**, v. 16, n. 3, p. 15-29, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36675>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ELIAS, Flávia Silva; SOUZA, Luis. Indicadores para monitoramento de pesquisa em saúde no Brasil. **Ciência da informação**, v. 35, n. 3, p. 218-226, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/bQF5cFhPN8jRZ7nqDBc7b8z/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FITZ VERPLOEGH, Roderick; BUDDING, Tjerk; WASSENAAR, Mattheus. Policy control as an alternative approach to performance-based budgeting (PBB) to strengthen the link between policy and financial means. **Public Money & Management**, p. 1-9, 2022. DOI: [10.1080/09540962.2022.2062162](https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2062162). Acesso em: 25 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. Disponível em: http://www.feata.edu.br/downloads/revistas/economiaepesquisa/v3_artigo01_globalizacao.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

GONÇALVES, Márcio Augusto *et al.* Uma análise da mudança de produtividade da alocação de recursos públicos na atenção básica da saúde em municípios da região sudeste brasileira. **Revista de Ciências da Administração**, p. 60-74, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4404358>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GRZYBOWSKI, Márcia; LUNKES, Rogério João; LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão. Orçamento por desempenho: uma análise sobre a relação entre o desempenho da Secretaria de

Atenção da Saúde e os recursos orçamentários alocados em suas ações. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 213-233, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/129135>. Acesso em: 10 mar. 2022.

HAGER, Greg; HOBSON, Alice; WILSON, Ginny. **Performance-based budgeting: Concepts and examples**. Legislative Research Commission, Committee for Pram Review and Investigations, 2001. Disponível em: <https://focusintl.com/data/documents/RBM128-RR302.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

HO, Alfred Tat-Kei. PBB in american local governments: it's more than a management tool. **Public Administration Review**, v. 71, n. 3, p. 391-401, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-6210.2011.02359.x>. Acesso em 10 mar. 2022.

LEITE, Rita Mara *et al.* Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 47, p. 56-72, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n47/v19n47a06.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão; DELLAGNELO, Eloíse Helena Livramento; LUNKES, Rogério João. O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 90-106, 2013. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/RGFC/article/view/2148>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão *et al.* Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 7, n. 1, p. 148-168, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3193/319330058009.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LUNKES, Rogério João *et al.* Estudo sobre a implantação do orçamento baseado em desempenho na Autoridade Portuária de Valência. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, p. 49-76, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/HpRz7jfXFPWxDZpwwHyBLcg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 61-82, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/FS8639jwkgbK8Vk3GrzDb9Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MENSER, Michael; ROBINSON, Juscha. Participatory budgeting: from Porto Alegre, Brazil to the US. In: **US solidarity economy: Building alternatives for people and planet**. Chicago, IL: ChangeMaker Publications, 2008. p. 291-303.

NGUYEN, Hoang-Phuong. **Performance budgeting: Its rise and fall**. 2007. Disponível em: <https://mpr.ub.uni-muenchen.de/id/eprint/9415>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ROCHA DE AZEVEDO, Ricardo; BUSANELLI DE AQUINO, André Carlos. Ceremonial use of the performance-based budgeting by São Paulo municipalities. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 19, n. 50, 2022. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=18071821&AN=156479975&h=MmUMAsKWN7JouhM22dlCH9jPw7O9Xc%2BwiUJxmwXUm0lrGwKYIHF7oiM8Chysb2bLdMdePCznqcDNUFa73I0Uug%3D%3D&crl=c>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SAMPAIO, Tathiana de Mello *et al.* **Governança para resultados: análise de eficiência do modelo atual de distribuição orçamentária anual para os laboratórios no Instituto Oswaldo Cruz (IOC)**. 2017. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/27653>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SUAVE, Ricardo; LUNKES, Rogério João; CODESSO, Mauricio Mello. Análise das características da produção científica sobre orçamento em revistas brasileiras. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 5, n. 1, p. 85-102, 2017.

TEIXEIRA, Hugo Vocurca; TEIXEIRA, Marcelo Gouvêa. Financiamento da saúde pública no Brasil: a experiência do Siops. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, p. 379-391, 2003.

WEILLER, José Alexandre Buso; MENDES, Áquilas Nogueira. O Orçamento por Desempenho como ferramenta para gestão e avaliação da política de saúde no município de São Bernardo do Campo, no período 2006 a 2012. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 36-52, 2016. <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3Z5KChVztfw6KFNmJhP874d/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

2.2 ARTIGO 2

ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O DESEMPENHO: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE
DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS UNIDADES DA SESAI/MSBUDGET ALLOCATION AND PERFORMANCE: ANALYSIS OF THE CRITERIA OF
BUDGET DISTRIBUTION OF THE UNITS OF SESAI/MSDouglas Ferreira Pinto¹Alex Mussoi Ribeiro²**RESUMO**

A evolução da Administração Pública, promovida pela *New Public Management* e *New Public Governance*, trata da modernização dos serviços e os aspectos relacionados aos agentes como influenciadores no processo decisório. Os instrumentos de gestão previstos na CF/88 e demais legislações determinam os elementos à aplicação do orçamento público e a comprovação da utilização dos recursos para sua finalidade. O Sistema Único de Saúde utilizou os registros históricos e o custo *per capita* como fatores de planejamento orçamentário, que após a Lei nº 8.080/90 passou a ser por meio das metas e indicadores de desempenho firmados no planejamento do Conselho Nacional de Saúde. O trabalho tem o objetivo de analisar a alocação orçamentária e a relação com desempenho de metas e critérios mais relevantes do orçamento de custeio discricionário da ação 20YP. A pesquisa é essencialmente descritiva e de natureza aplicada com abordagem quantitativa e técnica hipotético-dedutível, com limitação aos dados de 34 unidades gestoras no período de 2012 a 2019. A Análise de Variância e Regressão Múltipla em Painel confirmaram diferenças regionais e individuais com seus efeitos ao longo do tempo. As hipóteses validadas que influenciam a alocação orçamentária foram: H1 – Gastos históricos; H2 – Desempenho das metas físicas em relação ao exercício anterior; H3 – Aspectos demográficos; H4 – Fatores regionais. apontam que quanto maior o desempenho das metas no ano anterior afeta negativamente o recebimento de recursos no ano seguinte e, para justificar o orçamento recebido induz reforçar metas não atingidas e/ou reforçar parte administrativa etc. Sugere-se futuras pesquisas por meio de outras técnicas e o detalhamento da ação 20YP com as metas.

Palavras-chave: Administração Pública. Orçamento por desempenho. Alocação orçamentária.

ABSTRACT

The evolution of Public Administration, promoted by New Public Management and New Public Governance, deals with the modernization of services and aspects related to agents as

¹ Mestrando em Controle de Gestão na Universidade Federal de Santa Catarina. Contador do Ministério da Saúde. E-mail: douglas.pinto@posgrad.ufsc.br.

² Doutor e Mestre em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo – USP. Professor Titular na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: alex.mussoi@ufsc.br.

influencers in the decision-making process. The management instruments provided for in CF/88 and other legislation determine the elements for the application of the public budget and the proof of the use of resources for its purpose. The Unified Health System used historical records and per capita cost as budget planning factors, which, after Law No. The objective of this work is to analyze the budget allocation and the relationship with the performance of the most relevant goals and criteria of the discretionary costing budget of the 20YP action. The research is essentially descriptive and applied in nature with a quantitative approach and hypothetical-deductible technique, limited to data from 34 management units in the period from 2012 to 2019. The Analysis of Variance and Multiple Regression in Panel confirmed regional and individual differences with their effects over time. The validated hypotheses that influence budget allocation were: H1 – Historical expenditures; H2 – Performance of physical goals in relation to the previous exercise; H3 – Demographic aspects; H4 – Regional factors. point out that the higher the performance of the goals in the previous year negatively affects the receipt of resources in the following year and, to justify the budget received, it induces to reinforce goals that have not been reached and/or reinforce the administrative part etc. Future research is suggested using other techniques and the detailing of the 20YP action with the goals.

Keywords: Public administration. Performance-based budgeting. Budget allocation.

2.2.1 Introdução

As políticas públicas relacionadas à população indígena são adequadas as suas peculiaridades, e para entender essa importância é necessário compreender que os índios são sujeitos de sua própria história e que esse entendimento é novo somente para nós enquanto não indígenas (CRUZ; COELHO, 2012). Dantas (2014) reforça que, em que pese a garantia dos seus direitos previstos pela CF/88, suas diferenças foram desconsideradas durante quase cinco séculos, no entanto, o autor enfatiza que essa efetivação de direitos pelo Estado, por meio da constituição, dá espaço para o reconhecimento, inclusive de sua pluralidade.

Dentre os aspectos que os diferenciam, destacam-se as condições de saúde dos povos indígenas, as quais ficam em desvantagem em relação a outras parcelas da população geral (SANTOS *et al.*, 2012). Santos *et al.* (2012) discorrem ainda que, durante o século XX, não existia uma política de saúde indígena, pois os serviços não eram integrados e corriam de forma paralela ao restante da população. A prestação de serviços dentro da área indígena não era adequada e faltava capacidade aos profissionais (LANGDON, 2000), além disso, o SUS, da maneira como foi concebido, priorizava a saúde da população urbana (GARNELO; PONTES, 2012).

A partir da década de 1990, com a criação do Subsistema de Saúde Indígena – SasiSUS, os serviços foram reorganizados em rede e os índios passaram a ser atendidos pelos Distritos

Sanitários Especiais Indígenas – DSEI, com propositura de participação dos índios na organização dos serviços de saúde, a qual é reforçada pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – PNASPI (CRUZ; COELHO, 2012). A reivindicação e conquista dos direitos indígenas incorporaram os ideais abrangidos pelos direitos humanos, e diante dessa perspectiva as políticas destinadas para esse público têm sido apoiadas sob os aspectos das especificidades e pluralidade dos povos originários (SANTOS *et al.*, 2012).

Para a implementação de ações e programas que atendam à população, a definição das políticas públicas deve ser precedida de planejamento (BRASIL, 1988), o qual tem seus instrumentos materializados por meio do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as metas e prioridades do governo, e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Como apoio à gestão e transparência do Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) surgiu como ferramenta do orçamento público com vistas às metas fiscais e o seu cumprimento (BRASIL, 2000). No Sistema Único de Saúde – SUS, por se tratar de ações de saúde, o planejamento é complementado pelo Plano Nacional de Saúde – PNS e do Plano Anual de Saúde – PAS, desenvolvidos por critérios de indicadores, metas de saúde e avaliação de desempenho, com execução fiscalizada pelo Órgão por meio do Relatório Anual de Gestão – RAG.

No Brasil, a União é encarregada de promover a assistência à saúde indígena, devendo garantir o acesso aos serviços de saúde aos povos originários, previstos pela CF/88 e Lei nº 8.080/90. A Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde – SESAI/MS foi criada em 2010 para coordenar e executar a PNASPI. As atividades relacionadas à ação orçamentária 20YP promovem a oferta de saúde de atenção básica aos povos originários sob as diretrizes do PNS (BRASIL, 2010). Sua execução é realizada de forma descentralizada por meio dos 34 (trinta e quatro) DSEI, que são unidades gestoras com autonomia administrativa, orçamentária, financeira e contábil (BRASIL, 2019).

Nesse contexto, ressalta-se que a Administração Pública vem passando por transformações e revoluções nas últimas décadas, inclusive incutindo em novas teorias e abordagens nessas modernizações com propósito de eficiência e eficácia das políticas públicas. Como reflexo dessas ocorrências, podemos destacar o surgimento da *New Public Management* – NPM, que terminou por impulsionar a *New Public Governance* – NPG (SANTOS; ROVER, 2019). No escopo da governança orçamentária, Couto e Cardoso Jr (2018) discorrem que, ao considerar a utilização do orçamento como ferramenta de execução das políticas públicas, o

financiamento decorre de atuação dos agentes, dos contrabalanceamentos de poder no processo da alocação orçamentária e de seus critérios de destinação.

A construção do planejamento administrativo e orçamentário, conforme Suave, Lunkes e Codesso (2017) explicam, é um processo interligado dos produtos e dos resultados desejados com a execução da estratégia, devendo ser visto como um conjunto. Nessa condição, a teoria *Performance-Based Budgeting* – PBB surgiu como ferramenta de avaliação orçamentária por conter elementos para alcance do planejamento estratégico, focando nas variáveis de necessidade para o desenvolvimento da ação e os meios necessários para atingir os resultados finalísticos (HAGER; HOBSON; WILSON, 2001; GRZYBOWSKI *et al.*, 2016).

Lyrio *et al.* (2014), Grzybowski *et al.* (2016) e Weiller e Mendes (2016) ressaltaram que a teoria PBB pode ser um instrumento de planejamento orçamentário por buscar eficiência na alocação dos recursos para execução das políticas pública de saúde, no entanto, a associação entre orçamento por desempenho e a sua alocação na área da saúde no Brasil tiveram resultados que falsearam essa teoria (LYRIO *et al.*, 2014; GRZYBOWSKI *et al.*, 2016; WEILLER; MENDES, 2016), estimulando o questionamento sobre quais são os critérios relevantes da alocação orçamentária.

Com base neste raciocínio, a pergunta norteadora deste artigo é: *Quais são os critérios de alocação orçamentária mais relevantes [associados à teoria PBB] do orçamento de custeio discricionário no âmbito da saúde indígena?* A resposta dessa pergunta contribui no entendimento dos elementos da teoria PBB e dos critérios complementares do processo de alocação orçamentária na saúde, pois, como Santos e Rover (2019) explicam, o debate sobre a eficiência da alocação dos recursos públicos é um tema comumente abordado pela academia e representa uma preocupação para várias áreas.

Este trabalho justifica-se pela originalidade e pela sua natureza aplicada, o qual possui características reais e inferências pragmáticas. Além disso, estimula futuras reflexões sobre o tema de alocação orçamentária, possibilita debates associados às realidades intrínsecas das políticas de saúde indígena, desde as fases iniciais de planejamento até a execução das despesas. Como relevância, está a garantia dos direitos sociais manifestada no artigo 6º da CF/88, bem como o fato da saúde ser um direito fundamental do ser humano, tendo o Estado a obrigação de provê-la (BRASIL, 1988; 1990). Os resultados esperados são: (i) análise crítica sobre o processo de alocação orçamentária e relação com o desempenho das metas e critérios

complementares no âmbito da saúde indígena; e, (ii) estimular e incentivar pesquisa aplicada à academia sobre o tema de orçamento na área da saúde.

2.2.2 Fundamentação teórica

2.2.2.1 Critérios de alocação do orçamento no SUS

Costa (2003) apresentou e analisou os critérios normativos reguladores da alocação orçamentária no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. A pesquisa demonstrou os registros históricos e o desenvolvimento das Normas Operacionais Básicas – NOBs e das Normas Operacionais da Assistência à Saúde – NOAS, além disso, Costa (2003) apresentou um resumo da coletânea dos fatores e elementos legais que determinam a alocação orçamentária, dentre os quais ressaltam os seguintes aspectos:

Tabela 1. Resumo de critérios de alocação por bases normativas

Critério previsto	Lei nº 8.080/90	Lei nº 8.142/90	Decreto nº 1.232/94
Perfil Demográfico	Indicação	Indicação	--
Perfil Epidemiológico	Indicação	Indicação	--
Características da Rede (Qualitativas e Quantitativas)	Indicação	Indicação	--
Desempenho Técnico, Econômico e Financeiro	Indicação	Indicação	--
Orçamento próprio para Saúde de Estados e Municípios	Indicação	Indicação	--
Plano de Investimentos	Indicação	Indicação	--
Gasto Histórico	Indicação	Indicação	--
População	Para 50% dos Recursos Federais	Até regulamentar Lei 8.080/90	Até regulamentar Lei 8.080/90
Outros	50% para Est. e Munic.	70% para Municípios	Fixa prazo para regulamentar Lei nº 8.080/90

Fonte: Adaptado de Costa (2003, p.106).

Até a regulamentação da Lei nº 8.080/90, a qual ocorreu por meio do Decreto nº 7.508/2011, foram utilizados como fatores de planejamento para distribuição e alocação orçamentária os registros históricos e o custo *per capita* [divisão dos recursos em função do número de habitantes], mas após a regulamentação ocorrida em 2011 ficou determinado que os critérios na fase de planejamento de alocação orçamentária seriam por meio das metas e indicadores de desempenho estabelecidos nos instrumentos de planejamento do Conselho Nacional de Saúde – CNS.

Kajiura (2010) explica que para o atendimento do princípio da equidade, no contexto do processo de alocação orçamentária, é imprescindível conhecer os aspectos e critérios de ofertas e de demandas de utilização dos serviços de saúde promovidos pelo SUS. A autora reforçou que, usualmente as séries históricas desses elementos serviram como parâmetros para pactuação do teto orçamentário de cada ente além dos fatores previstos no NOBs e na NOAS.

2.2.2.2 *Orçamento na área da saúde: estudos relacionados e seus aspectos*

De forma pragmática, Cavalcante (2010a) verificou a relação entre os resultados alcançados na avaliação do Plano Plurianual – PPA e as decisões na elaboração do orçamento do Governo Federal pela perspectiva da teoria de orçamento por desempenho. O autor se utilizou do método de regressão linear simples, buscando analisar os coeficientes por método gráfico de dispersão. Os achados da pesquisa indicaram que, no período de 2000 a 2003, houve pouco avanço na construção orçamentária em que foram utilizados critérios/elementos pertencentes e/ou derivados da teoria PBB no âmbito do Ministério da Saúde e outras pastas.

Guerra (2013) propôs um modelo de alocação de recursos financeiros às organizações hospitalares brasileiras prestadoras de serviços de saúde de alta complexidade ao SUS, utilizando dois métodos de análise, *two stage least square* e o Mínimos Quadrados Ordinários – MQO, onde a equação final do modelo proposto foi integrado às relações entre as variáveis de custos médios, acesso aos serviços de baixa complexidade, taxa de ocupação, tipos e naturezas dessas entidades. Os resultados da pesquisa empírica de Guerra (2013), em que a teoria de referência foi o estudo de Carr-Hill *et al.* (1994), constataram que a alocação orçamentária não é baseada na produtividade, sendo ainda verificado que existe heterogeneidade dos serviços de saúde por causa da diferenciação, que a localização da demanda e oferta são critérios importantes e relevantes no processo de alocação orçamentária.

Weiller (2014) e, Weiller e Mendes (2016), analisaram a alocação orçamentária à luz da teoria PBB no município de São Bernardo do Campo, buscando relacionar o planejamento da fase orçamentária com os resultados alcançados das políticas de saúde. Os autores realizaram a análise por indicadores estruturados em categorias [Recursos, *Outputs*, Eficiência, *Outcomes*], justificando a utilização do método e das referências aos países pertencentes à *La Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos* – OCDE, ressaltando que a utilização do

orçamento por desempenho como instrumento de planejamento é um avanço da qualificação do orçamento-programa (WEILLER, 2014; WEILLER; MENDES, 2016).

De maneira semelhante ao trabalho de Weiller (2014), Weiller e Mendes (2016), Lyrio *et al.* (2014) e Grzybowski *et al.* (2016) também desenvolveram pesquisas sobre o processo de alocação orçamentária por desempenho, tendo como premissa máxima a teoria PBB, porém, utilizando método hipotético-dedutivo e, para falseamento/corroboração das hipóteses, utilizaram da técnica de análise de correlação. Os resultados das pesquisas foram semelhantes, pois a maior parte dos coeficientes foram negativos, inferindo-se que as hipóteses em que o orçamento é influenciado por desempenho não se aplica, e, ainda, tiveram baixa correlação – ou até mesmo ausência de correlação [proximidade do zero]. Ademais, visto que as constatações dessas pesquisas se apresentaram de forma semelhante, termina por reforçar a indagação de quais seriam os critérios da alocação orçamentária no âmbito das ações orçamentárias do SUS.

Do mesmo modo, Kashiwakura (2019) procurou relacionar e explicar o comportamento entre a alocação orçamentária e o tipo da infraestrutura básica dos municípios do Brasil por meio de duas técnicas estatísticas: Análise de Correspondência e Regressão Quantílica. Os achados da pesquisa, testados por método hipotético-dedutivo, corroboraram a teoria de que quanto maior a despesa de recursos públicos *per capita*, melhores serão os índices socioeconômicos. Cabendo salientar que, ao analisar o comportamento das médias dos gastos municipais, foram constatadas desigualdades entre regiões, podendo-se inferir que as descentralizações e a alocação orçamentária decorrem da atuação de múltiplos atores e critérios utilizados.

Já Soares (2019) procedeu pesquisa sobre a eficiência das unidades federativas do Brasil na alocação de receitas tributárias e despesas públicas para as funções de saúde e educação, analisando as relações entre despesas públicas e indicadores de resultados, receitas e o nível de eficiência dos entes. Soares (2019) utilizou as técnicas: *Data Envelopment Analysis* – DEA, Análise de Correlação, Análise de Correspondência e Regressão Múltipla com Dados em Painel. Sobre os resultados relacionados à área da saúde, a pesquisa constatou que os estados brasileiros com maiores níveis de eficiência pertenciam às regiões sul e sudeste, enquanto os entes com menores níveis estavam localizados nas regiões norte e nordeste e, além disso, que as despesas públicas possuem efeitos positivos nos indicadores de resultados com significância estatística.

2.2.3 Metodologia

Esta pesquisa se configura como essencialmente descritiva, pois busca investigar quais os critérios de alocação orçamentária mais relevantes [associados à teoria PBB] do orçamento de custeio discricionário no âmbito da saúde indígena. A forma de abordagem do estudo é quantitativa, pois existem dados numéricos, estruturação de dados em painel e aplicação de técnicas estatísticas (GIL, 2002, 2008; BAPTISTA; CAMPOS, 2016). Para desenvolvimento dos objetivos específicos, foram escolhidos os métodos descritivo e o hipotético-dedutível, pois com base nos resultados obtidos são buscadas possíveis características e relações entre variáveis, além do falseamento ou corroboração de hipóteses teóricas para a amostra coletada por critérios empíricos para explicação de fenômenos (GIL, 2008; BAPTISTA; CAMPOS, 2016).

Na coleta e revisão de informações, a pesquisa documental foi concentrada nos dados primários e secundários dos PNS, PAS, RAG e no orçamento de custeio de vinculação discricionária da ação 20YP, no período de 2012 a 2019, das 34 (trinta e quatro) unidades gestoras dos DSEI. Ressaltando que, segundo relato da SESAI/MS por meio do portal e-SIC, os DSEI não possuem RAG e que, ainda, os instrumentos de planejamento e controle no âmbito federal da gestão do SUS não possuem distribuição das metas do PNS para cada Distrito, ficando estabelecido como referência as metas nacionais por médias e somatórios a serem alcançados por cada um.

A construção do modelo econométrico foi realizada com a inclusão indistinta de variáveis sob o contexto do modelo teórico, apenas eliminando as variáveis independentes com correlação entre si. Isso possibilita uma análise do problema desta pesquisa, inspecionando os aspectos estatísticos, juntamente com as suas sensibilidades e implicações. De modo a auxiliar os métodos descritos nesta seção, foi aplicada a modelagem de dados em painel, pois conforme Fávero *et al.* (2014, p. 223) explicam, a modelagem de dados em painel permite analisar uma maior quantidade de informações das unidades estudadas ao possibilitar a mensuração dos efeitos das diferenças por indivíduos em *cross-section* e dos próprios indivíduos ao longo tempo, onde o modelo geral que leva em conta os efeitos específicos do indivíduo [erros-padrões robustos] para uma variável dependente é:

$$\gamma_{it} = \beta_{0i} + x'_{it}\beta_1 + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde:

γ_{it} = variável dependente.

β_{0i} = efeitos aleatórios específicos de indivíduo.

$x'_{it}\beta_1$ = regressores e seu coeficiente beta.

ε_{it} = erro idiossincrático.

A leitura dos dados em painel possibilita uma análise mais aprofundada do objeto estudado, pois além de permitir a percepção da heterogeneidade não observada nas unidades por *cross-section*, oferece menor colinearidade entre as variáveis e conseqüentemente maior quantidade de graus de liberdade, além das aferições das variâncias serem calculadas por efeitos (FÁVERO *et al.*, 2014).

2.2.3.1 Características da amostra

Devido à complexidade intrínseca das características de cada etnia indígena no território brasileiro, as especificidades desses povos surgem como elemento para consideração da asseguuração da perpetuação socioculturais desses povos, além do propósito de preservação cultural (RAUPP *et al.*, 2020; MARINHO *et al.*, 2021). A SESAI/MS promoveu a descentralização de competência para autonomia administrativa, orçamentária, financeira e responsabilidade sanitária para os 34 DSEI com base na delimitação do espaço territorial de acordo com critérios étnicos, sociais, antropológicos e culturais dos povos indígenas.

Tabela 2. Estatística descritiva inicial do universo coletado de 2012 a 2019

Nome da variável	Descrição	Obs.	Média	Desvio P.	Min	Max
POP_TOTAL	População total	272	21761	18365.11	3431	84551
TERRIT	Espaço territorial	272	130974.2	82257.23	9019.14	325754.3
ORÇAMENTO	Orçamento total de custeio discricionário	272	1.46e+07	9494309	883959.1	5.93e+07
DM1	Desempenho Meta 1	272	1,02683E+06	.2291288	0	1,53692E+06
DM2	Desempenho Meta 2	272	.5699	.4920539	0	1,15412E+06
DM3	Desempenho Meta 3	272	.563047	.5119907	0	2,34974E+06
DM4	Desempenho Meta 4	136	.8561606	.2180661	.0137931	1,13678E+06

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A SESAI/MS e os DSEI atendem a uma população aproximada de 761 mil indígenas, e que conforme a Tabela 2 pode-se perceber que a média de população atendida por unidade gestora é de 21.761 pessoas. Porém, os valores de variação, mínimo e máximo, indicam

possíveis diferenças nas quantidades de pessoas abrangidas por cada DSEI. Essa mesma análise pode ser atribuída à variável referente ao território, pois o desvio-padrão é quase igual à média e que existe uma amplitude de mais de 315 mil km² de eventuais diferenças de área de responsabilidade de atuação.

Sobre a distribuição orçamentária, o desvio-padrão é quase equivalente à média, com amplitude da diferença dos valores mínimos e máximos que também reforçam que existem eventuais diferenças ao longo da amostra. Já o desempenho das metas anuais pactuadas nos PNS, as 4 metas escolhidas são relacionadas à ação 20YP atreladas ao orçamento de custeio discricionário. O desempenho atingido é aferido por fator unitário do desempenho alcançado em relação ao que foi pactuado, logo, ao analisar a Tabela 5, a meta de maior desempenho foi a meta 1 e com variação semelhante ao menor desvio padrão constatado, DM4. Ressalta-se que, em decorrência do período de 2012 a 2015 não possuir dados aferidos pelos DSEI, inicialmente a meta 4 só possui metade das observações da amostra.

2.2.3.2 Adequações e seleção das variáveis

Gujarati (2011) explica que os dados em painel podem ser classificados como: Painel Balanceado ou Painel Desbalanceado; e Painel curto e Painel Longo. A classificação sobre o balanceamento do painel se refere ao lapso temporal ser igual para todos os indivíduos presentes no painel. Já em relação à classificação do painel ser curto ou longo, trata-se da proporção do número de indivíduos e do número de períodos existentes na amostra em que: se $n > T$ é um Painel Curto; se $n < T$ é um Painel Longo. Para este estudo, a amostra coletada possui 34 indivíduos e 8 períodos, classifica-se como Painel Curto e Balanceado pelo fato da amostra coletada possuir o mesmo número de períodos para todos os indivíduos, todas as variáveis da pesquisa apresentam o mesmo N e n , 272 observações.

Para adequação das variáveis de interesse da pesquisa e com o objetivo de facilitar as respectivas interpretações, foi feita a transformação das variáveis em função logarítmica por reduzir a assimetria da variável e permitir uma interpretação associada a valores percentuais como referência nas estimações (GUJARATI, 2011, p. 177-178; FÁVERO *et al.*, 2014). Gujarati (2011) ensina que a construção de modelagem de regressão linear [simples/múltipla] carece de atendimento aos conceitos básicos de econometria para evitar interpretações deturpadas em decorrências de resultados com vícios e violações econométricas básicas,

aumentando a probabilidade de erros tipo I e II, estimadores ineficientes etc. Nesse sentido, Fávero *et al.* (2014, p.110-111) sintetiza que

1. A variável dependente deve apresentar distribuição normal.
2. Os resíduos estimados devem possuir distribuição normal.
3. Não deve haver correlações elevadas entre os resíduos e cada uma das variáveis explicativas (resíduos homocedásticos).
4. Não deve haver correlações elevadas entre as variáveis explicativas (ausência de multicolinearidade).
5. Caso estejamos lidando com uma série temporal (ou seja, as observações variam em função do tempo), os resíduos não poderão ser autocorrelacionados (ausência de autocorrelação dos resíduos).

Assim, foi verificada e testada a distribuição normal dos dados das variáveis de interesse com os testes de normalidade que constam na Tabela 3.

Tabela 3. Testes de normalidade dos dados

Variável	Kolmogorov-Smirnov test against theoretical distribution normal	
	Estatística	<i>p</i> -value
lnorç	(D) 0.0342	0.529
lnpcpercap	(D) 0.0711	0.064

H_0 Existem evidências que os dados possuem uma distribuição normal.

H_a Não existem evidências que os dados possuem uma distribuição normal.

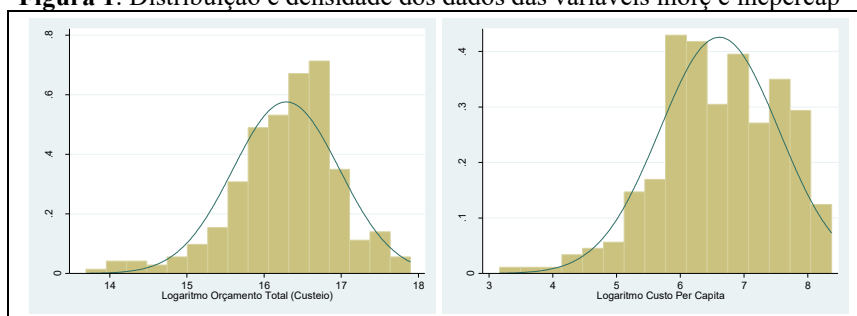
p -value < α , se rejeita a hipótese nula.

p -value > α , não se rejeita a hipótese nula.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para a variável lnorç, não se pode rejeitar que os dados da variável em tela são normalmente distribuídos. Por outro lado, para a variável lnpcpercap, rejeita-se que os dados são normalmente distribuídos. Então, foi realizado o Teste de Kolmogorov-Smirnov, o qual não rejeita que os dados possuem uma distribuição normal. Os testes não apresentaram robustez, todavia a análise gráfica possibilita visualizar a distribuição dos dados.

Figura 1. Distribuição e densidade dos dados das variáveis lnorç e lnpcpercap



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Apesar dos resultados do teste de normalidade paramétrico da variável *lnpcercap* não terem sido positivos e que sua robustez e interpretação não foi confirmada pelo teste não paramétrico, por meio da análise da Figura 1, é possível perceber que a sua distribuição é semelhante da distribuição qui-quadrado, ainda que em sentido inverso, pois por essa característica as tratativas e os procedimentos podem ser os mesmos atribuídos à uma variável com distribuição de dados normalizada (GUJARATI, 2011; RIBEIRO, 2014).

Conforme Gujarati (2011) e Fávero *et al.* (2014), os atendimentos aos pressupostos de regressão linear são necessários para evitar o enviesamento dos resultados e a interpretação equivocada dos dados obtidos. Assim, para proceder a seleção das variáveis, evitando a multicolinearidade, deve-se analisar os coeficientes de correlação.

Tabela 4. Matriz de correlação das principais variáveis utilizadas na pesquisa

	lnorç	var_cpe rcap	lnpcercap	lndesin_ demog	DM1	DM2	DM3	DM4
lnorç	1.0000							
var_cperc	-0.2158	1.0000						
lnpcercap	0.5598	-0.1749	1.0000					
lndesin_ demog	-0.0653	-0.0244	-0.6513	1.0000				
DM1	0.2406	-0.0928	0.1947	0.0315	1.0000			
DM2	0.2857	-0.4790	0.1992	0.0120	0.3705	1.0000		
DM3	0.2605	-0.4215	0.2394	-0.0488	0.3877	0.7578	1.0000	
DM4	0.3000	-0.4347	0.2486	-0.0175	0.3642	0.9556	0.7556	1.0000

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 4 apresenta as correlações mais fortes entre as variáveis de interesse [*lnorç* e *lnpcercap*], e as variáveis explicativas que estão defasadas para o ano anterior. As variáveis *DM2_lag1*, *DM3_lag1* e *DM4_lag1*, possuem alta correlações, então, para evitar a multicolinearidade, elas foram eliminadas da seleção.

Tabela 5. Variáveis selecionadas para estudo e análise da pesquisa

Variáveis Dependentes				
Variável	Nome	Descrição	Sinal Esperado	Modelo Empírico
<i>lnorç</i>	Logarítmico do Orçamento	Orçamento de Custeio	N/A	Dados primários
<i>lnpcercap</i>	Logarítmico do Custo Per Cap	<i>Custo Per Capita</i>	N/A	Orçamento / População
Variáveis Independentes				
Variável	Nome	Descrição	Hipótese (Sinal Esperado)	Modelo Empírico
<i>var_cperc</i>	Variação do Custo Per Capita	Variação do Custo Per Capita alocado	H1 ≠ 0 (+/-)	$(Custo Per Capita_i - Custo Per Capita_{i-1}) / Custo Per Capita_{i-1}$

Indesin_demog	Logarítmico da densidade demográfica	Densidade demográfica	H3 \neq 0 (+/-)	Log = População / Território
DM1_lag1	Desempenho da Meta 1	Desempenho da Meta 1 com defasagem de 1 período	H2 \neq 0 (+/-)	Meta 1 do PNS alcançada _{i-1} / Meta 1 do PNS pactuada _{i-1}
DM2_lag1	Desempenho da Meta 2	Desempenho da Meta 2 com defasagem de 1 período	H2 \neq 0 (+/-)	Meta 2 do PNS alcançada _{i-1} / Meta 2 do PNS pactuada _{i-1}
_REGIÃO*	Região	Região Geográfica do Brasil	H4 \neq 0 (+/-)	Geração de variáveis dummies: 1 = Centro-Oeste (dummy de referência); 2 = Nordeste; 3 = Norte; 4 = Sudeste e 5 = Sul.
_ANO*	Ano	Anos referentes ao período pesquisado	H1 \neq 0 (+/-)	Geração de variáveis dummies por ano 2012 a 2019 para controle e análise dos efeitos ao longo do tempo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em resumo, a Tabela 5 apresenta as variáveis utilizadas com suas descrições, as hipóteses associadas e seus sinais esperados, além dos respectivos modelos empíricos.

2.2.4 Apresentação e discussão dos resultados

2.2.4.1 Apresentação dos resultados

O teste de análise da variância – ANOVA, do tipo *Oneway*, permite verificar e identificar eventuais diferenças de uma variável de uma mesma população, comparando-as por classificação, por agrupamentos e por subpopulações semelhantes ao efeito do teste T (SEMYKINA; WOOLDRIDGE, 2013; FÁVERO *et al.*, 2014; RIBEIRO, 2014).

A Tabela 6, mostra que ambas as variáveis testadas tiveram as hipóteses nulas rejeitadas, inferindo na existência de diferenças dos efeitos regionais, das unidades DSEI, com os seus efeitos ao longo do tempo na alocação orçamentária e custo *per capita*, a exceção foi o custo *per capita* e o efeito anual por não ter rejeitado a hipótese nula.

Tabela 6. Resultados dos testes de análise da variância

<i>Oneway</i> - ANOVA					
Variável	Group variable	Teste F		Bartlett's test for equal variance	
		Estatística e df	p-value	Estatística e df	p-value
Inorç	ANO	16.54 (7, 264)	0.0000	25.3195 chi2 (7)	0.001
	REGIÃO	7.38 (4, 267)	0.0000	28.0562 chi2 (4)	0.000
	ID	9.76 (33, 238)	0.0000	82.2150 chi2 (33)	0.000
Inpcap	ANO	6.13 (7, 264)	0.0000	9.4283 chi2 (7)	0.223

	REGIÃO	14.83 (4, 267)	0.0000	32.9425 chi2 (4)	0.000
	ID	26.88 (33, 238)	0.0000	99.4767 chi2 (33)	0.000
H_0	As médias são iguais.		As variâncias são iguais.		
H_a	Existe pelo menos uma média diferente.		Existe pelo menos uma variância diferente.		
p -value < α , se rejeita a hipótese nula.					
p -value > α , não se rejeita a hipótese nula.					

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como as diferenças regionais e de indivíduos ao longo do tempo foram confirmadas por meio da ANOVA *Oneway*, procedeu-se o Teste de Kruskal-Wallis para ratificação das interpretações. Na Tabela 7, os resultados corroboram com as inferências realizadas pelos testes paramétricos, pois todas as hipóteses nulas também foram rejeitadas, dando robustez na análise.

Tabela 7. Resultados dos testes não paramétricos

Kruskal-Wallis equality-of-populations rank test						
Modelo	ANO		REGIÃO		ID	
	Estatística e df	p-value	Estatística e df	p-value	Estatística e df	p-value
lnorç	60.913 chi2 (7)	0.0001	35.151 chi2 (4)	0.0001	176.004 chi2 (33)	0.0001
lnpcercap	27.640 chi2 (7)	0.0001	55.274 chi2 (4)	0.0001	225.856 chi2 (33)	0.0001
H_0	As medianas são iguais.					
H_a	Existe pelo menos uma mediana diferente.					
p -value < α , se rejeita a hipótese nula.						
p -value > α , não se rejeita a hipótese nula.						

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Segundo Park (2011), corroborado por Gujarati (2011), Semykina e Wooldridge (2013) e Fávero *et al.* (2014), os testes formais têm a finalidade de validação dos pressupostos econométricos para cada tipo de modelo de regressão, onde: Teste de Chow investiga a variação do intercepto nos *cross-sections*, Teste de Breusch-Pagan verifica a variância dos resíduos por estimação de regressão OLS, e por fim, Teste de Hausman demonstra a consistência dos estimadores nas dimensões vetoriais dos coeficientes.

Tabela 8. Resultados dos testes de adequação para dados em painel

Modelo	Teste F		Teste de Breusch and Pagan LM			Teste de Hausman		
	Estatística e df	p-value	Estatística	df	p-value	Estatística	df	p-value
lnorç	35.85 (33, 228)	0.0000	514.70	1	0.0000	19.37	3	0.0002
lnpcercap	36.98 (33, 228)	0.0000	489.88	1	0.0000	14.17	3	0.0027
H_0	Modelo POLS – o efeito nos interceptos são iguais em todas <i>cross-sections</i> (restrito).		Modelo POLS – a variância dos resíduos das diferenças individuais é igual a zero.			Modelo <i>Random-Effects</i> – o modelo de correção dos erros é adequado.		
H_a	Modelo <i>Fixed-Effects</i> – o efeito nos interceptos não são		Modelo <i>Random-Effects</i> – a variância dos resíduos das					

iguais em todas as <i>cross-sections</i> (irrestrito).	diferenças individuais diferente de zero.	é Modelo <i>Fixed-Effects</i> – o modelo de correção dos erros não é adequado.
$p\text{-value} < \alpha$, se rejeita a hipótese nula.		
$p\text{-value} > \alpha$, não se rejeita a hipótese nula.		

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Tabela 8 apresenta os resumos dos resultados formais sobre a adequação dos dados em painel. Assim, com 5% de significância, é possível verificar que para os dados coletados e tratados a Modelagem *Fixed-Effects* é preferível ao restante. Para proceder a validação das modelagens por Efeitos Fixos deve-se analisar a heterocedasticidade e a autocorrelação, pois as mitigações dos erros de análise Tipo I – rejeitar a hipótese nula quando essa é verdadeira e/ou Tipo II: não rejeitar a hipótese nula quando essa é falsa, são feitas com base nos pressupostos da não violação à inexistência de autocorrelação e heterocedasticidade (FÁVERO *et al.*, 2014).

O teste de heterocedasticidade resultou que não se pode rejeitar a existência de heterocedasticidade para ambos os modelos. Em relação à autocorrelação, para os dois modelos, por meio do Teste de Wooldridge, os resultados indicam que não se pode rejeitar a ausência de autocorrelação. Isto posto, foi adotada a modelagem por Efeitos Aleatórios com Erros-Padrões Robustos Clusterizados por Indivíduos para Alocação Orçamentária e seus critérios e, para Custo *Per Capita* e seus critérios. A aplicação desse ajuste, corroborada pela ANOVA, tem o benefício da inclusão e permanência das variáveis de controle regionais [premissa para os modelos teóricos analisados nessa pesquisa] e os seus efeitos ao longo do tempo.

Tabela 9. Output dos Modelos de Regressão Múltipla em Dados em Painel

		Modelo			
		Alocação Orçamentária Custeio Discricionário		Custo <i>Per Capita</i> Custeio Discricionário	
		Inorç		Incpercap	
		Prob. Wald	0.0000	Prob. Wald	0.0000
Variáveis	Hipóteses	<i>Within</i>		<i>Within</i>	
		R ²	0.7432	R ²	0.7023
		<i>Between</i>	0.1221	<i>Between</i>	0.6048
		<i>Overall</i>	0.3836	<i>Overall</i>	0.6242
		Theta	.79065939	Theta	.81896887
		Rho	.73171298	Rho	.78674401
		Coefficiente Beta	P > z	Coefficiente Beta	P > z
var_cpercap	H1	.1347197	0.006***	N/A	N/A
Indesin_demog	H3	N/A	N/A	-.6824696	0.000***
DM1_lag1	H2	-.3109938	0.040**	-.3340068	0.031**
DM2_lag1	H2	-.0956594	0.396	-.0699377	0.569

_REGIÃO2	H4	-.5920235	0.006***	-.0331031	0.931
_REGIÃO3	H4	-.4560065	0.019**	-.6329924	0.005***
_REGIÃO4	H4	-.1311262	0.299	-.4007512	0.022**
_REGIÃO5	H4	.1595368	0.228	-.4064863	0.038
_ANO2013	H1	.8552432	0.000***	1.003054	0.000***
_ANO2014	H1	1.11622	0.000***	1.171084	0.000***
_ANO2015	H1	1.263975	0.000***	1.287642	0.000***
_ANO2016	H1	1.097316	0.000***	1.102653	0.000***
_ANO2017	H1	1.555172	0.000***	1.543761	0.000***
_ANO2018	H1	1.601375	0.000***	1.566429	0.000***
_ANO2019	H1	1.56363	0.000***	1.514081	0.000***
_cons	--	15.76074	0.000***	4.876873	0.000***

Legenda: *** 0,01 de significância estatística
 ** 0,05 de significância estatística
 * 0,10 de significância estatística

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ambas as modelagens são válidas por apresentarem p -value < 0.05 [Wald χ^2], ou seja, existem variáveis inseridas no modelo com poder explicativo ao comportamento da variável dependente [alocação orçamentária] e com significância estatística. As diferenças regionais da alocação orçamentária e o custo *per capita* foram constatadas por meio da ANOVA e dos modelos econométricos de Regressão Múltipla de Dados em Painel Efeitos Aleatórios com Erros-Padrões Robustos Clusterizados por Indivíduos. Isso corrobora com o esperado pela CF/88, ao se vislumbrar que o orçamento público deve servir para diminuição de desigualdades inter-regionais pelo critério populacional.

O poder de explicação das modelagens, pela perspectiva das unidades dos DSEI ao longo do tempo foi alto em ambos os modelos analisados, pois apresentaram o coeficiente R^2_{Within} maior que 0.70 [relação forte], ou seja, os *inputs* dos modelos explicam mais de 70% do comportamento da alocação orçamentária com os efeitos ajustados das unidades ao longo do tempo.

Por outro lado, o poder explicativo da modelagem de alocação orçamentária entre as unidades dos DSEI foi baixo, 0.1221 [relação fraca], sendo esse aspecto explicado pelas diferenças entre os indivíduos (fatores regionais etc.). Porém, quando observada a composição do custo *per capita*, o poder explicativo do modelo entre as unidades foi alto, pois também atingiu mais de 60% do comportamento da variável de interesse.

De forma geral, os modelos de alocação orçamentária e custo *per capita* apresentaram $R^2_{Overall}$ de 0.3836 [relação moderada] e 0.6242 [relação forte], respectivamente. Esse

coeficiente permite inferir que as variáveis independentes explicam mais de 38% e 62% do comportamento da alocação orçamentária e do custo *per capita* ao considerar a combinação dos efeitos ajustados das unidades ao longo do tempo e entre as unidades em cada ano.

Os gastos históricos, que foram testados pela Hipótese 1, foram confirmados como relevantes e tiveram a sua validação corroborada estatisticamente pela *var_cpercap*. A sua relação no processo de alocação orçamentária foi positiva, explicando que a variação do custo *per capita* no ano anterior implica na alocação de recursos orçamentários na ordem de 13%, sendo o fator de histórico de gastos por indivíduo um critério no planejamento orçamentário.

O desempenho das metas físicas do exercício anterior, à luz da teoria do PBB, influenciou no processo da alocação orçamentária, pois a Hipótese 2 foi corroborada em ambos os modelos estimados, com significância estatística relevante em pelo menos uma das variáveis relacionadas ao desempenho. O sinal negativo constatado nos modelos indica que, quanto maior foi o atingimento das metas físicas no ano anterior, houve mais influência negativa no volume de recursos a ser recebido a partir de 31%. Todavia, como houve descentralização de recursos linear crescente ao longo do tempo, não houve decréscimo no recebimento de orçamento das unidades estudadas. Nota-se que quando o atingimento das metas ocorre, o orçamento é utilizado para reforçar as atividades relacionadas às metas físicas que não foram atingidas no ano anterior, e/ou reforçar o funcionamento administrativo das unidades etc.

Sobre os aspectos demográficos, que foram testados pela Hipótese 3, houve a confirmação de que a densidade demográfica é um fator relevante na composição do custo *per capita* e seus reflexos na alocação orçamentária. Esse fato pode ser explicado pela grande área territorial e população atendida, pois deve-se ponderar, principalmente no que tange ao princípio da equidade no SUS, os efeitos que a extensão territorial dos DSEI impacta por serem em parte locais remotos e de difícil acesso para promoção da saúde dos povos originários.

Quanto aos fatores regionais, as diferenças que foram percebidas por meio da ANOVA tiveram seus efeitos demonstrados e confirmados pela Hipótese 4 em ambos os modelos estimados. A região geográfica de referência foi o Centro-Oeste, em que, precedeu a referência da alocação orçamentária e dos custos *per capita* frente as outras regiões. A exceção para alocação orçamentária foi Região Sudeste e Sul e, para custo *per capita* foi a Região Nordeste. Como já dito, as diferenças regionais possuem previsão na própria CF/88 e demais legislações de suporte e que, além disso, representam os princípios do SUS: Equidade, Universalidade, Integralidade etc.

Já em relação aos efeitos ao longo do tempo, as interpretações de ambos os modelos são semelhantes, pois foi possível verificar que os coeficientes betas das variáveis relacionadas ao ano crescem de forma linear, com vistas as aplicações de correções monetárias na construção do processo orçamentária e sua distribuição.

2.2.4.2 *Discussão dos resultados*

A aplicação do orçamento por desempenho no setor público relaciona recursos disponibilizados para as entidades e alocados para obtenção de resultados mensuráveis do desempenho das políticas públicas, utilizando essas informações para subsidiar o processo de tomada de decisão dos gestores objetivando a assertividade na alocação dos recursos de maneira aprimorada à eficiência da produtividade frente às despesas públicas (HAGER; HOBSON; WILSON, 2001; BRUMBY; ROBINSON, p. 5, 2005; GRZYBOWSKI *et al.*, 2016).

Dessa forma, de maneira exemplificativa, se o processo de planejamento das metas físicas do PNS e a propositura orçamentária de realização da despesa considerassem as modelagens analisadas neste estudo, de maneira eficiente, poderia se afirmar que, para a Unidade da Região Centro-Oeste, a média da alocação orçamentária de custeio discricionário da ação 20YP seria ajustada/corrigida a partir de três critérios relevantes: (1) *Variação Custo Per Capita*; (2) Alcance das metas no exercício anterior; e (3) *Composição do Custo Per Capita*.

Quando a *Variação Custo Per Capita* for positiva, esta impactará no aumento de 13% de sua proporcionalidade na alocação e, caso negativa, o impacto terá uma redução de 13%. Quanto ao desempenho, caso a unidade tenha alcançado as metas no exercício anterior, isso impactará negativamente em 31% no recebimento de recursos. Nesse sentido, para justificar o recebimento desse orçamento, a unidade necessitaria demonstrar a aplicação dos recursos para reforço ao desempenho deficitário em outras metas, ou então justificar o seu uso com o objetivo de reforçar outros fatores intrínsecos à vida vegetativa da unidade, seu fortalecimento etc.

E, por último, para análise da composição do *Custo Per Capita*, que afeta a alocação orçamentária, deve-se considerar que, quanto maior for a concentração de indivíduos em uma região, isso implicará em menor alocação, sendo o resultado do produto de $0.6824 \times$ Índice de Densidade Demográfica. A associação desse fator decorre da vasta área territorial e da população atendida, ponderando-se os efeitos que acarretam a promoção da saúde dos povos originários em locais remotos e de difícil acesso. Salienta-se que, a composição do *Custo Per*

Capita também leva em consideração o atingimento das metas no exercício anterior, possuindo impacto negativo em 33% na sua composição, e de modo semelhante à alocação orçamentária geral, necessitaria ter justificava do recebimento desse orçamento.

Garces e Silveira (p. 57, 2002) reforçam que, para a avaliação de resultados na gestão pública, os instrumentos de planejamento governamentais devem possuir programas, compostos por ações, com indicadores que sejam mensuráveis, com o objetivo de verificar a evolução das políticas públicas em revisões periódicas. Nesse sentido, o gerenciamento dessas avaliações precisa ser constante, revisado e monitorado, visando a antecipação de problemáticas em busca de soluções.

Essa busca e tentativa de melhoria é resultado das imposições e limitações legais e normativas [CF/88, LRF etc.], bem como, da própria escassez de recursos, da evolução da Administração Pública e da *accountability* pela gestão para a sociedade. Nesse contexto, o orçamento por desempenho visa aprimorar a alocação orçamentária com base nas metas, nos objetivos da política pública e no seu desempenho por meio dos indicadores ou medidas de eficiência. Cavalcante (2010b) constatou que apesar da instituição do orçamento por desempenho para avaliação das políticas públicas no Brasil, a utilização de indicadores de custos ou de eficiência dos programas finalísticos são limitados e por vezes viesados em sua validade, confiabilidade, sensibilidade, especificidade, periodicidade e cobertura pelo programa, e quase inexistem no PPA.

2.2.5 Conclusões

Este trabalho buscou responder quais foram os critérios mais relevantes, associados a teoria PBB, utilizados no processo de alocação orçamentária discricionária de custeio no âmbito da saúde indígena. Pois, conforme previsto na CF/88, LRF, Lei nº 8.080/90 e Decreto nº 7.508/2011, as políticas públicas são executadas por meio do orçamento e, que para isso são utilizados instrumentos de planejamento governamentais [PPA, LDO, LOA, PNS e LOA] com fiscalização pela Administração Pública e verificação da prestação de contas por meio do RAG.

Além disso, a própria gestão federal do SUS utilizou fatores históricos e o custo *per capita* antes da regulamentação da Lei nº 8.080/90, mas que posteriormente ficou estabelecido que o planejamento orçamentário no SUS seria com base nos aspectos demográficos, métricas e indicadores de desempenho estabelecidos pelo CNS no Plano Nacional de Saúde.

As modelagens estudadas e analisadas nesta pesquisa contribuem para a gestão quanto ao entendimento e percepção sobre os fatores que influenciam de forma relevante no processo da alocação orçamentária, sem deixar de incluir na análise os aspectos legais e normativos previstos pela CF/88, pela Lei nº 8.080/90 e seus princípios, pela Lei nº 101/00, entre outras legislações e normas. Essa compreensão possibilita, de forma aplicada, revisar e ajustar os critérios de alocação de recursos e desenvolver um planejamento orçamentário e de metas a ser colocado em prática buscando a eficiência do orçamento e o cumprimento da política pública.

Ressalta-se que as limitações desta pesquisa se restringem aos dados coletados, às informações dos desempenhos das unidades dos DSEI repassados pela SESAI/MS via e-SIC e à metodologia e técnicas de pesquisa desenvolvidas. Acrescentando ainda, que o lapso temporal do presente trabalho foi de 2012 a 2019, considerando os ciclos de planejamento e execução dos PNS e PAS integralmente concluídos. Por fim, sugere-se outras pesquisas que possam derivar do escopo estudado ou até pesquisa análoga, pois existe uma limitação bibliográfica em relação ao tema orçamento por desempenho, bem como a sua verificação pragmática por vezes é incipiente em decorrência da maioria dessas pesquisas, quando existem, serem por aspectos conceituais, documentais, revisões bibliográficas e semelhantes. Por fim, o presente estudo possibilita novos debates, futuras revisões e o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas ao tema.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. In: **Metodologias de Pesquisa em Ciências: análises Quantitativa e Qualitativa**. 2015. p. 299-299.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/constituicao). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: [L8080 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/leis/l8080). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 05 mai. 2000. Disponível em: [Lcp101 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/leis/l101). Acesso em: 31 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010.** Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; revoga dispositivos da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 ago. 2010. Disponível em: [L12314 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011.** Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 jun. 2011. Disponível em: [Decreto nº 7508 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 mai. 2019. Disponível em: [D9795. \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRUMBY, James; ROBINSON, Marc. **Does Performance Budgeting Work: An Analytical Review of the Empirical Literature.** IMF Working Paper 05/210. Washington: International Monetary Fund, 2005. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/wp05210.pdf?abstractid=888079&mirid=1>. Acesso em 15 jun 2022.

CARR-HILL, Roy A. *et al.* Allocating resources to health authorities: development of method for small area analysis of use of inpatient services. **BMJ: British Medical Journal**, v. 309, n. 6961, p. 1046, 1994. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/pmc2541535/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. Orçamento por Desempenho: uma análise qualitativa comparada dos modelos de avaliação dos programas governamentais no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista de Gestão USP**, v. 17, n. 1, p. 13-25, 2010a. Disponível em: , <https://core.ac.uk/download/pdf/268313607.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. Avaliação dos Programas do PPA: estudo de caso da implantação do orçamento por desempenho. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 13, n. 2, 2010b. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4021>. Acesso em: 10 mar. 2022.

COSTA, Luiz Renato Lima. **Os Critérios de Alocação de Recursos Financeiros do Ministério da Saúde Destinados à Assistência à Saúde, aos Governos Estaduais e Municipais:** evolução da NOB 01/1991 à NOAS 01/2002. São Paulo: EAESP/FGV, 2003.

118 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Administração Hospitalar e Sistemas de Saúde). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2299>. Acesso em: 10 mar. 2022.

COUTO, Leandro Freitas; CARDOSO JR, José Celso. Governança Orçamentária: transformações e lacunas nas práticas de planejamento e orçamento no Brasil. **Boletim de Análise Político-Institucional**, 2018. Disponível em: [Boletim-de-Analise-Politico-Institucional-Governanca-Publica.pdf \(researchgate.net\)](#). Acesso em 10 de abril de 2022.

CRUZ, Katiane Ribeiro da; COELHO, Elizabeth Maria Beserra. A saúde indigenista e os desafios da participação indígena. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 185-198, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VXqWj5cZLhWL8bhvwWLk7BS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. Descolonialidade e direitos humanos dos povos indígenas. **Revista de Educação Pública**, v. 23, n. 53/1, p. 343-367, 2014. DOI: 10.29286/rep.v23i53/1.1621. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1621>. Acesso em: 25 jul. 2022.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; BELFIORE, Patrícia; TAKAMATSU, Renata Turola; SUZART, Janilson. **Métodos quantitativos com stata**: procedimentos, rotinas e análise de resultados. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GARCES, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 53, n. 4, p. 53-77, 2002. Disponível em: <http://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/294>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GARNELO, Luiza. **Saúde indígena**: uma introdução ao tema. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lucia (org.). **Saúde indígena**: uma introdução ao tema, p. 18-58, 2012. Disponível em: [saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf](#). Acesso em: 25 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002. Disponível em https://www.academia.edu/download/38881088/como_classificar_pesquisas.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GRZYBOWSKI, Márcia; LUNKES, Rogério João; LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão. Orçamento por desempenho: uma análise sobre a relação entre o desempenho da Secretaria de Atenção da Saúde e os recursos orçamentários alocados em suas ações. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 213-233, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/129135>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GUERRA, Mariana. **Modelo de alocação de recursos do sistema único de saúde para organizações hospitalares**: serviços de alta complexidade. 2013. Tese de doutorado. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15183>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica-5**. Amgh Editora, 2011.

KAJIURA, Ana Patricia *et al.* **Equidade e alocação de recursos no Sistema Único de Saúde**: análise de procedimentos em Otorrinolaringologia. 2010. Tese de Doutorado. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13689>. Acesso em: 10 mar. 2022.

KASHIWAKURA, Helder Kiyoshi. **Retrato da atenção básica no Brasil: um estudo sobre a alocação de recursos financeiros e a sua relação com a infraestrutura básica de saúde dos municípios**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35821>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LANGDON, E. Jean Matteson. **Saúde e Povos Indígenas**: Os desafios na virada do século. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto55/FO-CX-55-3508-2006.PDF>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão *et al.* Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 7, n. 1, p. 148-168, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3193/319330058009.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MARINHO, Gerson Luiz *et al.* Saneamento básico em domicílios indígenas de áreas urbanas da Amazônia Legal, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Q7T3CqGt576tq47K33hfBrM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PARK, Hun Myoung. **Practical guides to panel data modeling**: a step-by-step analysis using stata. Public Management and Policy Analysis Program, Graduate School of International Relations, International University of Japan, v. 12, p. 1-52, 2011. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.739.5228&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 10 mar. 2022.

RAUPP, Ludimila *et al.* Condições sanitárias entre domicílios indígenas e não indígenas no Brasil de acordo com os Censos nacionais de 2000 e 2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3753-3763, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25n10/3753-3763/pt/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RIBEIRO, Alex Mussoi. **Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros**: uma análise dos efeitos da convergência do Brasil às IFRS. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-10062014-171046/?gathStatIcon=true>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANTOS, Rodolfo Rocha dos; ROVER, Suliani. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 732-752, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/hgNrfWjKs9cRxh434YmKNQh/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SEMYKINA, Anastasia; WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Estimation of dynamic panel data models with sample selection. **Journal of Applied Econometrics**, v. 28, n. 1, p. 47-61, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jae.1266>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SANTOS, Ricardo Ventura *et al.* **Saúde dos povos indígenas e políticas públicas no Brasil**. In: GIOVANELLA, Lígia *et al.* (org.). Políticas e sistema de saúde no Brasil, p. 33-55, 2012. Disponível em: <046466077.pdf> (fiocruz.br). Acesso em: 25 jul. 2022.

SOARES, Marilene Feitosa. **O princípio da eficiência em contabilidade pública: a alocação de recursos públicos para a geração de educação e saúde nos estados brasileiros**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal). Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/afa7b55059a2692d9a2ec7be6edb0641/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SUAVE, Ricardo; LUNKES, Rogério João; CODESSO, Mauricio Mello. Análise das características da produção científica sobre orçamento em revistas brasileiras. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 5, n. 1, p. 85-102, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/download/494/683>. Acesso em: 10 mar. 2022.

WEILLER, José Alexandre Buso. **Desempenho dos gastos municipais com saúde no município de São Bernardo do Campo: um estudo sobre o instrumento Orçamento por Desempenho**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-05112014-131724/en.php>. Acesso em: 10 mar. 2022.

WEILLER, José Alexandre Buso; MENDES, Áquilas Nogueira. O Orçamento por Desempenho como ferramenta para gestão e avaliação da política de saúde no município de São Bernardo do Campo, no período 2006 a 2012. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 36-52, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3Z5KChVztfw6KFNmJhP874d>. Acesso em: 10 mar. 2022.

3 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou analisar, por meio dos relatórios de execução orçamentária dos DSEI, PNS, PAS e os RAG relacionados à SESAI/MS, qual o nível de relação da alocação orçamentária com desempenho das metas físicas e, quais foram os critérios mais relevantes, associado a teoria PBB, utilizados no processo de alocação orçamentária discricionária de custeio no âmbito da saúde indígena.

Pois, conforme previsto na CF/88, LRF, Lei nº 8.080/90 e Decreto nº 7.508/2011, as políticas públicas são executadas por meio do orçamento e, que para isso são utilizados instrumentos de planejamento governamentais [PPA, LDO, LOA, PNS e LOA] com fiscalização pela Administração Pública e verificação da prestação de contas por meio do RAG.

A própria gestão federal do SUS utilizou fatores históricos e o custo *per capita* antes da regulamentação da Lei nº 8.080/90, mas que posteriormente ficou estabelecido que o planejamento orçamentário no SUS seria com base nos aspectos demográficos, métricas e indicadores de desempenho estabelecidos pelo CNS no Plano Nacional de Saúde.

A ação 20YP abrange o financiamento de mais de 60% das metas físicas estabelecidas no PNS por ser de custeio, sendo o restante das metas executadas pela ação com natureza de despesas de capital e infraestrutura. Destaca-se que no processo construtivo dessa pesquisa houve a percepção de viés conceitual sobre o que é meta e objetivo, além da falta de detalhamento da ação 20YP que possibilitaria o relacionamento com as metas do PNS.

Ainda sobre o processo de desenvolvimento das metas analisadas, foram elaboradas sob um escopo nacional e gerido pela SESAI/MS, implicando em potencial distorção nos resultados aferidos da população atingida ao considerar como desempenho a média aritmética obtida por suas unidades subordinadas [DSEI] na consolidação dos resultados apresentados nos RAG.

Nas hipóteses testadas no Artigo 1, ambas incorreram no falseamento de que a alocação orçamentária de custeio de vinculação discricionária das unidades gestoras é influenciada pelo desempenho das metas físicas da ação 20YP [H1] e, se o aumento da alocação orçamentária influencia o desempenho das unidades gestoras [H2]. Esses resultados corroboram com aqueles encontrados por Lyrio *et al.* (2014) e Grzybowski *et al.* (2016), que induz em novo questionamento sobre quais são os critérios relevantes no processo de alocação orçamentária na área da saúde, em especial a ação 20YP.

Restou evidenciado que, ao proceder a metodologia e técnicas para análise no Artigo 1, em ambos os períodos dos PNS, a alocação orçamentária realizada nas unidades gestoras não possuiu correlação com o desempenho das metas físicas. Além disso, foi constatada uma grande amplitude nas variações do desempenho das metas, enquanto a alocação orçamentária teve valores menores – podendo indicar que, de forma isolada, a alocação orçamentária não se mostra como fator influente para atingir as metas pactuadas e vice-versa.

Ao buscar o aprofundamento do tema e problemática, no Artigo 2 foram realizadas modelagens que contribuem para gestão quanto ao entendimento e percepção sobre os fatores que influenciam de forma relevante no processo da alocação orçamentária, sem deixar de incluir na análise os aspectos legais e normativos previstos pela CF/88, Lei nº 8.080/90 e seus princípios, Lei nº 101/00 e entre outras legislações e normas.

As diferenças regionais da alocação orçamentária e o custo *per capita* foram constatadas por meio da ANOVA e os modelos econométricos de Regressão Múltipla de Dados em Painel Efeitos Aleatórios com Erros-Padrões Robustos Clusterizados por Indivíduos. Isso corrobora com o esperado pela CF/88, ao se vislumbrar que o orçamento público deve servir para diminuição de desigualdades inter-regionais pelo critério populacional. Assim, foram testadas 4 hipóteses combinadas em dois modelos econométricos: H1 – Gastos históricos, H2 – Desempenho das metas [teoria PBB], H3 – Aspectos demográficos e H4 – Fatores regionais. Todas as hipóteses foram confirmadas e validadas suas estimações com significância estatística.

Sobre os gastos históricos, a sua relação no processo de alocação orçamentária foi positiva, explicando que a variação do custo *per capita* no anterior implica na alocação de recursos orçamentários, na ordem de 13%, sendo o fator de histórico de gastos por indivíduo um critério no planejamento orçamentário. E, em relação aos efeitos ao longo do tempo, as interpretações de ambos os modelos são semelhantes, pois foi possível verificar que os coeficientes betas das variáveis relacionadas ao ano crescem de forma linear [com vistas as aplicações de correções monetárias na construção do processo orçamentária e sua distribuição].

Em relação a influência do desempenho das metas físicas do exercício anterior, à luz da teoria do PBB, esse fator se mostrou relevante com pelo menos uma das variáveis de desempenho para ambos os modelos estimados. O sinal negativo constatado nos modelos pode ser interpretado que quanto maior foi o atingimento das metas físicas no ano anterior, influenciou negativamente o volume de recursos a ser recebido a partir de 31%. Todavia, como houve descentralização de recursos linear crescente ao longo do tempo, nota-se que quando

esse atingimento das metas ocorre, o orçamento é utilizado para reforçar as atividades relacionadas às metas físicas que não foram atingidas no ano anterior, e/ou reforçar o funcionamento administrativo das unidades etc.

Ao que concerne os aspectos demográficos, foi confirmado que a densidade demográfica é um fator relevante na composição do custo *per capita* e seus reflexos na alocação orçamentária. Esse fato pode ser explicado pela grande área territorial e população atendida, pois deve-se ponderar os efeitos que acarretam para promover a saúde dos povos originários em locais remotos e de difícil acesso. Ao se vislumbrar o princípio da equidade no SUS, essa circunstância termina por ensejar em despesas demandadas à política pública de saúde indígena para que a viabilização das ofertas de serviços da ação 20YP e suas metas para atingimento sejam alcançadas.

Por sua vez, os fatores regionais tiveram seus efeitos demonstrados e confirmados em ambos os modelos estimados. A região geográfica de referência foi o Centro-Oeste, em que, precedeu a referência da alocação orçamentária e dos custos *per capita* frente as outras regiões – as exceções foram Nordeste e Sul [apenas para alocação orçamentária]. Como já dito, as diferenças regionais possuem previsão na própria CF/88 e demais legislações de suporte e, que além disso, representam os princípios do SUS: Equidade, Universalidade, Integralidade etc.

Quanto ao poder de explicação das modelagens, pela perspectiva das unidades dos DSEI ao longo do tempo, foi alto em ambos os modelos analisados, pois, estes modelos explicam mais de 60% do comportamento da alocação orçamentária [coeficiente $R^2_{Within} > 0.60$]. Já o poder explicativo da modelagem entre as unidades dos DSEI foi baixo em relação a perspectiva da alocação orçamentária, 0.1221 [relação fraca], explicado pelas diferenças entre os indivíduos (fatores regionais etc.). Porém, quando observado por meio do custo *per capita*, o poder explicativo dos modelos entre as unidades foi alto, pois atingiu mais de 60%.

Em suma, de forma geral, os modelos de alocação orçamentária e custo *per capita* apresentaram $R^2_{Overall}$ de 0.3836 [relação moderada] e 0.6242 [relação forte] respectivamente. Esse coeficiente permite inferir que as variáveis independentes explicam mais de 38% e 62% do comportamento da alocação orçamentária e do custo *per capita* considerando de forma combinada os efeitos ajustados das unidades ao longo do tempo e entre as unidades.

Essa compreensão possibilita, de forma aplicada, revisar e ajustar os critérios de alocação de recursos e desenvolver um planejamento orçamentário e de metas para ser colocado em prática buscando: eficiência do orçamento e cumprimento da política pública.

A limitação dessa pesquisa é referente ao universo amostral, por se resumir às informações orçamentárias e de desempenhos das metas físicas dos 34 (trinta e quatro) DSEI que foram repassados pela SESAI/MS via e-SIC, bem como a metodologia e técnicas de pesquisa desenvolvidas, pelo lapso temporal de dois PNS concluídos – 2012 a 2019, considerando os ciclos de planejamento e execução dos PNS e PAS integralmente concluídos. Os dados coletados foram quantitativos e qualitativos, combinados por análise empírica [por meio da teoria PBB] e técnicas descritivas com cálculos de correlação simples, ANOVA e Regressão Múltipla de Dados em Painel.

Em síntese, por meio dos achados dessas pesquisas, foi possível constatar que alocação orçamentária e o desempenho são elementos relacionados na aplicação dos recursos quando são associados aos critérios normativos, mas que carecem de melhor planejamento ainda na fase de construção do PNS, debate sobre seu processo de monitoramento do desempenho e distribuição orçamentária, instigando futuras pesquisas sobre o tema.

Por fim, resta a sugestão de desenvolvimento de novas pesquisas e utilização de técnicas como por exemplo *Data Envelopment Analysis* – DEA [face as características da técnica] para análise dos resultados com elementos ponderados – tais como os aspectos do custo histórico e densidade demográfica. Pois, visto que o tema em pauta é vasto, outras diversas pesquisas podem derivar do escopo estudado ou até pesquisa análoga. Destarte, a presente pesquisa possibilita novos debates, futuras revisões e desenvolvimento de outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa. In: **Metodologias de Pesquisa em Ciências: análises Quantitativa e Qualitativa**. 2015. p. 299-299.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: [L8080 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 101, de 04 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e da outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 05 mai. 2000. Disponível em: [Lcp101 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 jun. 2011. Disponível em: [Decreto nº 7508 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010**. Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, e 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; revoga dispositivos da Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 ago. 2010. Disponível em: [L12314 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Saúde, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 mai. 2019. Disponível em: [D9795. \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br). Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal – SIOP**. Brasília, DF: BRASIL, 2022. Disponível em: [SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal](http://planalto.gov.br). Acesso em: 21 fev. 2022.

BRUMBY, James; ROBINSON, Marc. **Does Performance Budgeting Work: An Analytical Review of the Empirical Literature**. IMF Working Paper 05/210. Washington: International Monetary Fund, 2005. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/wp05210.pdf?abstractid=888079&mirid=1>. Acesso em 15 jun 2022.

CARR-HILL, Roy A. *et al.* Allocating resources to health authorities: development of method for small area analysis of use of inpatient services. **BMJ: British Medical Journal**, v. 309, n. 6961, p. 1046, 1994. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/pmc2541535/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. Avaliação dos Programas do PPA: estudo de caso da implantação do orçamento por desempenho. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 13, n. 2, 2010b. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4021>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. Orçamento por Desempenho: uma análise qualitativa comparada dos modelos de avaliação dos programas governamentais no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista de Gestão USP**, v. 17, n. 1, p. 13-25, 2010a. Disponível em: , <https://core.ac.uk/download/pdf/268313607.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CAVALCANTE, Pedro Luiz. Orçamento por Desempenho: uma análise qualitativa comparada dos modelos de avaliação dos programas governamentais no Brasil e nos Estados Unidos. **Revista de Gestão USP**, v. 17, n. 1, p. 13-25, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268313607.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022

COSTA, Luiz Renato Lima. **Os Critérios de Alocação de Recursos Financeiros do Ministério da Saúde Destinados à Assistência à Saúde, aos Governos Estaduais e Municipais**: evolução da NOB 01/1991 à NOAS 01/2002. São Paulo: EAESP/FGV, 2003. 118 p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação da EAESP/FGV, Área de Concentração: Administração Hospitalar e Sistemas de Saúde). Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2299>. Acesso em: 10 mar. 2022.

COUTO, Leandro Freitas; CARDOSO JR, José Celso. Governança Orçamentária: transformações e lacunas nas práticas de planejamento e orçamento no Brasil. **Boletim de Análise Político-Institucional**, 2018. Disponível em: [Boletim-de-Analise-Politico-Institucional-Governanca-Publica.pdf \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/331111111). Acesso em 10 de abril de 2022.

CRUZ, Katiane Ribeiro da; COELHO, Elizabeth Maria Beserra. A saúde indigenista e os desafios da participação indígena. **Saúde e Sociedade**, v. 21, p. 185-198, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VXqWj5cZLhWL8bhvwWLk7BS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

DA SILVA, Luciléia Aguiar; PINTO, Douglas Ferreira. O reflexo do conflito normativo na transferência voluntária para financiamento do Programa da Assistência Farmacêutica no SUS. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2021. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/171>. Acesso em: 10 mar. 2022

DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. Descolonialidade e direitos humanos dos povos indígenas. **Revista de Educação Pública**, v. 23, n. 53/1, p. 343-367, 2014. DOI: 10.29286/rep.v23i53/1.1621. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1621>. Acesso em: 25 jul. 2022.

DE SOUZA, Antônio Artur *et al.* Controle de gestão em organizações hospitalares. **REGE Revista de Gestão**, v. 16, n. 3, p. 15-29, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/view/36675>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ELIAS, Flávia Silva; SOUZA, Luis. Indicadores para monitoramento de pesquisa em saúde no Brasil. **Ciência da informação**, v. 35, n. 3, p. 218-226, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/bQF5cFhPN8jRZ7nqDBc7b8z/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; BELFIORE, Patrícia; TAKAMATSU, Renata Turola; SUZART, Janilson. **Métodos quantitativos com stata**: procedimentos, rotinas e análise de resultados. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

FITZ VERPLOEGH, Roderick; BUDDING, Tjerk; WASSENAAR, Mattheus. Policy control as an alternative approach to performance-based budgeting (PBB) to strengthen the link between policy and financial means. **Public Money & Management**, p. 1-9, 2022. DOI: [10.1080/09540962.2022.2062162](https://doi.org/10.1080/09540962.2022.2062162). Acesso em: 25 jul. 2022.

GARCES, Ariel; SILVEIRA, José Paulo. Gestão pública orientada para resultados no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 53, n. 4, p. 53-77, 2002. Disponível em: <http://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/294>. Acesso em: 15 jun. 2022.

GARNELO, Luiza. **Saúde indígena**: uma introdução ao tema. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lucia (org.). **Saúde indígena**: uma introdução ao tema, p. 18-58, 2012. Disponível em: [saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf](#). Acesso em: 25 jul. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002. Disponível em https://www.academia.edu/download/38881088/como_classificar_pesquisas.pdf. Acesso em: 10 mar. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GONÇALVES, Márcio Augusto *et al.* Uma análise da mudança de produtividade da alocação de recursos públicos na atenção básica da saúde em municípios da região sudeste brasileira. **Revista de Ciências da Administração**, p. 60-74, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4404358>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GRZYBOWSKI, Márcia; LUNKES, Rogério João; LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão. Orçamento por desempenho: uma análise sobre a relação entre o desempenho da Secretaria de Atenção da Saúde e os recursos orçamentários alocados em suas ações. **Revista Gestão &**

Políticas Públicas, v. 6, n. 2, p. 213-233, 2016. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/129135>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GUERRA, Mariana. **Modelo de alocação de recursos do sistema único de saúde para organizações hospitalares: serviços de alta complexidade**. 2013. Tese de doutorado.

Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15183>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria básica-5**. Amgh Editora, 2011.

HAGER, Greg; HOBSON, Alice; WILSON, Ginny. **Performance-based budgeting: Concepts and examples**. Legislative Research Commission, Committee for Pram Review and Investigations, 2001. Disponível em: <https://focusintl.com/data/documents/RBM128-RR302.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

HO, Alfred Tat-Kei. PBB in american local governments: it's more than a management tool. **Public Administration Review**, v. 71, n. 3, p. 391-401, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-6210.2011.02359.x>. Acesso em 10 mar. 2022.

KAJIURA, Ana Patricia *et al.* **Equidade e alocação de recursos no Sistema Único de Saúde: análise de procedimentos em Otorrinolaringologia**. 2010. Tese de Doutorado. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13689>. Acesso em: 10 mar. 2022.

KASHIWAKURA, Helder Kiyoshi. **Retrato da atenção básica no Brasil: um estudo sobre a alocação de recursos financeiros e a sua relação com a infraestrutura básica de saúde dos municípios**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35821>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LANGDON, E. Jean Matteson. **Saúde e Povos Indígenas: Os desafios na virada do século**. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2000. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto55/FO-CX-55-3508-2006.PDF>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LEITE, Rita Mara *et al.* Orçamento empresarial: levantamento da produção científica no período de 1995 a 2006. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 47, p. 56-72, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v19n47/v19n47a06.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LUNKES, Rogério João *et al.* Estudo sobre a implantação do orçamento baseado em desempenho na Autoridade Portuária de Valência. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 1, p. 49-76, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/HPRz7jFXFPWxDZpwwHyBLcg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão *et al.* Orçamento por desempenho: uma análise da relação entre desempenho e alocação de recursos em ações no orçamento de uma Instituição Federal de Ensino Superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, v. 7,

n. 1, p. 148-168, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3193/319330058009.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LYRIO, Maurício Vasconcellos Leão; DELLAGNELO, Eloíse Helena Livramento; LUNKES, Rogério João. O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 90-106, 2013. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/RGFC/article/view/2148>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MARINHO, Gerson Luiz *et al.* Saneamento básico em domicílios indígenas de áreas urbanas da Amazônia Legal, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/Q7T3CqGt576tq47K33hfBrM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MATIAS-PEREIRA, José. Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia. **Revista de Administração Pública**, v. 42, p. 61-82, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/FS8639jwkgbK8Vk3GrzDb9Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MENSER, Michael; ROBINSON, Juscha. Participatory budgeting: from Porto Alegre, Brazil to the US. In: **US solidarity economy: Building alternatives for people and planet**. Chicago, IL: ChangeMaker Publications, 2008. p. 291-303.

NGUYEN, Hoang-Phuong. **Performance budgeting: Its rise and fall**. 2007. Disponível em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/id/eprint/9415>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PARK, Hun Myoung. **Practical guides to panel data modeling: a step-by-step analysis using stata**. Public Management and Policy Analysis Program, Graduate School of International Relations, International University of Japan, v. 12, p. 1-52, 2011. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.739.5228&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 10 mar. 2022.

PINTO, Douglas Ferreira. Análise das Demonstrações Contábeis de licitantes de Pregão Eletrônico: um estudo em Unidade Gestora do Ministério da Saúde. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2021. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/135>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PINTO, Douglas Ferreira; MEROTTI, Dione Ramos. A relação de riscos de atividades versus a segregação de função: um estudo de caso dos Serviços de Orçamento e Finanças do Ministério da Saúde. **Encontro Brasileiro de Administração Pública**, 2021. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap/index.php/home/article/view/155>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RAUPP, Ludimila *et al.* Condições sanitárias entre domicílios indígenas e não indígenas no Brasil de acordo com os Censos nacionais de 2000 e 2010. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3753-3763, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n10/3753-3763/pt/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RIBEIRO, Alex Mussoi. **Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros: uma análise dos efeitos da convergência do Brasil às IFRS**. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-10062014-171046/?gathStatIcon=true>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ROCHA DE AZEVEDO, Ricardo; BUSANELLI DE AQUINO, André Carlos. Ceremonial use of the performance-based budgeting by São Paulo municipalities. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 19, n. 50, 2022. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&profile=ehost&scope=site&authtype=crawler&jrnl=18071821&AN=156479975&h=MmUMAsKWN7JouhM22dlCH9jPw7O9Xc%2BwiUJxmwXUm0lrGwKYIHF7oiM8Chysb2bLdMdePCznqcDNUFa73I0Uug%3D%3D&crl=c>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SAMPAIO, Tathiana de Mello *et al.* **Governança para resultados: análise de eficiência do modelo atual de distribuição orçamentária anual para os laboratórios no Instituto Oswaldo Cruz (IOC)**. 2017. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/27653>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SANTOS, Ricardo Ventura *et al.* **Saúde dos povos indígenas e políticas públicas no Brasil**. In: GIOVANELLA, Lígia *et al.* (org.). *Políticas e sistema de saúde no Brasil*, p. 33-55, 2012. Disponível em: <046466077.pdf> ([fiocruz.br](https://www.fiocruz.br)). Acesso em: 25 jul. 2022.

SANTOS, Rodolfo Rocha dos; ROVER, Suliani. Influência da governança pública na eficiência da alocação dos recursos públicos. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 732-752, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/hgNrfWjKs9cRxh434YmKNQh/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SEMYKINA, Anastasia; WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Estimation of dynamic panel data models with sample selection. **Journal of Applied Econometrics**, v. 28, n. 1, p. 47-61, 2013. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jae.1266>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SOARES, Marilene Feitosa. **O princípio da eficiência em contabilidade pública: a alocação de recursos públicos para a geração de educação e saúde nos estados brasileiros**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal). Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/afa7b55059a2692d9a2ec7be6edb0641/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SUAVE, Ricardo; LUNKES, Rogério João; CODESSO, Mauricio Mello. Análise das características da produção científica sobre orçamento em revistas brasileiras. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 5, n. 1, p. 85-102, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/rara/article/download/494/683>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TEIXEIRA, Hugo Vocurca; TEIXEIRA, Marcelo Gouvêa. Financiamento da saúde pública no Brasil: a experiência do Siops. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, p. 379-391, 2003.

WEILLER, José Alexandre Buso. **Desempenho dos gastos municipais com saúde no município de São Bernardo do Campo**: um estudo sobre o instrumento Orçamento por Desempenho. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-05112014-131724/en.php>. Acesso em: 10 mar. 2022.

WEILLER, José Alexandre Buso; MENDES, Áquilas Nogueira. O Orçamento por Desempenho como ferramenta para gestão e avaliação da política de saúde no município de São Bernardo do Campo, no período 2006 a 2012. **Saúde em Debate**, v. 40, p. 36-52, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3Z5KChVztfw6KFNmJhP874d> . Acesso em: 10 mar. 2022.

APÊNDICE A – *Outputs* e análises do Artigo 1

Solicitações de acesso à informação e transparência

Número	Cadastro	Prazo	Data da Resposta	Teor do pedido
25072.016686/2020-90	08/10/2020	13/11/2020	12/11/2020	Orçamento Geral dos DSEIs.
25072.019401/2021-53	19/07/2021	09/08/2021	06/08/2021	População Indígena (SENSO).
25072.021805/2021-15	12/08/2021	13/09/2021	13/09/2021	Metas do PNS e do PAS.
25072.023170/2021-82	25/08/2021	27/09/2021	21/09/2021	RAGs da SESAI e dos DSEIs.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Foi respondido que o Relatório Anual de Gestão da SESAI/MS, referente ao período de 2012 a 2020, encontra-se em transparência ativa, no portal do Ministério da Saúde, na aba de instrumentos de planejamento do SUS, na página de acesso à informação, disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus>:

Relatório Anual de Gestão (RAG)

Período	Disponível em:
2012	https://bvs.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_anual_gestao_rag_2012.PDF
2013	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/RAG_2013_Final.pdf
2014	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/RAG_2014_20150331.pdf
2015	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/rag_2015_20160330.pdf
2016	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_anual_gestao_rag_2016.pdf
2017	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_anual_gestao_rag_2017.pdf
2018	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_anual_gestao_rag_2018.pdf
2019	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_anual_gestao_2019.pdf

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Indicadores de desempenho por hipóteses

$$\text{Indicador de Desempenho H1} = \frac{\frac{(Orç_i - Orç_{i-1})}{V.Orç_{i-1}}}{\frac{(Desemp_{i-1} - Desemp_{i-2})}{Desemp_{i-2}}} \quad (2)$$

$$\text{Indicador de Desempenho H2} = \frac{\frac{(Desemp_{i-1} - Desemp_{i-2})}{Desemp_{i-2}}}{\frac{(Orç_i - Orç_{i-1})}{Orç_{i-1}}} \quad (3)$$

Onde:

H1 = A alocação orçamentária é influenciada a partir do desempenho da ação em relação ao exercício anterior

H2 = O desempenho da ação é influenciado pela alocação orçamentária da ação em relação ao exercício anterior

Orç. = Orçamento

Desemp. = Desempenho das metas físicas

i = referência do exercício (ano civil)

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

APÊNDICE B – *Outputs* e análises do Artigo 2

Summary of Logaritmo Orçamento Total (Custeio)					
Ano	Mean	Std. Dev.	Freq.		
2012	15.406964	.89493514	34		
2013	16.00655	.62719015	34		
2014	16.268767	.57882073	34		
2015	16.369212	.49258912	34		
2016	16.528867	.48182498	34		
2017	16.563835	.47613936	34		
2018	16.604327	.51123891	34		
2019	16.550611	.49620448	34		
Total	16.287392	.69259463	272		
Analysis of Variance					
Source	SS	df	MS	F	Prob > F
Between groups	39.6279973	7	5.66114247	16.54	0.0000
Within groups	90.3672655	264	.342300248		
Total	129.995263	271	.479687316		
Bartlett's test for equal variances: $\chi^2(7) = 25.3195$ Prob> $\chi^2 = 0.001$					

Summary of Logaritmo Orçamento Total (Custeio)					
REGIÃO	Mean	Std. Dev.	Freq.		
Centro-Oe	16.605498	.43838926	48		
Nordeste	16.044235	.63103963	48		
Norte	16.202863	.75505246	152		
Sudeste	16.451627	.30002215	8		
Sul	16.783449	.41605943	16		
Total	16.287392	.69259463	272		
Analysis of Variance					
Source	SS	df	MS	F	Prob > F
Between groups	12.9342328	4	3.23355821	7.38	0.0000
Within groups	117.06103	267	.438430824		
Total	129.995263	271	.479687316		
Bartlett's test for equal variances: $\chi^2(4) = 28.0562$ Prob> $\chi^2 = 0.000$					

Nome da unidade	Summary of Logaritmo Orçamento				
	Mean	Std. Dev.	Freq.		
Alagoas e	15.958031	.42834014	8		
Altamira	15.820601	.43051604	8		
Alto Rio	15.555983	.70561015	8		
Alto Rio	15.90915	.83753469	8		
Alto Rio	15.965634	.36642539	8		
Alto Rio	15.992179	.79967915	8		
Amapá e N	16.245753	.42035241	8		
Araguaia	16.254565	.30432758	8		
Bahia	16.494333	.49144381	8		
Ceará	15.739655	.67892008	8		
Cuiabá	16.959912	.17328127	8		
Guamá Toc	16.797316	.49970393	8		
Interior	16.775794	.35908582	8		
Kaiapó do	16.330428	.27675653	8		
Kaiapó do	16.47631	.43596681	8		
Leste Ror	17.19903	.35038794	8		
Litoral S	16.791104	.4917964	8		
Manaus	16.523775	.14515499	8		
Maranhão	16.373112	.42612157	8		
Mato Gros	17.009005	.22901453	8		
Minas Ger	16.451627	.30002215	8		
Médio Rio	15.491235	.79639789	8		
Médio Rio	15.64601	.69259078	8		
Parintins	15.618015	.39284681	8		
Pernambuc	16.404458	.29468883	8		
Porto Vel	16.650498	.12922363	8		
Potiguara	15.295819	.51113528	8		
Rio Tapaj	16.466155	.57319979	8		
Tocantins	16.201522	.32140387	8		
Vale do J	15.656615	.64891751	8		
Vilhena	16.006687	.49870365	8		
Xavante	16.389183	.55319749	8		
Xingú	16.689895	.33794476	8		
Yanomami	17.631926	.19811505	8		
Total	16.287392	.69259463	272		
Analysis of Variance					
Source	SS	df	MS	F	Prob > F
Between groups	74.7445012	33	2.26498488	9.76	0.0000
Within groups	55.2507616	238	.232146057		
Total	129.995263	271	.479687316		
Bartlett's test for equal variances: chi2(33) = 82.2150 Prob>chi2 = 0.000					

Summary of Logaritmo Custo Per Capita					
Ano	Mean	Std. Dev.	Freq.		
2012	5.79137	1.1504333	34		
2013	6.3725365	.91695848	34		
2014	6.6174238	.920144	34		
2015	6.7030806	.83954869	34		
2016	6.8526503	.81862312	34		
2017	6.8826026	.822723	34		
2018	6.8763811	.77058344	34		
2019	6.8086578	.74084239	34		
Total	6.6130878	.93725693	272		
Analysis of Variance					
Source	SS	df	MS	F	Prob > F
Between groups	33.2792669	7	4.75418098	6.13	0.0000
Within groups	204.780835	264	.775684981		
Total	238.060102	271	.87845056		
Bartlett's test for equal variances: chi2(7) = 9.4283 Prob>chi2 = 0.223					

Summary of Logaritmo Custo Per Capita					
REGIÃO	Mean	Std. Dev.	Freq.		
Centro-Oe	7.2592816	.91750762	48		
Nordeste	5.926002	.56813665	48		
Norte	6.6370099	.95033989	152		
Sudeste	6.7206179	.28533822	8		
Sul	6.4547398	.45423466	16		
Total	6.6130878	.93725693	272		
Analysis of Variance					
Source	SS	df	MS	F	Prob > F
Between groups	43.2840305	4	10.8210076	14.83	0.0000
Within groups	194.776071	267	.729498395		
Total	238.060102	271	.87845056		
Bartlett's test for equal variances: chi2(4) = 32.9425 Prob>chi2 = 0.000					

Nome da unidade	Summary of Logaritmo Custo Per Capita				
	Mean	Std. Dev.	Freq.		
Alagoas e	6.5228168	.41590419	8		
Altamira	7.5523601	.34568491	8		
Alto Rio	5.8056315	.67201594	8		
Alto Rio	5.340616	.91636127	8		
Alto Rio	6.5130336	.32196165	8		
Alto Rio	4.8421015	.76090765	8		
Amapá e N	6.859482	.36958403	8		
Araguaia	7.7001863	.25676861	8		
Bahia	6.1708333	.51061907	8		
Ceará	5.5079613	.71190564	8		
Cuiabá	8.0711753	.20394606	8		
Guamá Toc	7.574277	.31006854	8		
Interior	6.2174003	.3088513	8		
Kaiapó do	7.7758188	.33837072	8		
Kaiapó do	7.8668773	.37576948	8		
Leste Ror	6.3345666	.28932538	8		
Litoral S	6.6920794	.4668943	8		
Manaus	6.1974335	.12820776	8		
Maranhão	5.8488409	.39856497	8		
Mato Gros	5.6940714	.23373452	8		
Minas Ger	6.7206179	.28533822	8		
Médio Rio	6.5274097	.80963431	8		
Médio Rio	5.611634	.6758074	8		
Parintins	5.9619347	.34967086	8		
Pernambuc	5.8045528	.28996373	8		
Porto Vel	7.4484925	.08947563	8		
Potiguara	5.7010068	.47640774	8		
Rio Tapaj	7.078064	.50878007	8		
Tocantins	6.8585045	.29309292	8		
Vale do J	6.9811993	.60886124	8		
Vilhena	7.2324158	.50610762	8		
Xavante	6.5074844	.4764202	8		
Xingú	7.8069533	.28206387	8		
Yanomami	7.5171539	.15883188	8		
Total	6.6130878	.93725693	272		
Analysis of Variance					
Source	SS	df	MS	F	Prob > F
Between groups	187.693082	33	5.68766914	26.88	0.0000
Within groups	50.3670202	238	.211626135		
Total	238.060102	271	.87845056		
Bartlett's test for equal variances: chi2(33) = 99.4767 Prob>chi2 = 0.000					

Kruskal-Wallis equality-of-populations rank test

ANO	Obs	Rank Sum
2012	34	1998.00
2013	34	3342.00
2014	34	4435.00
2015	34	4780.00
2016	34	5471.00
2017	34	5685.00
2018	34	5816.00
2019	34	5601.00

chi-squared = 60.913 with 7 d.f.

probability = 0.0001

chi-squared with ties = 60.913 with 7 d.f.

probability = 0.0001

Kruskal-Wallis equality-of-populations rank test

REGIÃO_ID	Obs	Rank Sum
Centro-Oeste	48	8580.00
Nordeste	48	5196.00
Norte	152	18877.00
Sudeste	8	1254.00
Sul	16	3221.00

chi-squared = 35.151 with 4 d.f.

probability = 0.0001

chi-squared with ties = 35.151 with 4 d.f.

probability = 0.0001

Kruskal-Wallis equality-of-populations rank test

ID	Obs	Rank Sum
Alagoas e Sergipe	8	680.00
Altamira	8	557.00
Alto Rio Juruá	8	414.00
Alto Rio Negro	8	819.00
Alto Rio Purus	8	660.00
Alto Rio Solimões	8	875.00
Amapá e Norte do Pará	8	999.00
Araguaia	8	979.00
Bahia	8	1336.00
Ceará	8	593.00
Cuiabá	8	1868.00
Guamá Tocantins	8	1582.00
Interior Sul	8	1650.00
Kaiapó do Mato Grosso	8	1060.00
Kaiapó do Pará	8	1302.00
Leste Roraima	8	1948.00
Litoral Sul	8	1571.00
Manaus	8	1338.00
Maranhão	8	1174.00
Mato Grosso do Sul	8	1884.00
Minas Gerais e Espírito Santo	8	1254.00
Médio Rio Purus	8	384.00
Médio Rio Solimões	8	472.00
Parintins	8	350.00
Pernambuco	8	1184.00
Porto Velho	8	1537.00
Potiguara	8	229.00
Rio Tapajós	8	1338.00
Tocantins	8	921.00
Vale do Javari	8	481.00
Vilhena	8	763.00
Xavante	8	1247.00
Xingú	8	1542.00
Yanomami	8	2137.00

chi-squared = 176.004 with 33 d.f.
probability = 0.0001

chi-squared with ties = 176.004 with 33 d.f.
probability = 0.0001

Kruskal-Wallis equality-of-populations rank test

ANO	Obs	Rank Sum
2012	34	2693.00
2013	34	3964.00
2014	34	4625.00
2015	34	4830.00
2016	34	5237.00
2017	34	5330.00
2018	34	5312.00
2019	34	5137.00

chi-squared = 27.640 with 7 d.f.
 probability = 0.0003

chi-squared with ties = 27.640 with 7 d.f.
 probability = 0.0003

Kruskal-Wallis equality-of-populations rank test

REGIÃO_ID	Obs	Rank Sum
Centro-Oeste	48	9115.00
Nordeste	48	3481.00
Norte	152	21443.00
Sudeste	8	1177.00
Sul	16	1912.00

chi-squared = 55.274 with 4 d.f.
 probability = 0.0001

chi-squared with ties = 55.274 with 4 d.f.
 probability = 0.0001

Kruskal-Wallis equality-of-populations rank test

ID	Obs	Rank Sum
Alagoas e Sergipe	8	1008.00
Altamira	8	1765.00
Alto Rio Juruá	8	544.00
Alto Rio Negro	8	368.00
Alto Rio Purus	8	998.00
Alto Rio Solimões	8	125.00
Amapá e Norte do Pará	8	1273.00
Araguaia	8	1869.00
Bahia	8	763.00
Ceará	8	379.00
Cuiabá	8	2081.00
Guamá Tocantins	8	1775.00
Interior Sul	8	784.00
Kaiapó do Mato Grosso	8	1907.00
Kaiapó do Pará	8	1964.00
Leste Roraima	8	857.00
Litoral Sul	8	1128.00
Manaus	8	762.00
Maranhão	8	477.00
Mato Grosso do Sul	8	330.00
Minas Gerais e Espírito Santo	8	1177.00
Médio Rio Purus	8	1063.00
Médio Rio Solimões	8	380.00
Parintins	8	561.00
Pernambuco	8	436.00
Porto Velho	8	1691.00
Potiguara	8	418.00
Rio Tapajós	8	1405.00
Tocantins	8	1265.00
Vale do Javari	8	1355.00
Vilhena	8	1541.00
Xavante	8	984.00
Xingú	8	1944.00
Yanomami	8	1751.00

chi-squared = 225.856 with 33 d.f.
probability = 0.0001

chi-squared with ties = 225.856 with 33 d.f.
probability = 0.0001

	Coefficients			
	(b) FE_Orç	(B) RE_Orç	(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
var_cpercap	.1499622	.1347197	.0152425	.0037043
DM1_lag1	-.3314233	-.3109938	-.0204295	.0189629
DM2_lag1	-.0887492	-.0956594	.0069102	.0150033
_IANO_2013	.8660845	.8552432	.0108413	.023853
_IANO_2014	1.13084	1.11622	.0146193	.0183722
_IANO_2015	1.283027	1.263975	.0190526	.0194374
_IANO_2016	1.094535	1.097316	-.0027817	.000676
_IANO_2017	1.570325	1.555172	.0151532	.0247041
_IANO_2018	1.615242	1.601375	.013867	.0254048
_IANO_2019	1.578373	1.56363	.0147431	.0259579

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg
B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

chi2(3) = (b-B)'[(V_b-V_B)^(-1)](b-B)
= 19.37
Prob>chi2 = 0.0002
(V_b-V_B is not positive definite)

	Coefficients			
	(b) FE_CPerCap	(B) RE_CPerCap	(b-B) Difference	sqrt(diag(V_b-V_B)) S.E.
Indesin_de~g	-1.025753	-.6824696	-.3432838	.1975965
DM1_lag1	-.3863703	-.3340068	-.0523635	.0165596
DM2_lag1	-.0830533	-.0699377	-.0131156	.0183676
_IANO_2013	1.073547	1.003054	.0704932	.0206653
_IANO_2014	1.233623	1.171084	.0625387	.017482
_IANO_2015	1.35852	1.287642	.0708776	.0197696
_IANO_2016	1.123463	1.102653	.0208105	.0119786
_IANO_2017	1.631963	1.543761	.088202	.0320233
_IANO_2018	1.670502	1.566429	.1040723	.0412124
_IANO_2019	1.623972	1.514081	.1098916	.044345

b = consistent under Ho and Ha; obtained from xtreg
B = inconsistent under Ha, efficient under Ho; obtained from xtreg

Test: Ho: difference in coefficients not systematic

chi2(3) = (b-B)'[(V_b-V_B)^(-1)](b-B)
= 14.17
Prob>chi2 = 0.0027
(V_b-V_B is not positive definite)

Breusch and Pagan Lagrangian multiplier test for random effects

$$\lnor\grave{c}[ID,t] = Xb + u[ID] + e[ID,t]$$

Estimated results:

	Var	sd = sqrt(Var)
lnorç	.4796873	.6925946
e	.0621806	.2493604
u	.1695884	.4118111

Test: Var(u) = 0

chibar2(01) = 514.70

Prob > chibar2 = 0.0000

Breusch and Pagan Lagrangian multiplier test for random effects

$$\ln\text{cpercap}[ID,t] = Xb + u[ID] + e[ID,t]$$

Estimated results:

	Var	sd = sqrt(Var)
ln\text{cpercap}	.8784506	.9372569
e	.0649896	.2549307
u	.2397598	.4896527

Test: Var(u) = 0

chibar2(01) = 489.88

Prob > chibar2 = 0.0000

```
. qui xtreg lnorç var_cpercap $exp_desemp1_lag _I*, fe
. xttest3

Modified Wald test for groupwise heteroskedasticity
in fixed effect regression model

H0:  $\sigma(i)^2 = \sigma^2$  for all i

chi2 (34) = 1113.82
Prob>chi2 = 0.0000
```

```
. qui xtreg lncpercap lndesin_demog $exp_desemp1_lag _I*, fe
. xttest3

Modified Wald test for groupwise heteroskedasticity
in fixed effect regression model

H0:  $\sigma(i)^2 = \sigma^2$  for all i

chi2 (34) = 643.88
Prob>chi2 = 0.0000
```

```
. xtserial lnorç var_cpercap $exp_desempl_lag _I*, output
```

Linear regression

Number of obs	=	238
F(8, 33)	=	155.98
Prob > F	=	0.0000
R-squared	=	0.7252
Root MSE	=	.1879

(Std. Err. adjusted for 34 clusters in ID)

D.lnorç	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]
var_cpercap					
D1.	.2937375	.0194469	15.10	0.000	.2541725 .3333025
_IREGIÃO_2					
D1.	0	(omitted)			
_IREGIÃO_3					
D1.	0	(omitted)			
_IREGIÃO_4					
D1.	0	(omitted)			
_IREGIÃO_5					
D1.	0	(omitted)			
_IANO_2013					
D1.	.3260427	.0362826	8.99	0.000	.2522253 .3998601
_IANO_2014					
D1.	.7655967	.0866221	8.84	0.000	.5893627 .9418306
_IANO_2015					
D1.	.9269487	.0919539	10.08	0.000	.7398671 1.11403
_IANO_2016					
D1.	1.068296	.0948494	11.26	0.000	.8753236 1.261269
_IANO_2017					
D1.	1.143457	.0961306	11.89	0.000	.9478781 1.339037
_IANO_2018					
D1.	1.193085	.1003509	11.89	0.000	.98892 1.397251
_IANO_2019					
D1.	1.159322	.1023819	11.32	0.000	.9510243 1.367619

Wooldridge test for autocorrelation in panel data

H0: no first-order autocorrelation

F(1, 33)	=	149.160
Prob > F	=	0.0000

```
. xtserial lncpercap lndesin_demog $exp_desempl_lag _I*, output
```

Linear regression

Number of obs	=	238
F(8, 33)	=	18.02
Prob > F	=	0.0000
R-squared	=	0.5284
Root MSE	=	.24265

(Std. Err. adjusted for 34 clusters in ID)

D.lncpercap	Robust					[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.	t	P> t			
lndesin_demog							
D1.	-.7669472	.2227579	-3.44	0.002	-1.220152	-.3137428	
_IREGIÃO_2							
D1.	0	(omitted)					
_IREGIÃO_3							
D1.	0	(omitted)					
_IREGIÃO_4							
D1.	0	(omitted)					
_IREGIÃO_5							
D1.	0	(omitted)					
_IANO_2013							
D1.	.595293	.0688266	8.65	0.000	.4552642	.7353218	
_IANO_2014							
D1.	.8534708	.0998553	8.55	0.000	.6503137	1.056628	
_IANO_2015							
D1.	.9504697	.0943158	10.08	0.000	.7585827	1.142357	
_IANO_2016							
D1.	1.107774	.1009463	10.97	0.000	.902397	1.313151	
_IANO_2017							
D1.	1.141574	.1046362	10.91	0.000	.9286896	1.354458	
_IANO_2018							
D1.	1.171179	.1115987	10.49	0.000	.9441293	1.398228	
_IANO_2019							
D1.	1.114199	.1149818	9.69	0.000	.8802662	1.348131	

Wooldridge test for autocorrelation in panel data

H0: no first-order autocorrelation

F(1, 33)	=	88.603
Prob > F	=	0.0000

ANEXO A – Comprovante de Submissão dos Artigos em Periódicos

01/08/2022 22:27 Submissões

Revista do Serviço Público Tarefas 0 Português (Brasil) Ver o Site douglas87

RSP Revista do Serviço Público

Submissões

Fila 2 Arquivos Ajuda

Minhas Submissões Designadas

Buscar Nova Submissão

7588 **Ferreira Pinto et al.** Submissão

ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O DESEMPENHO: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS UNIDADES DA SESAI/MS

0 Discussões abertas

Última atividade registrada em segunda-feira, 1 de agosto de 2022.

Ver Submissão

7587 **Ferreira Pinto et al.** Submissão

ORÇAMENTO POR DESEMPENHO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CUSTEIO DISCRICIONÁRIO E O DESEMPENHO DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20YP

0 Discussões abertas

Última atividade registrada em segunda-feira, 1 de agosto de 2022.

Ver Submissão

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/submissions> 1/27

De: Cláudio Djissey Shikida <pesquisaenap@enap.gov.br>
Enviado em: segunda-feira, 1 de agosto de 2022 20:54
Para: Douglas Ferreira Pinto
Assunto: [RSP] Agradecimento pela submissão

Sinalizador de acompanhamento:

Status do sinalizador: Acompanhar
 Concluída

Prezado/a Douglas Ferreira Pinto,

Acuso recebimento do artigo "ORÇAMENTO POR DESEMPENHO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE A ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CUSTEIO DISCRICIONÁRIO E O DESEMPENHO DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20YP", enviado para fins de publicação na Revista do Serviço Público.

Acompanhe o progresso da sua submissão por meio da interface de administração do sistema, disponível em:

URL da submissão: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/authorDashboard/submission/7587>

Login: douglas87

O artigo será apresentado à Equipe Editorial da RSP em sua próxima reunião, quando será realizado o desk review. A RSP adota a prática de desk review, que consiste na análise do artigo, por até três editores da Revista, sem qualquer identificação dos autores, para decidir se o trabalho deverá ou não ser encaminhado a pareceristas.

Alguns aspectos avaliados nesse momento são: a adequação do tema do artigo ao foco da Revista, a qualidade do texto, o balanço teórico-empírico e a contribuição para o avanço da área temática. Não são fornecidos detalhes dessa decisão.

Retornaremos contato assim que possível.

Atenciosamente,

Cláudio Djissey Shikida

De: Cláudio Djissey Shikida <pesquisaenap@enap.gov.br>
Enviado em: segunda-feira, 1 de agosto de 2022 22:18
Para: Douglas Ferreira Pinto
Assunto: [RSP] Agradecimento pela submissão

Sinalizador de acompanhamento:

Status do sinalizador: Acompanhar
 Concluída

Prezado/a Douglas Ferreira Pinto,

Acuso recebimento do artigo "ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E O DESEMPENHO: ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS UNIDADES DA SESAI/MS", enviado para fins de publicação na Revista do Serviço Público.

Acompanhe o progresso da sua submissão por meio da interface de administração do sistema, disponível em:

URL da submissão: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/authorDashboard/submission/7588>

Login: douglas87

O artigo será apresentado à Equipe Editorial da RSP em sua próxima reunião, quando será realizado o desk review. A RSP adota a prática de desk review, que consiste na análise do artigo, por até três editores da Revista, sem qualquer identificação dos autores, para decidir se o trabalho deverá ou não ser encaminhado a pareceristas.

Alguns aspectos avaliados nesse momento são: a adequação do tema do artigo ao foco da Revista, a qualidade do texto, o balanço teórico-empírico e a contribuição para o avanço da área temática. Não são fornecidos detalhes dessa decisão.

Retornaremos contato assim que possível.

Atenciosamente,

Cláudio Djissey Shikida

ANEXO B – Dados primários coletados via e-SIC

DSEI	UG	ANO	População	Território	UF	Orçamento	DM1	DM2	DM3	DM4
Alto Rio Juruá	257 021	2012	16164	69026,4 3	Acre	1174033	1,02923 1	0	0	0
Alto Rio Juruá	257 021	2013	16405	69026,4 3	Acre	3708566	0,908	0	0	0
Alto Rio Juruá	257 021	2014	16842	69026,4 3	Acre	6040841	1,00784 3	0	1	0
Alto Rio Juruá	257 021	2015	17067	69026,4 3	Acre	7308127	0,86125	1	1	0
Alto Rio Juruá	257 021	2016	17264	69026,4 3	Acre	8718547	1	0,06470 6	0,7365	0,08705 9
Alto Rio Juruá	257 021	2017	17751	69026,4 3	Acre	7958129	0,95974 8	0,67126 4	0,5056	0,56551 7
Alto Rio Juruá	257 021	2018	17833	69026,4 3	Acre	8965801	0,94512 2	0,77752 8	0,91709 8	0,87977 5
Alto Rio Juruá	257 021	2019	18052	69026,4 3	Acre	9319352	0,80235 3	0,79222 2	0,71666 7	0,86444 4
Alto Rio Purus	257 022	2012	11671	134379, 2	Acre	3829466	1,24153 8	0	0	0
Alto Rio Purus	257 022	2013	12142	134379, 2	Acre	7136789	0,67866 7	0	0	0
Alto Rio Purus	257 022	2014	12411	134379, 2	Acre	9296797	0,88235 3	0	0	0
Alto Rio Purus	257 022	2015	12902	134379, 2	Acre	8982334	0,90375	1	1	0
Alto Rio Purus	257 022	2016	13368	134379, 2	Acre	10327210	0,69220 8	0,69529 4	0,58075	0,46235 3
Alto Rio Purus	257 022	2017	13847	134379, 2	Acre	11786816	0,47295 6	0,73563 2	0,5892	0,67701 1
Alto Rio Purus	257 022	2018	12878	134379, 2	Acre	11957795	0,79634 1	0,96179 8	1,22538 9	0,71685 4
Alto Rio Purus	257 022	2019	12840	134379, 2	Acre	8889960	0,72235 3	1,03222 2	0,65166 7	0,78888 9
Alagoas e Sergipe	257 023	2012	12166	22505,1 4	Alagoas	3499160	1,38153 8	0	0	0
Alagoas e Sergipe	257 023	2013	12257	22505,1 4	Alagoas	5602026	1,244	0	0	0
Alagoas e Sergipe	257 023	2014	12449	22505,1 4	Alagoas	11548257	1,10326 8	0	1	0
Alagoas e Sergipe	257 023	2015	12543	22505,1 4	Alagoas	11748406	1,1075	1	1	0
Alagoas e Sergipe	257 023	2016	12502	22505,1 4	Alagoas	10438819	1,07402 6	0,88	0,627	0,84470 6
Alagoas e Sergipe	257 023	2017	12203	22505,1 4	Alagoas	10401460	1,14842 8	1,03908	0,5782	0,97701 1
Alagoas e Sergipe	257 023	2018	12869	22505,1 4	Alagoas	9749375	1,15487 8	1,01123 6	0,70725 4	0,94269 7
Alagoas e Sergipe	257 023	2019	13220	22505,1 4	Alagoas	9870757	1,11294 1	1,07555 6	0,53166 7	0,94222 2
Alto Rio Negro	257 024	2012	41045	138020, 9	Amazonas	1574831	0,94923 1	0	0	0
Alto Rio Negro	257 024	2013	41907	138020, 9	Amazonas	4375267	0,78933 3	0	0	0
Alto Rio Negro	257 024	2014	42575	138020, 9	Amazonas	7054625	0,60784 3	0	0	0
Alto Rio Negro	257 024	2015	42225	138020, 9	Amazonas	7222868	0,66	0	0	0
Alto Rio Negro	257 024	2016	41350	138020, 9	Amazonas	10123042	0,57142 9	0,50470 6	0,47275	0,51882 4
Alto Rio Negro	257 024	2017	39115	138020, 9	Amazonas	17937351	0,70188 7	0,78505 7	0,4348	0,75057 5
Alto Rio Negro	257 024	2018	35849	138020, 9	Amazonas	16263720	0,82561	0,94044 9	0,69948 2	0,84269 7
Alto Rio Negro	257 024	2019	29193	138020, 9	Amazonas	18127386	0,84235 3	1,03555 6	1,15333 3	0,93333 3

Alto Rio Solimões	257 025	2012	64628	79763,4 3	Amazonas	1533487	1,24615 4	0	0	0
Alto Rio Solimões	257 025	2013	66591	79763,4 3	Amazonas	5576715	1,09066 7	0	0	0
Alto Rio Solimões	257 025	2014	68699	79763,4 3	Amazonas	7856869	1,17254 9	0	0	0
Alto Rio Solimões	257 025	2015	70330	79763,4 3	Amazonas	11165960	1,0625	1	1	0
Alto Rio Solimões	257 025	2016	71430	79763,4 3	Amazonas	14486195	1,19740 3	0,85411 8	0,615	0,77294 1
Alto Rio Solimões	257 025	2017	70748	79763,4 3	Amazonas	14091005	1,19496 9	1,03678 2	0,7454	0,99425 3
Alto Rio Solimões	257 025	2018	72520	79763,4 3	Amazonas	17896288	1,10243 9	1,05842 7	1,37564 8	1,00112 4
Alto Rio Solimões	257 025	2019	72004	79763,4 3	Amazonas	13324684	1,13529 4	1,07444 4	1,08333 3	1,01222 2
Vale do Javari	257 026	2012	5338	91384,2 9	Amazonas	1456769	1,08923 1	0	0	0
Vale do Javari	257 026	2013	5451	91384,2 9	Amazonas	4506480	0,84133 3	0	0	0
Vale do Javari	257 026	2014	5640	91384,2 9	Amazonas	10612726	0,76078 4	0	0	0
Vale do Javari	257 026	2015	5823	91384,2 9	Amazonas	7512298	1,06375	0	0	0
Vale do Javari	257 026	2016	5954	91384,2 9	Amazonas	9512988	0,99480 5	0,99411 8	1,09075	0,90352 9
Vale do Javari	257 026	2017	6059	91384,2 9	Amazonas	6940030	0,90943 4	1,08390 8	0,8046	0,98275 9
Vale do Javari	257 026	2018	6208	91384,2 9	Amazonas	9610602	0,88414 6	1,10112 4	0,89378 2	0,98089 9
Vale do Javari	257 026	2019	6472	91384,2 9	Amazonas	7505760	0,75411 8	1,08444 4	0,715	0,96222 2
Manaus	257 027	2012	30103	303092	Amazonas	13492901	1,13692 3	0	0	0
Manaus	257 027	2013	29824	303092	Amazonas	13437570	1	0	0	0
Manaus	257 027	2014	30095	303092	Amazonas	11741089	1,04444 4	0	1	0
Manaus	257 027	2015	30327	303092	Amazonas	14763651	1,05125	1	1	0
Manaus	257 027	2016	29929	303092	Amazonas	16419620	1,10779 2	0,91294 1	0,363	0,63411 8
Manaus	257 027	2017	30086	303092	Amazonas	16083983	1,00251 6	1,02528 7	0,5062	0,85747 1
Manaus	257 027	2018	31608	303092	Amazonas	17781447	0,96219 5	1,06629 2	0,51554 4	0,72022 5
Manaus	257 027	2019	32332	303092	Amazonas	17394938	0,90588 2	1,09555 6	0,915	0,79444 4
Médio Rio Purus	257 028	2012	8016	105807	Amazonas	883959,1	1,44923 1	0	0	0
Médio Rio Purus	257 028	2013	7812	105807	Amazonas	3289316	1,01733 3	0	0	0
Médio Rio Purus	257 028	2014	7983	105807	Amazonas	6186206	0,92026 1	0	0	0
Médio Rio Purus	257 028	2015	7870	105807	Amazonas	7193643	0,29875	1	1	0
Médio Rio Purus	257 028	2016	7899	105807	Amazonas	7774539	0,55064 9	1,03529 4	1,0305	0,95176 5
Médio Rio Purus	257 028	2017	6971	105807	Amazonas	8600802	0,88050 3	1,08160 9	0,9478	1,02183 9
Médio Rio Purus	257 028	2018	7914	105807	Amazonas	9008988	0,65243 9	0,97752 8	1,36528 5	0,79775 3
Médio Rio Purus	257 028	2019	8117	105807	Amazonas	8516541	0,70823 5	1,04111 1	1,00833 3	0,83888 9
Médio Rio Solimões	257 029	2012	21980	297616, 4	Amazonas	1328807	0,93538 5	0	0	0
Médio Rio Solimões	257 029	2013	22747	297616, 4	Amazonas	3998841	0,52	0	0	0
Médio Rio Solimões	257 029	2014	22710	297616, 4	Amazonas	6690621	0,73464 1	0	0	0

Médio Rio Solimões	257 029	2015	23508	297616, 4	Amazonas	8673653	0,64875	1	1	0
Médio Rio Solimões	257 029	2016	23718	297616, 4	Amazonas	9773794	0,64935 1	0,91058 8	0,48175	0,76470 6
Médio Rio Solimões	257 029	2017	24113	297616, 4	Amazonas	10227289	0,72578 6	1,10114 9	0,8502	0,76896 6
Médio Rio Solimões	257 029	2018	21846	297616, 4	Amazonas	8569223	0,93780 5	1,12022 5	1,33419 7	0,79775 3
Médio Rio Solimões	257 029	2019	21873	297616, 4	Amazonas	8669186	0,91411 8	1,10777 8	0,84166 7	0,94555 6
Parintins	257 030	2012	14214	50644,9 6	Amazonas	2411252	1,16615 4	0	0	0
Parintins	257 030	2013	14596	50644,9 6	Amazonas	6335453	1,11866 7	0	0	0
Parintins	257 030	2014	15081	50644,9 6	Amazonas	5996549	1,09673 2	0	1	0
Parintins	257 030	2015	15580	50644,9 6	Amazonas	6358184	0,94	1	1	0
Parintins	257 030	2016	16127	50644,9 6	Amazonas	8151215	1,10389 6	1,13882 4	0,4525	0,68823 5
Parintins	257 030	2017	16553	50644,9 6	Amazonas	8535429	1,12452 8	1,12643 7	0,414	0,88390 8
Parintins	257 030	2018	16447	50644,9 6	Amazonas	6708773	1,07804 9	1,11797 8	0,45595 9	0,96516 9
Parintins	257 030	2019	16527	50644,9 6	Amazonas	6732805	1,04117 6	1,11111 1	0,35166 7	0,98888 9
Amapá e Norte do Pará	257 031	2012	10827	210625, 1	Amapá	5031906	1,03384 6	0	0	0
Amapá e Norte do Pará	257 031	2013	11150	210625, 1	Amapá	7006533	0,78933 3	0	0	0
Amapá e Norte do Pará	257 031	2014	11504	210625, 1	Amapá	12968792	0,74248 4	0	0	0
Amapá e Norte do Pará	257 031	2015	11789	210625, 1	Amapá	13234511	0,77125	1	1	0
Amapá e Norte do Pará	257 031	2016	12126	210625, 1	Amapá	15815917	0,92077 9	0,69529 4	0,12775	0,86117 6
Amapá e Norte do Pará	257 031	2017	12421	210625, 1	Amapá	15142985	0,33081 8	0,73218 4	0,26	0,84367 8
Amapá e Norte do Pará	257 031	2018	12718	210625, 1	Amapá	12266890	0,44268 3	0,85842 7	0,02072 5	0,80337 1
Amapá e Norte do Pará	257 031	2019	13027	210625, 1	Amapá	15618674	0,42588 2	1,00555 6	0,11166 7	0,79777 8
Bahia	257 032	2012	29811	165197, 2	Bahia	5260819	0,87846 2	0	0	0
Bahia	257 032	2013	28969	165197, 2	Bahia	18964792	0,11066 7	0	0	0
Bahia	257 032	2014	29254	165197, 2	Bahia	25893875	1,22745 1	0	0	0
Bahia	257 032	2015	29438	165197, 2	Bahia	13391783	1,1275	0	0	0
Bahia	257 032	2016	29529	165197, 2	Bahia	20284180	1,2 2	0,72941 2	0,461	0,43764 7
Bahia	257 032	2017	29482	165197, 2	Bahia	16218128	1,19245 3	0,96666 7	0,4838	0,68620 7
Bahia	257 032	2018	33083	165197, 2	Bahia	16867899	1,08292 7	1,05955 1	0,68393 8	0,48876 4
Bahia	257 032	2019	34411	165197, 2	Bahia	10566383	1,01411 8	1,05222 2	0,39666 7	0,70666 7
Ceará	257 033	2012	29058	30460,6 1	Ceará	1979746	0,93538 5	0	0	0
Ceará	257 033	2013	28882	30460,6 1	Ceará	4418235	0,98133 3	0	0	0
Ceará	257 033	2014	29002	30460,6 1	Ceará	3903561	1,10326 8	0	1	0
Ceará	257 033	2015	27240	30460,6 1	Ceará	7498750	1,08	0	0	0
Ceará	257 033	2016	26585	30460,6 1	Ceará	10741372	1,18571 4	0,87529 4	1,0055	0,98705 9
Ceará	257 033	2017	26426	30460,6 1	Ceará	11997590	1,16100 6	0,85632 2	0,8964	1,01034 5

Ceará	257 033	2018	27252	30460,6 1	Ceará	11724217	1,13414 6	0,88876 4	1,39637 3	0,93258 4
Ceará	257 033	2019	27858	30460,6 1	Ceará	12520350	0,95882 4	0,99	0,97	0,90444 4
Maranhão	257 034	2012	35050	76013,0 7	Maranhão	5335845	0,80923 1	0	0	0
Maranhão	257 034	2013	35368	76013,0 7	Maranhão	9996564	0,21466 7	0	0	0
Maranhão	257 034	2014	35634	76013,0 7	Maranhão	18042895	0,50588 2	0	0	0
Maranhão	257 034	2015	35688	76013,0 7	Maranhão	19845061	0,845	1	1	0
Maranhão	257 034	2016	35569	76013,0 7	Maranhão	12244768	1,07272 7	0,62705 9	0,91825	0,19411 8
Maranhão	257 034	2017	36136	76013,0 7	Maranhão	12293282	1,02012 6	1,05172 4	0,8232	0,81839 1
Maranhão	257 034	2018	41529	76013,0 7	Maranhão	15193788	1,14878	1,04044 9	1,28238 3	0,28427
Maranhão	257 034	2019	43653	76013,0 7	Maranhão	17608400	0,94823 5	0,98888 9	0,55666 7	0,23111 1
Minas Gerais e Espírito Santo	257 035	2012	16310	136599, 9	Minas Gerais	8857462	1,41538 5	0	0	0
Minas Gerais e Espírito Santo	257 035	2013	16544	136599, 9	Minas Gerais	9447332	1,188	0	0	0
Minas Gerais e Espírito Santo	257 035	2014	16778	136599, 9	Minas Gerais	12257326	1,17516 3	0	0	0
Minas Gerais e Espírito Santo	257 035	2015	17015	136599, 9	Minas Gerais	13796903	1,165	1	1	0
Minas Gerais e Espírito Santo	257 035	2016	16796	136599, 9	Minas Gerais	16689696	1,19090 9	1,01882 4	0,74725	1,06235 3
Minas Gerais e Espírito Santo	257 035	2017	16754	136599, 9	Minas Gerais	19076436	1,18364 8	1,09080 5	0,7882	1,08046
Minas Gerais e Espírito Santo	257 035	2018	17233	136599, 9	Minas Gerais	17431650	1,15609 8	1,07977 5	1,15285	1,00561 8
Minas Gerais e Espírito Santo	257 035	2019	17244	136599, 9	Minas Gerais	18353900	1,05647 1	1,07666 7	0,925	1,00111 1
Mato Grosso do Sul	257 036	2012	80969	232235, 8	Mato Grosso do Sul	16144330	1,18615 4	0	0	0
Mato Grosso do Sul	257 036	2013	82236	232235, 8	Mato Grosso do Sul	21874983	0,98933 3	0	0	0
Mato Grosso do Sul	257 036	2014	83605	232235, 8	Mato Grosso do Sul	20190517	0,98562 1	0	0	0
Mato Grosso do Sul	257 036	2015	84551	232235, 8	Mato Grosso do Sul	23917577	0	1	1	0
Mato Grosso do Sul	257 036	2016	83765	232235, 8	Mato Grosso do Sul	31429958	0,98051 9	0,85647 1	0,33025	0,30235 3
Mato Grosso do Sul	257 036	2017	82814	232235, 8	Mato Grosso do Sul	26685421	0,97232 7	1,09540 2	0,3686	0,96896 6
Mato Grosso do Sul	257 036	2018	78809	232235, 8	Mato Grosso do Sul	28219382	1,12804 9	1,09101 1	0,60880 8	0,98314 6
Mato Grosso do Sul	257 036	2019	79732	232235, 8	Mato Grosso do Sul	30855946	1,04588 2	1,07333 3	0,39	0,96777 8
Araguaia	257 037	2012	4695	74196,4 4	Mato Grosso	6237416	1,49846 2	0	0	0
Araguaia	257 037	2013	4831	74196,4 4	Mato Grosso	8789841	1,23866 7	0	0	0
Araguaia	257 037	2014	4959	74196,4 4	Mato Grosso	10996174	1,23790 8	0	0	0
Araguaia	257 037	2015	5086	74196,4 4	Mato Grosso	12629518	1,14125	0	0	0
Araguaia	257 037	2016	5206	74196,4 4	Mato Grosso	15706749	1,24675 3	0,65882 4	1,02775	0,72

Araguaia	257 037	2017	5313	74196,4 4	Mato Grosso	14648580	1,05283	1,01954	1,0012	0,85287 4
Araguaia	257 037	2018	5750	74196,4 4	Mato Grosso	13615945	1,10609 8	0,90337 1	1,47409 3	0,87865 2
Araguaia	257 037	2019	5781	74196,4 4	Mato Grosso	12491120	1,14352 9	1,00444 4	0,58	0,98
Kaiapó do Mato Grosso	257 038	2012	5690	120596, 8	Mato Grosso	7213574	1,40153 8	0	0	0
Kaiapó do Mato Grosso	257 038	2013	5846	120596, 8	Mato Grosso	9797866	1,21866 7	0	0	0
Kaiapó do Mato Grosso	257 038	2014	5059	120596, 8	Mato Grosso	11455635	1,15947 7	0	0	0
Kaiapó do Mato Grosso	257 038	2015	5236	120596, 8	Mato Grosso	12259505	1,14875	0	0	0
Kaiapó do Mato Grosso	257 038	2016	4897	120596, 8	Mato Grosso	15186246	1,24675 3	1,08470 6	1,05125	1,03647 1
Kaiapó do Mato Grosso	257 038	2017	4983	120596, 8	Mato Grosso	15851991	1,19496 9	1,12643 7	1,0852	1,05172 4
Kaiapó do Mato Grosso	257 038	2018	4882	120596, 8	Mato Grosso	14883256	1,14390 2	1,10112 4	1,06735 8	1,04494 4
Kaiapó do Mato Grosso	257 038	2019	5020	120596, 8	Mato Grosso	15371372	1,11882 4	1,09	0,745	0,97888 9
Cuiabá	257 039	2012	7342	176170, 7	Mato Grosso	18675309	1,37692 3	0	0	0
Cuiabá	257 039	2013	7504	176170, 7	Mato Grosso	24018886	0,84266 7	0	0	0
Cuiabá	257 039	2014	7635	176170, 7	Mato Grosso	23258490	1,02875 8	0	1	0
Cuiabá	257 039	2015	7054	176170, 7	Mato Grosso	26641416	1,16	0	0	0
Cuiabá	257 039	2016	6881	176170, 7	Mato Grosso	25106050	1,24155 8	1,13764 7	1,03975	1,04117 6
Cuiabá	257 039	2017	6827	176170, 7	Mato Grosso	29593132	1,15597 5	1,11034 5	1,0908	1,05402 3
Cuiabá	257 039	2018	7278	176170, 7	Mato Grosso	23179466	1,09268 3	1,05168 5	1,16839 4	0,92809
Cuiabá	257 039	2019	7523	176170, 7	Mato Grosso	17568676	1,00941 2	1,04	0,93833 3	0,96111 1
Xavante	257 040	2012	17223	68440,2 6	Mato Grosso	4441470	1,06923 1	0	0	0
Xavante	257 040	2013	17945	68440,2 6	Mato Grosso	7364134	0,37466 7	0	0	0
Xavante	257 040	2014	18580	68440,2 6	Mato Grosso	13306536	0,80915	0	1	0
Xavante	257 040	2015	19187	68440,2 6	Mato Grosso	14016988	1,06625	1	1	0
Xavante	257 040	2016	19858	68440,2 6	Mato Grosso	18220620	1,12077 9	1,09882 4	1,7735	1,06470 6
Xavante	257 040	2017	20657	68440,2 6	Mato Grosso	20419735	1,07547 2	1,10114 9	1,0092	1,04137 9
Xavante	257 040	2018	21449	68440,2 6	Mato Grosso	18937392	1,16341 5	1,06966 3	1,81088 1	1,01910 1
Xavante	257 040	2019	22183	68440,2 6	Mato Grosso	20349341	1,12235 3	1,07222 2	0,79166 7	1,02444 4
Xingú	257 041	2012	6520	70958,9 7	Mato Grosso	10650716	1,53692 3	0	0	0
Xingú	257 041	2013	6730	70958,9 7	Mato Grosso	12578652	1,24	0	0	0
Xingú	257 041	2014	6944	70958,9 7	Mato Grosso	13253609	1,23137 3	0	0	0
Xingú	257 041	2015	7155	70958,9 7	Mato Grosso	17690659	1,21125	0	0	0
Xingú	257 041	2016	7179	70958,9 7	Mato Grosso	24297474	1,29090 9	0	0,0985	0,64352 9
Xingú	257 041	2017	7399	70958,9 7	Mato Grosso	24376520	1,12075 5	0,96666 7	0	0,01379 3
Xingú	257 041	2018	7818	70958,9 7	Mato Grosso	24390156	1,17804 9	1,01573	0,98186 5	0,90786 5
Xingú	257 041	2019	8048	70958,9 7	Mato Grosso	21369662	0,94823 5	1,04333 3	0,65666 7	1,00111 1

Altamira	257 042	2012	3431	78064,0 8	Pará	3773597	1,07692 3	0	0	0
Altamira	257 042	2013	3515	78064,0 8	Pará	5268943	0,68266 7	0	0	0
Altamira	257 042	2014	3655	78064,0 8	Pará	4648649	0,68366	0	0	0
Altamira	257 042	2015	3787	78064,0 8	Pará	8124173	1,00625	1	1	0
Altamira	257 042	2016	3931	78064,0 8	Pará	10050316	0,79350 6	0,69176 5	0,02675	0,89647 1
Altamira	257 042	2017	4082	78064,0 8	Pará	10763882	0,81006 3	0,53908	0,254	1,02413 8
Altamira	257 042	2018	4378	78064,0 8	Pará	10941614	0,82439	0,98651 7	1,77720 2	0,93707 9
Altamira	257 042	2019	4546	78064,0 8	Pará	10413135	0,88588 2	1,01888 9	0,77666 7	0,94222 2
Guamá Tocantins	257 043	2012	7934	325754, 3	Pará	8764311	1,40769 2	0	0	0
Guamá Tocantins	257 043	2013	8104	325754, 3	Pará	12415219	1,12666 7	0	0	0
Guamá Tocantins	257 043	2014	8252	325754, 3	Pará	18553312	1,16078 4	0	1	0
Guamá Tocantins	257 043	2015	8397	325754, 3	Pará	15459992	1,12625	1	1	0
Guamá Tocantins	257 043	2016	8539	325754, 3	Pará	21646271	1,11168 8	0,70235 3	1,00375	0,94823 5
Guamá Tocantins	257 043	2017	8781	325754, 3	Pará	26310008	1,08050 3	0,81379 3	0,7664	1,09655 2
Guamá Tocantins	257 043	2018	17470	325754, 3	Pará	37531450	1,04390 2	0,93483 1	0,53108 8	0,92809
Guamá Tocantins	257 043	2019	18967	325754, 3	Pará	34328008	0,93647 1	0,96666 7	0,60666 7	0,61
Kaiapó do Pará	257 044	2012	4958	78808,3 4	Pará	6058639	1,37384 6	0	0	0
Kaiapó do Pará	257 044	2013	5080	78808,3 4	Pará	9229654	1,13066 7	0	0	0
Kaiapó do Pará	257 044	2014	5210	78808,3 4	Pará	15370853	1,2	0	1	0
Kaiapó do Pará	257 044	2015	5393	78808,3 4	Pará	16522183	0,98	1	1	0
Kaiapó do Pará	257 044	2016	5577	78808,3 4	Pará	14722604	1,10649 4	1,15411 8	0,928	1,06235 3
Kaiapó do Pará	257 044	2017	5555	78808,3 4	Pará	20938710	1,10943 4	1,09080 5	0,6642	1,08850 6
Kaiapó do Pará	257 044	2018	6032	78808,3 4	Pará	19417830	1,03414 6	1,07078 7	0,80051 8	1,03033 7
Kaiapó do Pará	257 044	2019	6178	78808,3 4	Pará	20658692	0,99764 7	1,1	0,825	1,05777 8
Rio Tapajós	257 045	2012	10554	231906, 7	Pará	3991331	1,44	0	0	0
Rio Tapajós	257 045	2013	10897	231906, 7	Pará	9802455	1,06	0	0	0
Rio Tapajós	257 045	2014	11333	231906, 7	Pará	15938463	1,08104 6	0	1	0
Rio Tapajós	257 045	2015	11785	231906, 7	Pará	16103011	1,04	1	1	0
Rio Tapajós	257 045	2016	12273	231906, 7	Pará	21757136	0,98571 4	0,88117 6	1,378	0,89647 1
Rio Tapajós	257 045	2017	12719	231906, 7	Pará	19566966	0,93459 1	1,07816 1	0,6976	1,02643 7
Rio Tapajós	257 045	2018	12859	231906, 7	Pará	22387648	0,87926 8	1,10337 1	0,86787 6	1,01910 1
Rio Tapajós	257 045	2019	13445	231906, 7	Pará	16917787	0,89294 1	1,07777 8	0,62666 7	1,02333 3
Potiguara	257 046	2012	13987	9019,14	Paraíba	1672962	1,21538 5	0	0	0
Potiguara	257 046	2013	14091	9019,14	Paraíba	3186807	1,18	0	0	0
Potiguara	257 046	2014	14344	9019,14	Paraíba	3083702	1,22091 5	0	0	0

Potiguara	257 046	2015	14557	9019,14	Paraíba	4539129	1,22375	1	1	0
Potiguara	257 046	2016	14826	9019,14	Paraíba	6043351	1,21818 2	1,08	0,6755	0,86941 2
Potiguara	257 046	2017	14441	9019,14	Paraíba	6352755	1,21383 6	1,02758 6	0,378	1,03448 3
Potiguara	257 046	2018	15450	9019,14	Paraíba	6643348	1,16585 4	1,00337 1	0,93523 3	0,97865 2
Potiguara	257 046	2019	15916	9019,14	Paraíba	7304739	1,11411 8	1,02444 4	0,85	1,00888 9
Pernambuco	257 047	2012	39798	22423,2	Pernambu co	8900112	1,45538 5	0	0	0
Pernambuco	257 047	2013	39887	22423,2	Pernambu co	9098653	1,27333 3	0	0	0
Pernambuco	257 047	2014	40182	22423,2	Pernambu co	11050256	1,27058 8	0	0	0
Pernambuco	257 047	2015	39903	22423,2	Pernambu co	12881253	1,23	1	1	0
Pernambuco	257 047	2016	40778	22423,2	Pernambu co	16931572	1,24675 3	0,81529 4	0,513	0,58941 2
Pernambuco	257 047	2017	40372	22423,2	Pernambu co	15780653	1,23270 4	0,89080 5	0,3616	0,82413 8
Pernambuco	257 047	2018	39852	22423,2	Pernambu co	17341449	1,15975 6	1,09887 6	1,26683 9	0,92809
Pernambuco	257 047	2019	40286	22423,2	Pernambu co	18505967	1,01529 4	1,08111 1	0,93	0,97111 1
Litoral Sul	257 048	2012	24235	174521, 1	Paraná	8697520	1,35846 2	0	0	0
Litoral Sul	257 048	2013	24221	174521, 1	Paraná	14539137	1,124	0	0	0
Litoral Sul	257 048	2014	24104	174521, 1	Paraná	21386407	1,23790 8	0	0	0
Litoral Sul	257 048	2015	23692	174521, 1	Paraná	22425729	1,2225	1	1	0
Litoral Sul	257 048	2016	23503	174521, 1	Paraná	15165512	1,25844 2	0,45882 4	0,7885	0,30705 9
Litoral Sul	257 048	2017	23361	174521, 1	Paraná	17023087	1,22138 4	0,81034 5	0,59	0,79655 2
Litoral Sul	257 048	2018	25610	174521, 1	Paraná	38963141	1,19756 1	0,80786 5	0,99481 9	0,63146 1
Litoral Sul	257 048	2019	25957	174521, 1	Paraná	35719241	1,11882 4	0,84	0,69	0,70444 4
Porto Velho	257 049	2012	9021	245334, 8	Rondônia	12877636	1,40153 8	0	0	0
Porto Velho	257 049	2013	9292	245334, 8	Rondônia	17153762	1,188	0	0	0
Porto Velho	257 049	2014	9630	245334, 8	Rondônia	16650655	1,08627 5	0	1	0
Porto Velho	257 049	2015	9909	245334, 8	Rondônia	16241379	1,13125	1	1	0
Porto Velho	257 049	2016	10131	245334, 8	Rondônia	17502626	1,14285 7	1,11176 5	1,0325	1,03882 4
Porto Velho	257 049	2017	10205	245334, 8	Rondônia	19591234	1,10943 4	1,11264 4	1,1494	1,06092
Porto Velho	257 049	2018	10492	245334, 8	Rondônia	18820426	1,12195 1	1,10449 4	1,14507 8	1,06741 6
Porto Velho	257 049	2019	10782	245334, 8	Rondônia	18353219	0,99764 7	1,08	0,68833 3	1,05222 2
Vilhena	257 050	2012	6305	156227	Rondônia	3023307	1,31538 5	0	0	0
Vilhena	257 050	2013	6493	156227	Rondônia	7352564	1,18666 7	0	0	0
Vilhena	257 050	2014	6676	156227	Rondônia	7810749	1,23137 3	0	1	0
Vilhena	257 050	2015	6833	156227	Rondônia	8896383	1,1775	1	1	0
Vilhena	257 050	2016	6984	156227	Rondônia	12777167	1,21428 6	1,11764 7	2,04325	0,93529 4
Vilhena	257 050	2017	7024	156227	Rondônia	12646970	1,12704 4	1,13678 2	1,6288	1,13678 2

Vilhena	257 050	2018	5683	156227	Rondônia	13165926	1,11463 4	1,10337 1	2,34974 1	1,06741 6
Vilhena	257 050	2019	5867	156227	Rondônia	12480361	1,08352 9	1,1	1,27166 7	1,05222 2
Leste Roraima	257 051	2012	47564	69755,0 8	Roraima	15963383	1,25076 9	0	0	0
Leste Roraima	257 051	2013	48752	69755,0 8	Roraima	23853881	1,05733 3	0	0	0
Leste Roraima	257 051	2014	50366	69755,0 8	Roraima	21598571	0,85751 6	0	1	0
Leste Roraima	257 051	2015	51946	69755,0 8	Roraima	29121796	0,68875	1	1	0
Leste Roraima	257 051	2016	53180	69755,0 8	Roraima	37930470	0,85194 8	0,94941 2	0,774	0,87411 8
Leste Roraima	257 051	2017	54821	69755,0 8	Roraima	38135691	0,87044	0,96551 7	0,2584	0,43678 2
Leste Roraima	257 051	2018	58829	69755,0 8	Roraima	43256825	0,85487 8	0,93146 1	1,19689 1	0,76179 8
Leste Roraima	257 051	2019	53674	69755,0 8	Roraima	38005619	0,80470 6	0,97444 4	0,805	0,92888 9
Yanomami	257 052	2012	21722	106327, 6	Roraima	31288849	1,20461 5	0	0	0
Yanomami	257 052	2013	22497	106327, 6	Roraima	39460528	1,06666 7	0	0	0
Yanomami	257 052	2014	23309	106327, 6	Roraima	46656010	1,01176 5	0	0	0
Yanomami	257 052	2015	24381	106327, 6	Roraima	45354484	0,98875	1	1	0
Yanomami	257 052	2016	25361	106327, 6	Roraima	59267447	0,90129 9	0,70941 2	0,8725	0,91411 8
Yanomami	257 052	2017	25800	106327, 6	Roraima	53849595	0,85408 8	0,65632 2	0,715	0,98390 8
Yanomami	257 052	2018	27219	106327, 6	Roraima	50770676	1,01463 4	0,74157 3	1,35233 2	0,97528 1
Yanomami	257 052	2019	28058	106327, 6	Roraima	42942830	0,77529 4	0,82777 8	0,72	0,99111 1
Interior Sul	257 053	2012	35434	153577, 9	Santa Catarina	9143796	1,29538 5	0	0	0
Interior Sul	257 053	2013	36221	153577, 9	Santa Catarina	16169057	1,09333 3	0	0	0
Interior Sul	257 053	2014	37223	153577, 9	Santa Catarina	16448827	1,03006 5	0	1	0
Interior Sul	257 053	2015	38196	153577, 9	Santa Catarina	19849864	0,98875	1	1	0
Interior Sul	257 053	2016	38498	153577, 9	Santa Catarina	24401932	1,08831 2	0,24588 2	0,32	0,57058 8
Interior Sul	257 053	2017	38332	153577, 9	Santa Catarina	24285015	1,11195	0,39080 5	0,3834	0,47816 1
Interior Sul	257 053	2018	41926	153577, 9	Santa Catarina	27035499	1,05243 9	0,75280 9	0,85751 3	0,75505 6
Interior Sul	257 053	2019	42749	153577, 9	Santa Catarina	24927534	0,87647 1	0,91888 9	0,75833 3	0,92333 3
Tocantins	257 054	2012	10282	147670, 4	Tocantins	5100825	1,10461 5	0	0	0
Tocantins	257 054	2013	10616	147670, 4	Tocantins	11091783	1,07333 3	0	0	0
Tocantins	257 054	2014	10979	147670, 4	Tocantins	15034692	1,14771 2	0	0	0
Tocantins	257 054	2015	11286	147670, 4	Tocantins	12623531	1,1175	1	1	0
Tocantins	257 054	2016	11548	147670, 4	Tocantins	11200086	1,16233 8	0,93294 1	1,238	0,78588 2
Tocantins	257 054	2017	11870	147670, 4	Tocantins	11969757	1,15597 5	1,10114 9	1,2222	0,96206 9
Tocantins	257 054	2018	12357	147670, 4	Tocantins	12111791	1,09756 1	1,05056 2	2,08808 3	1,01797 8
Tocantins	257 054	2019	12617	147670, 4	Tocantins	11179464	0,96117 6	1,09333 3	1,39333 3	1,01

Fonte: Protocolo de acesso à informação via e-SIC (2022).